

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELMA CRISTINA PESSOA DE QUEIROZ

**WHATSAPP NA ESCOLA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS  
(LGPD)**

GOIÂNIA - GO  
2025

Processo: 23070.023741/2025-05  
Documento: 5486062



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

### 2. Nome completo do autor

ELMA CRISTINA PESSOA DE QUEIROZ

### 3. Título do trabalho

WhatsApp na escola e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Elma Cristina Pessoa De Queiroz, Discente**, em 07/07/2025, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosemara Perpetua Lopes, Professora do Magistério Superior**, em 04/08/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5486062** e o código CRC **53FE7A0**.

ELMA CRISTINA PESSOA DE QUEIROZ

**WHATSAPP NA ESCOLA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS  
(LGPD)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Formação,  
Profissionalização Docente e Trabalho  
Educativo

Orientadora: Profa. Dra. Rosemara Perpétua  
Lopes

GOIÂNIA-GO  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Queiroz, Elma Cristina Pessoa de  
WHATSAPP NA ESCOLA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE  
DADOS PESSOAIS (LGPD) [manuscrito] / Elma Cristina Pessoa de  
Queiroz. - 2025.  
CLXXVIII, 178 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Rosemara Perpétua Lopes.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Goiânia, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, símbolos, gráfico, tabelas, lista de  
figuras, lista de tabelas.

1. Educação. 2. Lei Geral de Proteção de Dados. 3. Tecnologia Móvel.  
4. Aplicativos. 5. WhatsApp. I. Lopes, Rosemara Perpétua, orient. II.  
Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 23 da sessão de Defesa de Dissertação de **ELMA CRISTINA PESSOA DE QUEIROZ**, que confere o título de **Mestra em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco (27/06/2025)**, a partir das **14:30h**, em formato híbrido, nas dependências da Faculdade de Educação e em plataforma virtual no link público de acesso <https://meet.google.com/ayt-ijjn-vqo>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**WhatsApp na escola e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> **Rosemara Perpetua Lopes (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela UNESP, com a participação das demais integrantes da Banca Examinadora: Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> **Amone Inácia Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela UFG - integrante titular interna e Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> **Viviane Barros Maciel (FE/UFJ)**, doutora em **Ciências: Educação e Saúde na Infância e na Adolescência** pela UNIFESP - integrante titular externa. Durante a arguição as integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelas suas integrantes. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Rosemara Perpetua Lopes**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelas Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco.

Banca Examinadora:

Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Rosemara Perpetua Lopes

Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Amone Inácia Alves

Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Viviane Barros Maciel

**TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA**



Documento assinado eletronicamente por **Rosemara Perpetua Lopes, Professora do Magistério Superior**, em 27/06/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inácia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 27/06/2025, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Barros Maciel, Usuário Externo**, em 30/06/2025, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Gustavo Alexandre Da Silva, Vice-Coordenador de Pós-Graduação**, em 08/07/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5437611** e o código CRC **B11AF5B9**.

**Referência:** Processo nº 23070.023741/2025-05

SEI nº 5437611

Dedico a Deus, à minha família, amigos, à  
minha orientadora e aos profissionais da  
Educação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por sua bondade infinita, por ter sempre estado ao meu lado em todos os momentos da minha caminhada. Em meio a instantes de solidão com os livros, as leituras e tarefas da pós-graduação, a presença divina esteve ao meu lado, guiando e fazendo companhia durante a dedicação aos estudos. Por isso, agradeço profundamente por ter mantido a minha fé.

Aos meus pais, por serem fonte de sabedoria além da área acadêmica, uma vez que não tiveram a oportunidade de se dedicarem aos estudos, mas souberam criar bem os filhos em períodos turbulentos do país, como a época da ditadura militar, e mesmo assim persistiram. Espero que estejam orgulhosos.

À minha família, meu irmão e minha irmã, pela dedicação com os filhos e bons conselhos que edificam a nossa alma, com pensamentos positivos, trabalho duro e esperança na criação dos meus sobrinhos: Lucas, João Eduardo, Davi e Felipe.

Ao meu marido, por estar presente em todos os momentos da minha vida, sempre me apoiando e torcendo pelo meu sucesso.

À minha filha, Aurora, que nasceu durante o período do mestrado e foi a melhor notícia que recebi na vida. Apesar de não ter planejado, fiquei imensamente feliz e ainda me adaptando ao papel de mãe, o qual estou amando.

À minha orientadora, professora Rosemara Perpétua Lopes, por ter me orientado no mestrado, de maneira muito tranquila, demonstrando muito conhecimento e experiência em sala de aula. Além disso, contribuiu de forma significativa para a concretização deste trabalho, com muita propriedade em sua fala e inteira dedicação aos momentos de reflexão sobre a educação. Realmente foi um prazer ser sua orientanda.

Às professoras Amone Inácia Alves e Viviane Barros Maciel, por terem participado da minha qualificação e colaborado com orientações tão valiosas. Eu sei que o tempo de vocês é corrido, por isso agradeço o momento dedicado à leitura e apontamentos sobre a minha dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, pelo excelente trabalho e interação produtiva com os alunos, às coordenadoras, às secretarias, sempre prestativas e atenciosas. Desde a minha entrada no Programa, fui muito bem atendida pela equipe, obrigada pela atenção.

Às professoras com as quais cursei disciplina durante o mestrado e demonstraram muita competência, profissionalismo e dedicação ao trabalho: Márcia Ferreira Torres Pereira,

conhecedora de teoria crítica, pessoa muito simpática, generosa e acessível ao diálogo; Daniela da Costa Britto Pereira Lima e Rosemara Perpétua Lopes, com amplo conhecimento da área, experiência e dedicadas aos alunos, além disso planejaram uma disciplina necessária ao curso e na qual coordenaram a criação de um *e-book* com temas atuais sobre educação e tecnologia; Diane Valdez, professora já aposentada que retornou ao curso para contribuir com uma temática sobre educadoras do estado de Goiás, de maneira bem singela me levou a refletir sobre questões importantes como o papel da mulher educadora na prática; Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, excelente professora, com conhecimento profundo sobre diversos assuntos relacionados à tecnologia.

Tenho um imenso carinho e respeito pela dedicação de todas as docentes com as quais tive a oportunidade de estudar durante o período do mestrado, por isso muito obrigada pela presença feminina nesta caminhada.

À Secretaria de Educação do Estado de Goiás, pelo ensejo de realizar a minha pesquisa junto às escolas estaduais de ensino. Acredito que o trabalho dos professores é constante e intenso, por isso nem sempre podemos dialogar de maneira mais profícua, mas a possibilidade de conhecer um pouco do sistema educativo foi muito importante para a concretização deste trabalho.

Aos amigos da pós-graduação, por palavras positivas, empréstimos de textos, de livros, compartilhamento de conhecimentos. Guardo os melhores momentos de todas e de todos que conheci durante esse percurso.

[...] *O poder sem o domínio da democracia só  
pode gerar exílio e desespero.*  
(Zuboff, 2020, p. 588)

## RESUMO

Este estudo, inscrito na Linha de Pesquisa *Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo*, buscou responder à seguinte questão: com qual finalidade o aplicativo WhatsApp é utilizado por professores nas escolas públicas estaduais de Goiânia e quais as implicações de seu uso quando se considera a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)? O objetivo geral consistiu em analisar as finalidades e implicações do uso do WhatsApp no ambiente escolar, tendo em vista a Lei n.º 13.709/2018, conhecida como LGPD. Enquanto objetivos específicos, traçaram-se os seguintes: mapear a normatização referente à tecnologia móvel, aplicativos e internet no Brasil; caracterizar o WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social; identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD; evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola e seu conhecimento sobre a LGPD. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo desenho metodológico apresentou os seguintes passos: análise documental, sobre dados estatísticos e governamentais pertinentes ao tema, como projetos de lei sobre tecnologias móveis e dados sobre o uso da internet e aplicativos de mensagens, como o WhatsApp; pesquisa bibliográfica, que investigou, a partir de eventos científicos nacionais e repositórios de universidades públicas da região Centro-Oeste, como os docentes veem o uso do WhatsApp em salas de aula; pesquisa de campo realizada por meio de um questionário on-line distribuído a docentes da educação básica, na cidade de Goiânia, estado de Goiás, com o objetivo de verificar a prática docente com tecnologias móveis, a segurança de dados e as finalidades de seu uso. A fundamentação teórica deste estudo expõe uma visão sobre as tecnologias, sobretudo as de caráter móvel, destacando a mobilidade das pessoas e a necessidade de se estarem conectadas a todo instante devido ao crescimento do uso de tecnologias móveis, por meio de aplicativos, conduzindo à era denominada de *capitalismo de vigilância*, em que a experiência humana é utilizada como subproduto. Os resultados apresentados na pesquisa documental justificam a necessidade de regulamentação de aplicativos móveis utilizados no Brasil, tal como o WhatsApp, uma vez que o aplicativo se tornou referência como meio de comunicação, inclusive, na escola, e não possui regras definidas sobre a sua utilização em meio educacional, assim a regulamentação do WhatsApp poderá traçar limites e amparo legal. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, mostrou um número reduzido de trabalhos, dentre os pesquisados, sobre o aplicativo e a LGPD, bem como sobre o uso generalizado desse aplicativo para comunicação, trocas, compartilhamento e afins na escola. Esse dado levanta uma questão de como o aplicativo WhatsApp é trabalhado em outras regiões do Brasil, uma vez que a presente pesquisa apenas se limitou a determinado contingente da região Centro-Oeste. Ainda, o estudo de campo, realizado com professores, mostrou convergência com as outras análises elencadas, ressaltando a relevância em se investigar os usos e as finalidades do WhatsApp na educação, ao se referir à segurança de dados e de informações, uma vez que esse tema não aparece de forma explícita nos documentos analisados. Desse modo, as conclusões sobre a pesquisa realizada evidenciam a necessidade de maior atenção dos professores e gestores para a exposição de dados pessoais em escolas de educação básica, pois, além de trabalharem com estudantes menores de idade, esses agentes estão assumindo responsabilidades ao utilizarem um aplicativo de mensagens instantâneas, sem normas internas ou externas explícitas que elucidem o uso responsável e não invasivo, bem como as consequências de utilização desse meio digital.

Palavras-Chave: Educação. Lei Geral de Proteção de Dados. Tecnologia Móvel. Aplicativos. WhatsApp.

## ABSTRACT

This study, which is part of the Training, Teacher Professionalization and Educational Work line of research, sought to answer the following question: For what purposes is the WhatsApp application used by teachers in state schools in Goiânia, and what are the implications of its use in light of the General Data Protection Law (GDPL)? The general objective was to analyze the purposes and implications of using WhatsApp in the school environment, considering Law No. 13.709/2018, known as the GDPL. The specific objectives were as it follows: to map the regulation of mobile technology, applications, and the internet in Brazil; to characterize WhatsApp as a technological and social tool; to identify situations in which WhatsApp is used in schools and possible implications from the perspective of the GDPL; and to understand how teachers perceive and engage with WhatsApp at school, as well as their knowledge of the GDPL. This is a qualitative study whose methodological design involved the following steps: documentary analysis of statistical and government data pertinent to the topic, such as bills related to mobile technologies and data on the use of the internet and messaging apps like WhatsApp; bibliographic research, which investigated, through national academic events and repositories of public universities in the Midwest region, how teachers perceive the use of WhatsApp in classrooms; and, finally, field research, conducted via an online questionnaire distributed to basic education teachers in the city of Goiânia, state of Goiás, with the aim of examining teaching practices with mobile technologies, data security, and the purposes of their use. The theoretical analysis presents a vision of technology, especially mobile technology, emphasizing people's mobility and the growing need to remain constantly connected due to the widespread use of mobile apps. This trend has contributed to the emergence of what is known as surveillance capitalism, in which human experience is treated as a by-product. The results of the documentary research justify the need to regulate mobile applications used in Brazil, such as WhatsApp, as the application has become a standard means of communication\_ including within schools \_ yet lacks defined rules governing its use in educational environments. Regulation could therefore establish limits and offer legal support. The bibliographic research, in turn, revealed a small number of studies focusing on the application and the GDPL, despite the widespread use of WhatsApp for communication, information exchanges, and similar purposes in schools. These findings raise the question of how the WhatsApp application is used in other regions of Brazil, since this research was limited to a specific group certain in the Center-West region. Moreover, the field study conducted with teachers confirmed the trends observed in the previous analyses, emphasizing the importance of investigating the uses and purposes of WhatsApp in education—particularly in relation to data and information security. Although this topic does not appear clearly in the documents analyzed, relevant issues are raised that merit further discussion. In conclusion, the findings highlight the need for teachers and school administrators to pay greater attention to the exposure of personal data in basic education schools. In addition to working with underage students, these professionals assume responsibilities when using an instant messaging application that lacks explicit internal or external guidelines to ensure responsible and non-invasive use, as well as clarity regarding the consequences of its use.

Keywords: Education. General Data Protection Law. Mobile Technology. Apps. WhatsApp.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Funcionalidade: envio de mensagens e outros recursos.....	41
Figura 2 – Funcionalidades: anexar arquivos em mensagens e configurações de conta.....	42
Figura 3 – Etapas da pesquisa bibliográfica .....	68
Figura 4 – Relação entre os temas desenvolvidos na pesquisa.....	93
Figura 5 – Dados estatísticos sobre acesso e uso de internet no Brasil.....	99

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos participantes: formação .....	109
Gráfico 2 – Desenho dos participantes: idade .....	109
Gráfico 3 – Tempo de serviço na Secretaria de Educação .....	110
Gráfico 4 – Tipo de vínculo na Secretaria de Educação.....	110
Gráfico 5 – Formação docente para o uso de tecnologias .....	111
Gráfico 6 – Participantes que utilizam tecnologias em salas de aula .....	112
Gráfico 7 – Tecnologias utilizadas em sala de aula.....	112
Gráfico 8 – Formação para utilizar o WhatsApp no trabalho.....	114
Gráfico 9 – Utilização do WhatsApp em ambiente escolar.....	115
Gráfico 10 – Função do WhatsApp mais utilizada em ambiente escolar .....	115
Gráfico 11 – Utilização do WhatsApp nas escolas.....	116
Gráfico 12 – Características do WhatsApp que ajudam o trabalho docente .....	118
Gráfico 13 – Meios de comunicação mais eficientes nas escolas .....	121
Gráfico 14 – Divulgação da LGPD nas escolas .....	122
Gráfico 15 – Proteção de dados pessoais.....	123
Gráfico 16 – Como é realizado o acesso ao WhatsApp em ambiente de trabalho .....	124

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados das buscas da revisão bibliográfica .....	25
Tabela 2 – Trabalhos localizados nos anais de eventos científicos .....	70
Tabela 3 – Trabalhos localizados em repositórios de universidades públicas .....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ARPA	Projetos de pesquisas avançadas da Agência de Defesa Americana
ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network - Rede da Agência para Projetos de Pesquisa Avançada
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Câmara dos Deputados
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI. BR	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CIET	Congresso Internacional de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância
COVID-19	<i>Coronavirus disease 19</i>
EC	Emenda Constitucional
ENDIPE	Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino
FE	Faculdade de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICQ	<i>I seek you</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MSN	<i>Windows Live Messenger</i>
PIN	<i>Personal identification number</i>
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Projeto de lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
QR CODE	<i>Quick response code</i>
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado de Goiás

SF	Senado Federal
SMS	Serviço de mensagem curta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDIC	Tecnologia digital da informação e comunicação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
WWW	<i>World Wide Web</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) .....</b>	<b>27</b>
<b>2 O WHATSAPP COMO TECNOLOGIA DE MOBILIDADE.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 Caracterização do WhatsApp.....</b>	<b>38</b>
<b>2.2 Cultura da mobilidade .....</b>	<b>44</b>
<b>2.3 Capitalismo de vigilância .....</b>	<b>46</b>
<b>2.4 Cidadania digital.....</b>	<b>53</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>55</b>
<b>3.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa documental.....</b>	<b>56</b>
<b>3.2 Documentos priorizados na análise documental.....</b>	<b>59</b>
<b>3.2.1 Projetos de Lei.....</b>	<b>61</b>
<b>3.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica .....</b>	<b>67</b>
<b>3.4 Anais de eventos científicos e repositórios de universidades públicas.....</b>	<b>72</b>
<b>3.5 Procedimentos metodológicos da pesquisa de campo .....</b>	<b>81</b>
<b>3.5.1 Aplicação-piloto do questionário.....</b>	<b>81</b>
<b>3.6 Questionário aplicado via Google Forms.....</b>	<b>84</b>
<b>3.7 Procedimento de análise.....</b>	<b>87</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>91</b>
<b>4.1 WhatsApp como meio de comunicação .....</b>	<b>102</b>
<b>4.2 WhatsApp como recurso pedagógico.....</b>	<b>104</b>
<b>4.3 WhatsApp como rede social.....</b>	<b>106</b>
<b>4.4 Os professores e o WhatsApp na escola.....</b>	<b>108</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>5.1 Perspectivas futuras .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE A - Trabalhos localizados nos anais do Ciet.....</b>	<b>145</b>

<b>APÊNDICE B - Trabalhos localizados nos anais da Reunião Anual da ANPEd .....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE C - Trabalhos localizados Endipe.....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICE D - Trabalhos localizados no repositório da UnB.....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE E - Trabalhos localizados no repositório da UFG.....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE F - Trabalhos localizados no repositório da UFJ.....</b>	<b>165</b>
<b>APÊNDICE G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>166</b>
<b>APÊNDICE H - Questionário aplicado aos professores pelo formulário Google <i>Forms</i> .....</b>	<b>168</b>

## APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

Antes de discutir o tema que este trabalho de mestrado se propõe a pesquisar, gostaria de apresentar a minha trajetória pessoal e profissional, em primeira pessoa do singular, e relatar a conexão do meu objeto de estudo com a minha formação, com o intuito de divulgar a importância do papel da educação para a sociedade. Assim nesta apresentação, tenho por pretensão descrever o meu memorial, ao relatar a minha caminhada, no sentido de demonstrar um pouco do percurso trilhado, o qual deve ser semelhante ao de muitas pessoas que trabalham e estudam que são pais, mães, filhos, donas de casa e continuam acreditando na educação e na força do trabalho.

A minha família advém do interior, minha mãe do Estado de Goiás e o meu pai do Estado do Ceará. Ambos vieram à Brasília nos anos de 1960-1970 com a vontade de encontrar melhores condições de vida, haja vista a capital vir para o centro do país. Assim, casaram-se e constituíram família no Planalto Central. De sua união, nasceram três filhos, sendo eu a filha do meio. A vida em Brasília era diferente de suas cidades de origem, por isso, não era fácil. Todavia, conseguiram manter os filhos estudando, todos em escolas públicas, o que já era mais do que tiveram, porquanto não chegaram a concluir nem ao menos o Ensino Fundamental.

As escolas públicas da rede de ensino do Distrito Federal possuem uma infraestrutura razoável se comparadas com a de outros estados, entretanto, sempre tive uma visão de que os professores eram excelentes, visto a preocupação com o processo de ensino-aprendizagem e o acompanhamento dos alunos. Hoje, tenho certeza de que são ótimos profissionais, bem qualificados e preparados para uma educação de qualidade, apesar de não serem valorizados como mereceriam.

Durante o Ensino Fundamental e Médio, tive vários professores que me inspiraram a seguir a minha profissão atual; de alguma maneira, eu conseguia ver o melhor de cada um, dentro de suas habilidades. Assim, era certo para mim que as áreas de Ciências e de Matemática não eram do meu interesse, embora não tivesse problemas com notas ou com matérias, mas simplesmente não me imaginava nessas esferas, por isso, a Grande Área de Humanas (área de Educação) sempre me chamou a atenção. Somente não sabia exatamente em qual delas me encontraria.

Quando adolescente, interessei-me em aprender um outro idioma e me inscrevi no Centro de Línguas da minha cidade na época - Ceilândia -, bairro distante do centro da capital e também uma das maiores periferias do país. Nesse ambiente, em que muitos podem se entregar a distrações diversas, o acesso à educação e a permanência são triunfos que devem ser

comemorados. Assim, escolhi aprender francês naquela época. No entanto, não imaginava, mas essa se tornou a minha profissão até então.

Ao concluir o Ensino Médio, fiz o vestibular para a Universidade de Brasília (UnB) e entrei no curso de Língua Francesa e Literaturas, da Faculdade de Letras. Em 2004, concluí o curso e prestei concurso para a mesma área. No ano de 2005, assumi o cargo de professora regente de Língua Francesa na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

A experiência no campo da educação veio com muitas dificuldades, medos, angústias e, igualmente, alegrias, compartilhamentos que edificaram o ser professora e o estar professora, uma vez que aprendemos justamente no caminhar, cair e levantar, várias vezes. Assim, enquanto professora de Língua Estrangeira, sempre tive uma visão de que o processo de ensino-aprendizagem, do qual eu fazia parte, abria várias perspectivas, entre muitos sujeitos que estavam na escola, com os quais compartilhava (con) vivências.

Nesse caminho, realizei algumas formações na minha área, às quais foram fundamentais à docência, a qual não é estática, mas sim flutuante e cíclica. Essa visão só é possível ao se autoavaliar e perceber a necessidade de transformação nas aulas que devem motivar, incentivar os alunos de alguma maneira. Penso sempre de uma maneira positiva que o meu trabalho os modifique de modo a não serem os mesmos após concluírem mais um semestre de curso.

Nesse sentido, a formação do professor é um instrumento importante e deve ser trabalhada ao longo da profissão, pois muitas vezes nos sentimos desatualizados e até desmotivados, por isso o contato com outros profissionais que compartilham experiências é um diferencial na vida docente. Assim, o contato com outros professores ajudou-me a buscar aprimorar a prática de ensino, razão pela qual a formação contínua na área da Educação é fundamental e imprescindível para atualização.

À vista disso, a época da pandemia foi um momento de reflexão pessoal e também profissional, uma vez que muitas pessoas passaram por grandes transformações e tiveram que continuar. Por isso, comecei a ver a minha profissão de uma outra maneira. A Covid-19 modificou o meu trabalho, já que passei a lecionar de maneira remota de um dia para outro. Obtive instruções de como proceder, mas certamente não foram suficientes para o que estava aguardando os professores.

Durante a pandemia, época que durou mais do que eu esperava, comecei a fazer uma pós-graduação em Linguística Aplicada, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). As aulas também eram em sistema remoto devido à época de restrição de aulas presenciais. Essa experiência foi importante, uma vez que eu estava distante dos estudos acadêmicos e havia perdido o ritmo, o qual foi retomado com mais intensidade durante o ensino a distância. As

aulas foram importantes, assim como os docentes, que possuíam muita sensibilidade, competência e profissionalismo.

Ao concluir a especialização, interessei-me em continuar a minha formação, pensei na Faculdade de Educação, haja vista as matérias que me chamaram atenção e também por ter conversado bastante, durante o curso de especialização, sobre tecnologias na educação e como poderia trabalhar essa junção da melhor maneira possível. Desse modo, em 2022, realizei a inscrição para o mestrado na Universidade Federal de Goiás, pois me familiarizei com os docentes que conheci e me senti acolhida nesse espaço, o qual poderia continuar agregando ao meu conhecimento.

Assim, em 2023, ingressei no mestrado, tendo a professora Rosemara Perpétua Lopes como minha orientadora, a qual, gentilmente, vem me acompanhando nesse processo intenso e rápido que é o mestrado. Nesse período, estive trabalhando e estudando ao mesmo tempo; realizei matérias e participei de alguns eventos científicos, junto com a minha orientadora. A relação entre educação e tecnologia foi a área escolhida devido à importância do tema e a incidência no uso de tecnologias móveis como *smartphones*, internet, aplicativos e plataformas de ensino.

A utilização de tecnologias na educação sempre foi um tema presente na área docente, cada época pedindo sua atualização. Atualmente, as tecnologias se instalaram de maneira mais intensa, praticamente para que seja modificada a maneira de pensar e compartilhar conhecimentos. Por isso, a importância da renovação enquanto professores e entusiastas da educação.

Como todos os períodos da minha vida, o mestrado também trouxe novidades e, em 2024, descobri que estava grávida da Aurora, uma grata e bela surpresa, porquanto os médicos sempre falaram que eu não poderia engravidar naturalmente, muito menos na minha idade, por isso senti uma extrema felicidade com essa dádiva que Deus me proporcionou. Assim, no ano de 2024, além de aguardar a vinda de Aurora, também concluí as matérias que faltavam da Faculdade de Educação, terminei a pesquisa de campo e comecei a tecer esta dissertação.

Em todas as etapas, sempre tive a presença da minha família, auxiliando da melhor maneira possível; de outro lado, quando penso na minha vida acadêmica, também sinto a presença dos meus professores, os quais sempre tiveram um papel de destaque no meu processo de crescimento, por isso compreendo que o ciclo da vida abre outros de uma maneira constante, para que possamos aprender e recomeçar a cada dia.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema desenvolvido nesta pesquisa demonstra a relevância das tecnologias digitais, sobretudo as tecnologias móveis, para a sociedade atualmente. A evolução de novas técnicas, com artefatos mais sofisticados, mostra como os sujeitos se transformam a partir de suas necessidades. Nessa perspectiva, o aplicativo WhatsApp<sup>1</sup> foi escolhido para análise devido ao aumento abrupto de sua utilização desde a sua criação em 2009 (WhatsApp, 2025). Esse meio de comunicação se tornou conhecido mundialmente e no Brasil, segundo dados apontados pela Agência Brasil (2019, s/p) e pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br, 2020, s/p), apresenta-se como um dos mais utilizados em sociedade.

Sob esse viés, tecnologias como o WhatsApp passaram a ser cada dia mais presentes em diversas áreas. Destacando-se o âmbito educacional para análise, percebe-se como os meios de comunicação instantâneos podem ser utilizados de modo a intensificar as relações entre as pessoas. No caso deste trabalho, selecionou-se o profissional docente e suas multitarefas.

O WhatsApp foi originalmente criado para ser um meio de comunicação pessoal, para a interação nas relações íntimas, mas, essa função foi expandida, passando a fazer parte das comunicações no trabalho, no lazer, nos negócios. Dentro disso, percebe-se que o aplicativo possui um encargo maior que um simples canal ou veículo, visto a amplitude de suas funções, ademais a mobilidade proporcionada pelo WhatsApp impulsiona o seu uso para diversos fins, assim será tratado nesta dissertação como um meio de comunicação.

A motivação para a escolha do tema está relacionada à utilização constante de meios de comunicação móvel em salas de aula, na qual professores são responsabilizados pela entrada de celulares e pela administração de grupos de mensagem instantânea, assim como o envio de tarefas e de aulas por meio de aplicativos, por exemplo.

Assim, os professores precisam trabalhar com tecnologias móveis, sem o devido amparo, com a ausência de normas sobre o uso de tecnologias em seus projetos pedagógicos ou omissão do Estado quanto à regulamentação desse tipo de tecnologia. Ademais, o trabalho docente insere uma perspectiva multidisciplinar, em que vários aspectos estão envolvidos no

---

<sup>1</sup> A palavra WhatsApp será utilizada neste trabalho sem itálico, devido à inserção recorrente do aplicativo no Brasil, o qual se familiarizou e incluiu o termo no cotidiano, sendo, inclusive, denominado de “Zap” e “Zap Zap”. Desse modo, outros aplicativos como Instagram, Tik Tok, além da empresa Google, serão, também, utilizados sem itálico.

processo de ensino-aprendizagem, todavia é necessário analisar os limites que separam a esfera pessoal da profissional.

A fim de dar corpo ao estudo em questão, o problema a ser respondido aqui é o seguinte: com qual finalidade o aplicativo WhatsApp é utilizado por professores nas escolas públicas estaduais de Goiânia e quais as implicações de seu uso quando se considera a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)? Para tanto, traçou-se o seguinte objetivo geral: analisar as finalidades e implicações do uso do WhatsApp no ambiente escolar, tendo em vista a Lei n.º 13.709/2018, conhecida como LGPD. Quanto aos objetivos específicos, esses consistem em: mapear a normatização referente à tecnologia móvel, aplicativos e internet no Brasil; caracterizar o WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social; identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD; evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola e seu conhecimento sobre a LGPD.

Para fins de delimitação do tema, realizou-se uma revisão bibliográfica<sup>2</sup> em base de dados de relevância nacional. Assim, nos meses de junho a julho de 2023, realizaram-se buscas para identificar possíveis trabalhos que elucidassem ou refutassem o tema desta pesquisa. Desse modo, selecionaram-se as bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações (T&D) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Biblioteca Eletrônica Científica Online (*Scielo*), por serem referência em trabalhos e pesquisas científicas.

A revisão foi realizada a partir de cinco buscas em cada uma das bases de dados apresentadas, priorizando-se estudos publicados nos últimos cinco anos, ou melhor, entre os anos de 2019 até 2023. As palavras-chave utilizadas para as buscas foram: “educação, LGPD e WhatsApp”, com o termo booleano “AND”, sendo cada palavra digitada em minúscula. A área de conhecimento delimitada foi a Educação, o idioma selecionado foi o português e o país escolhido o Brasil. Nessa esteira, os trabalhos encontrados foram selecionados pelos seguintes critérios de inclusão e de exclusão: se o documento apresentava pelo menos uma das palavras-chave apresentada; duplicidade. A partir disso, realizou-se a leitura dos resumos dos trabalhos selecionados. A Tabela 1 apresenta os resultados.

---

<sup>2</sup> Os resultados da revisão bibliográfica realizada foram publicados nos anais de um evento científico nacional. Dados da publicação: QUEIROZ, Elma Cristina Pessoa de; LOPES, Rosemara Perpetua. Tecnologia móvel na escola: implicações do uso do WhatsApp em instituições de ensino. In: CIET Horizonte, 2024, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos, SP: UFSCar, 2024. p. 1-12. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/2755/2778>. Acesso em: 14 jul. 2025

Tabela 1 – Resultados das buscas da revisão bibliográfica

Busca	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total
Palavra-chave	WhatsApp	LGPD	WhatsApp Educação	LGPD Educação	WhatsApp LGPD Educação	Por base de dados
BDTD	1	0	1	0	0	2
Capes	5	1	5	1	0	12
Scielo	4	7	3	0	0	14
Total por coluna	10	8	9	1	0	28

Fonte: Elaborado pela autora, base de dados consultadas em 13 jul.2023.

Dentre as bases de dados selecionadas, a que possuía trabalhos condizentes com o tema foi a Capes, na qual se encontraram 12 resultados: seis estavam duplicados, fato que resultou apenas em seis trabalhos selecionados ao final, cinco dissertações e uma tese, conforme Quadro 1.

Quadro 1– Trabalhos selecionados na revisão bibliográfica

Trabalho	Título	Autoria	Tipo	Ano
T1	A colaboração no ensino da matemática por meio do aplicativo WhatsApp	PEREIRA, Priscila Campos	Dissertação	2019
T2	O gênero tutorial em vídeo e uma proposta de sequência didática no WhatsApp: possibilidades e desafios	SOUZA, Ana Paula Moreira de	Dissertação	2022
T3	Aprendizagem significativa potencializada pelo WhatsApp: uma proposta de ensino para a Escola Estadual Professor Benedito de Oliveira/SE	LIMA, Mileisy de Oliveira	Dissertação	2022
T4	O letramento e as práticas textuais no aplicativo WhatsApp: um estudo de caso em uma turma de 5ª série da educação de jovens e adultos no centro de ensino fundamental 13 de Ceilândia (DF)	AMARAL, Raquel Alves	Dissertação	2019
T5	O WhatsApp e o desenvolvimento da argumentação escrita: a produção textual no ensino de língua materna e as tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão	MARTINS, Erikson de Carvalho	Tese	2019
T6	Privacidade universitária em instituições de ensino superior goianas à luz da lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD)	COSTA, Fernando Freitas	Dissertação	2023

Fonte: Elaborado pela autora, bases de dados consultadas em 14 jul.2023.

Os resultados da revisão elucidam o tema do aplicativo WhatsApp com a Educação, sobretudo no período pandêmico. Nos cinco primeiros trabalhos, os quais foram denominados de T1, T2 e, assim por diante, aparece o tema WhatsApp associado às práticas educativas, como

recursos pedagógicos e de transmissão de mensagens. O último trabalho, T6, apresenta uma análise de como instituições de nível superior estão se adequando à Lei Geral de Proteção de Dados. Nesse último caso, o aplicativo WhatsApp não é detalhado, mas citado como um meio que detém informações de cunho pessoal.

As conclusões a partir da revisão bibliográfica é a de que a interface entre a educação, a LGPD e o WhatsApp é pouca explorada cientificamente, embora seja um tema atual e corrente nas práticas em instituições de ensino. Esse resultado levou a questionar sobre como professores analisam a inserção do WhatsApp em suas salas de aula e como estão trabalhando com uma tecnologia que demanda internet e *smartphone*. Além disso, a mobilidade proporcionada pelo aplicativo implica estar disponível a todo o instante, podendo sobrecarregar o profissional, além da responsabilidade por trabalhar com grupos de WhatsApp, com troca de mensagens e inserções de aulas e de materiais. Tudo isso demanda atenção quanto à segurança das informações compartilhadas no meio profissional.

A partir disso, este trabalho está organizado em seções, iniciando-se pela fundamentação teórica com a visão de autores como Zuboff (2020), Lemos (2009), Kenski (2018), dentre outros. Esta seção apresenta, principalmente, como o aplicativo WhatsApp se tornou uma tecnologia móvel de extrema relevância devido à mobilidade que representa, entretanto apresenta vulnerabilidades como a vigilância imposta pelo uso de aplicativos privados.

No tocante à metodologia, a seção correspondente apresenta de que forma a pesquisa foi realizada, inserindo quadros explicativos, relacionando-os às seções seguintes, ou melhor, à análise documental, à pesquisa bibliográfica e à pesquisa de campo. Fundamenta-se a metodologia em autores como Bardin (2020), Miotto e Lima (2007), Lakatos; Marconi (2017) e Gil (2022).

Em seguida, vem a seção de análise e de discussão dos documentos, trabalhos e questionário aplicado. Na análise documental, verificou-se fontes de dados estatísticos e governamentais, com legislações pertinentes aos objetivos específicos de mapear a normatização referente à tecnologia móvel, aplicativos e internet no Brasil, além de caracterizar o WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social. Destacam-se, nessa análise, os projetos de lei em torno da regulamentação de tecnologias móveis e a internet no Brasil.

Quanto à pesquisa bibliográfica, ao realizá-la, tencionou-se identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD. Para isso, foram realizadas reflexões a partir de anais de eventos científicos nacionais e repositórios de universidades públicas da região Centro-Oeste. A partir disso, nessa seção foi feita uma seleção de trabalhos que contemplassem o objetivo da pesquisa, os quais foram levados à discussão.

Consoante à pesquisa de campo, realizada em instituições de ensino públicas de Goiânia-GO, elaborou-se um questionário pela plataforma Google *Forms* com o intuito de evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola e as finalidades de seu uso. A análise gira em torno do formulário aplicado e das associações às outras áreas pesquisadas.

A relevância deste estudo está relacionada à educação, tendo como sujeitos-professores e suas relações com o WhatsApp no corpo escolar. Compreende-se ser importante verificar como novas formas de tecnologias impactam o trabalho em escolas públicas e quais os reflexos do uso dessas tecnologias na sociedade. É ínsito destacar que a educação é um lugar ímpar devido ao processo de construção e de transformação dos sujeitos a partir do ensino-aprendizagem. Nesse sentido, tecnologias móveis, como o WhatsApp, apresentam novas perspectivas dentro do trabalho docente, as quais merecem atenção e destaque, sobretudo ao se utilizarem dados e informações pessoais nesse novo contexto.

Ao elaborar este estudo, nutriu-se a expectativa de que ele contribua para uma utilização consciente de aplicativos de mensagens como o WhatsApp, a fim de que a prática docente estabeleça limites entre o uso pessoal e profissional do aplicativo. Assim, as vantagens geradas pelo uso de mensagens instantâneas devem ser amparadas dentro do que propõe a LGPD e a realidade de cada âmbito escolar.

### **1.1 Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**

A Lei n.º 13.709/2018, conhecida por Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), apresenta um assunto pertinente à sociedade moderna, inserindo-se em um contexto que demanda a troca de informações e dados pessoais a todo instante, seja na esfera pública ou privada. Ao tratar-se da educação pública, compreende-se que a LGPD é essencial para a formalização de dados fornecidos por escolas, tais como: nome completo, telefone, identidade pessoal, endereço. Embora seja uma lei publicada em 2018, a sua implementação ocorreu de maneira escalonada, sendo que em 2021 foram inseridos os artigos (52, 53, 54) que tratam sobre sanções administrativas (Brasil, 2018).

Assim, a LGPD<sup>3</sup> possui 65 artigos, nos quais destaca a importância de se proteger os direitos fundamentais, como a privacidade e a liberdade, igualmente a transparência e a segurança da informação. Outros países, também, analisaram a necessidade de regulamentar o uso de dados e informações pessoais em formato virtual. Assim, Brancher (2022) destaca que ainda na década de 1970, a Alemanha e a França regulamentaram leis sobre a segurança de dados pessoais; países como os Estados Unidos normatizaram a privacidade de forma setorizada. Desse modo, igualmente, em 2018, a União Europeia implementou o Regulamento Geral sobre a Proteção de dados do Parlamento Europeu, o qual já estava aprovado desde 2016, tratando justamente sobre a privacidade e proteção de dados pessoais. Em 2018, o Brasil divulgou a LGPD com temas afins.

Os princípios que norteiam as atividades de tratamento de dados na LGPD, de acordo com o seu artigo 6º, envolvem a finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas, dentre outros (Brasil, 2018). Dessa forma, ao se tratar de dados pessoais, é necessária a análise de diversos fatores para o uso de informações fornecidas, dentre eles, o consentimento do titular. No ambiente escolar, alunos menores de idade devem ter a permissão dos responsáveis para utilizar dados pessoais.

A LGPD não discute especificamente sobre aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, mas detalha como dados pessoais devem ser tratados, sobretudo a sua divulgação. Dessa maneira, a importância da referida norma se estende a redes sociais e aplicativos que utilizam informações/dados de usuários de maneira inapropriada. O consumismo exacerbado frente a meios de comunicação rápida e à ausência de concorrência nessa área demandam atenção quanto aos dados pessoais fornecidos a empresas estrangeiras, por exemplo.

Reitera-se que a LGPD é uma lei que abrange várias áreas da sociedade, ficando mais conhecida durante o período pandêmico, visto que a população passou a estar mais conectada e utilizando de forma mais intensiva a internet, com o uso de dados pessoais, principalmente, para acessar sites, aplicativos e interagir com outras pessoas. Dentro disso, muitos órgãos públicos passaram a divulgar a referida lei.

É oportuno mencionar que a LGPD já existia antes de a sociedade usar largamente tecnologias digitais móveis, sendo um ponto importante na legislação nacional devido à necessidade de regulamentação da proteção de dados pessoais. Nesse sentido, destaca-se a lei como referência no país. Torna-se, portanto, fundamental a distinção entre o campo pessoal do

---

<sup>3</sup> Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Brasil, 2018).

profissional, por exemplo. Sobre isso, Costa (2023, p. 46) declara que: “os aplicativos de mensagens, embora sejam uma tecnologia de uso pessoal, são comuns no ambiente escolar, inclusive, para o trabalho, mesmo que não tenham sido adotados como uma solução tecnológica institucional”. As adaptações em torno de casos concretos, como a área escolar, demandam novas normatizações devido à velocidade com a qual tecnologias móveis impulsionam a sociedade.

## 2 O WHATSAPP COMO TECNOLOGIA DE MOBILIDADE

De acordo com a noção de tecnologia e de seu percurso no tempo, alguns pontos se destacam, como a inserção social na análise de objetos, artefatos e seus significados. Assim, a tecnologia integra o ser humano e se desenvolve a partir de suas necessidades, limitações e superações. A inserção de tecnologias móveis alterou novamente os parâmetros das relações pessoais, vindo a ocasionar não somente maior mobilidade, mas também vigilância. Espera-se, contudo, que o progresso científico, de igual forma, traga mais cidadania e igualdade, principalmente, quanto à democratização e à utilização significativa dos meios tecnológicos atuais.

O aplicativo WhatsApp se tornou um dos meios de comunicação mais utilizados do mundo (WhatsApp, 2025). Nessa perspectiva, as relações humanas se modificaram, sendo interligadas por comunicações rápidas, pessoais, de distração, educacionais, profissionais, dentre outras. A tendência a uma constante busca por informações, de maneira veloz e fácil, fez com que tecnologias, como a desenvolvida pelo WhatsApp, passassem a ser procuradas e utilizadas frequentemente na sociedade. Essa característica desenvolveu uma cultura da mobilidade, na qual muitos possuem a necessidade de estar conectados, respondendo e enviando mensagens a todo instante. Diante desse contexto, considera-se como o aplicativo WhatsApp se tornou impulsionador tecnológico de mensagens rápidas, permitindo o acesso a informações e dados, movimentando as pessoas a estarem conectadas a aplicativos de mensagens onde estiverem.

A utilização do termo “tecnologia”, sobretudo ao se referir à educação, possui um plano vasto de conceitos que, em certos contextos, pode limitar demais ou, em outros momentos, expandir o seu significado, o que pode vir ao contrário do que se gostaria de expressar. No sentido etimológico, Vieira Pinto (2005) apresenta tecnologia como “logos da técnica”. Heinsfeld e Pischetola (2019, p. 3) apontam que: “*Techné* diz respeito a uma habilidade, arte ou ofício, enquanto “logia” remonta a conhecimento.” Em outras palavras, Magrani (2018) complementa o termo:

A palavra tecnologia deriva dos vocábulos gregos *tekhné* (arte, indústria, habilidade) e *logos* (argumento, discussão, razão). A tecnologia, em sua etimologia, consiste, portanto, no conjunto de conhecimentos/saberes, argumentos e razões em torno de uma arte/ofício, ou de um fazer determinado. De outra forma, pode ser entendida como o conjunto dos instrumentos, métodos e técnicas que permitem o aproveitamento prático do conhecimento, voltado para as necessidades humanas (Magrani, 2018, p. 29-30).

Dito isso, o breve conceito explicitado não é suficiente para abranger a amplitude do que se entende por tecnologia, mas auxilia na reflexão do que ela é para o ser atual. Sob esse viés, Vieira Pinto (2005, p. 225) destaca que: “[...] a realidade do ser humano se constitui em função da mobilidade dos suportes históricos”; tema que integra a atualidade e demanda análise devido às tecnologias atuais que se movem junto às pessoas, desse modo, construindo sua história a partir do olhar humano, de suas necessidades.

Para se entender tecnologia, mostra-se necessário retornar ao que significa técnica. Essa, por sua vez, faz parte da história do ser e do seu sentido de existência, porquanto acompanha o seu conhecimento pelo perpassar do tempo. Assim, Feenberg (2010) traça um estudo sobre as origens da tecnologia e sobre o que é técnica; em sua pesquisa, as origens do termo técnica vêm da Grécia. Assim, o autor define:

*Physis* geralmente é traduzido como natureza e *poiesis* é a atividade prática de fazer. Chamamos o que é criado de artefatos e incluímos entre eles os produtos da arte, do artesanato e os da convenção social. A palavra *techné* na Grécia antiga significa o conhecimento ou a disciplina que se associa com uma forma de *poiesis*. (Feenberg, 2010, p. 52-53).

O sentido de técnica é amplo e denso, tal como os sujeitos e a história. Nessa ótica, Heinsfeld e Pischetola (2019, p. 4) declaram: “[...] nova técnica carrega consigo esquemas imaginários e implicações sociais e culturais variadas, cujos entendimentos e linhas limítrofes podem variar de acordo com cada sujeito, experiência e crença”. Vale enfatizar ser perceptível que a técnica acompanha o homem com o seu desenvolvimento pelo passar do tempo e pelas experiências adquiridas com a cultura em que se insere.

O conceito de tecnologia advém dos gregos, eles veem o ser a partir da técnica, ou seja, do seu conhecimento, segundo Feenberg (2010). O uso atual que se tem para tecnologia, já passados vários anos desde os gregos, é permeado de sentido, ou seja, não-neutro e carregado de valores humanos.

A palavra “tecnologia” possui plurissignificações, assim, Vieira Pinto (2005) destaca que tecnologia é “a ideologização da técnica”. Nessa seara, o autor acredita que (2005, p. 51): “[...] nas sociedades tradicionais, o modo de pensar das pessoas está formado por costumes e mitos que não podem ser explicados nem justificados racionalmente”. Essa construção faz parte do que se foi formando como sociedade e convenções. Assim, conclui que (Vieira Pinto, 2005, p. 51): “A cultura foi reformada gradualmente para ser o que pensamos como racional. Por consequência, a tecnologia tornou-se onipresente na vida cotidiana e os modos técnicos de

pensamento passaram a predominar acima de todos os outros”. A afirmação do autor leva a refletir sobre o papel das tecnologias móveis, atualmente, e como essas estão sendo utilizadas, uma vez que o objeto pode se sobrepor ao sujeito, priorizando, assim, a coisa ao invés do ser.

De qualquer maneira, ao abordar tecnologia, convém associá-la ao conhecimento de algo com o intuito de colocar em prática uma ideia. Segundo Castells (2000, p. 67), tecnologia “[...] é o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível”. Hodiernamente, a propagação do conhecimento vem sendo feita massivamente por meio de tecnologias móveis. Além do mais, a amplitude do termo pode ser adequada a cada situação em particular. Ainda, em tal perspectiva, Heinsfeld e Pischetola (2009, p. 3) definem:

Na contemporaneidade, o termo tecnologia contempla uma definição ampla, que se refere tanto à forma como seres humanos utilizam ferramentas quanto como aplicam seus conhecimentos para controlar e adaptar o meio em que vivem. Hoje, observa-se que as aplicações cotidianas do termo estão associadas aos aspectos sociais e culturais tanto da produção quanto do uso desses objetos.

É perceptível a conexão entre técnica, tecnologia e educação, uma vez que, quando essas são trabalhadas conjuntamente, formam um elo que impulsiona a busca pelo conhecimento, pela melhor forma de colocar em prática ideias construídas para melhorar a condição humana e a sua evolução. Ao se pensar sobre o termo “tecnologia”, faz-se necessária uma reflexão sobre a própria origem humana e seu desenvolvimento com o passar das épocas. Dentro disso, a utilização da tecnologia na educação é um tema que demanda reflexão e prática, intensificando o relacionamento social, uma vez que se tornou parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem, conforme as demandas de cada época, associando-se, assim, às necessidades específicas de cada geração.

Autoras como Heinsfeld e Pischetola (2009) veem a tecnologia como artefatos, sendo esses divididos entre técnicos e socioculturais. Pensando nisso, pode-se compreender artefato como um objeto constituído para determinado fim. Nesse sentido, Miller (2012, p. 99) define artefatos da seguinte maneira: “O artefato, portanto, pode ser definido *funcionalmente* como um intermediário material nas atividades de seres humanos em relação aos seus ambientes, físico e social.”

Destarte, ao analisar a expressão “artefatos”, há uma relação com tecnologia, sobre isso, Miller (2012, p. 95) declara: “Desse modo, o artefato e a tecnologia são duas faces de uma mesma realidade, fazendo parte da cultura, a qual, por sua vez, faz parte de um sistema sociocultural, o qual faz parte do ecossistema mundial que compõe o universo”. Destaca, ainda,

Miller (2012, p. 93) que: “Nas atividades dos nossos “atores” humanos no seu palco, visando a um fim, o artefato é um mediador na relação entre o homem (ou homens) em ação e o objeto ou fenômeno tratado, podendo ser este a natureza ou mesmo outro ser humano.”

Os artefatos técnicos se referem aos meios físicos disponíveis para alcançar um fim específico, assim se pode mencionar o computador, a ligação para acesso à internet, o telefone, sendo esses importantes para uma conexão com a tecnologia pretendida, por exemplo. Ao estabelecer essa relação, torna-se fundamental o amparo na criticidade da utilização desses artefatos e não meramente tratá-los como instrumentos independentes do sujeito. Sendo assim, a conexão com a educação deve ir além do uso de artefatos técnicos e envolver os diversos fatores que a compõem.

Nesse sentido, reconhecer a tecnologia apenas a artefatos técnicos é uma redução da amplitude do conceito, sendo que as partes culturais e sociais também devem ser levadas em consideração. Assim, os artefatos socioculturais são necessários à construção que se estabelece entre tecnologia e conhecimento, haja vista demonstrarem características específicas da sociedade. Essa conexão é descrita por Peixoto (2015, p. 324) da seguinte maneira: “[...] pode-se afirmar que a apropriação social e cognitiva de objetos técnicos varia segundo a cultura, a localização geográfica ou as condições econômicas dos sujeitos sociais”.

A conexão entre tecnologia, sociedade e cultura demonstra a importância de estudos nessa área, sobretudo quando se supervaloriza determinadas tecnologias em detrimento de outras, assim o objeto se edifica em relação aos sujeitos e a suas culturas. No campo da educação, ao inserir a tecnologia e a aplicação prática dela, é necessário o olhar crítico sobre os vários elementos que perpassam a busca por conhecimento.

Ao trazer à cena a tecnologia, faz-se relevante a abordagem sobre a cultura, uma vez que essa é parte da sociedade. Nessa perspectiva, Santaella (2003, p. 31) afirma que: “[...] a cultura é a parte do ambiente que é feita (*sic*) pelo homem. Implícito nisto está o reconhecimento de que a vida humana é vivida num contexto duplo, o habitat natural e seu ambiente social”. Desse modo, compreende-se que a cultura tem um sentido particular e também universal.

A cultura de massas e a indústria cultural, tema desenvolvido por Adorno e Horkheimer (2002), apresenta uma sociedade em transformação, na qual o senso acrítico leva o sujeito a um consumo impensado, com estereótipos e padronizações, diferentemente do que é real. Entretanto, trata-se de um processo, no qual o próprio ser humano se modificou, gerando estranhamentos que culminam em um tipo de cultura da qual se faz parte atualmente. Essa cultura altera-se rapidamente, é móvel, interrompe-se, conecta-se, tornando contatos mais

próximos, mas também distantes. As disparidades proporcionadas pela tecnologia, a digital, principalmente, permite a discussão e as reflexões necessárias em todas as searas.

Para Santaella (2003), a cultura digital vem da cultura das mídias em um processo gradativo. Assim, a autora (2003, p. 15) aponta o:

“[...] surgimento de equipamentos e dispositivos que possibilitaram o aparecimento de uma cultura do disponível e do transitório: fotocopiadoras, videocassetes e aparelhos para gravação de vídeos, equipamentos do tipo *Walkman* e *walktalk*, até o surgimento da TV a cabo”.

O aparecimento da cultura digital tem uma relação intrínseca com as mudanças humanas no último século, as quais passaram por transformações na sociedade, na política e nos processos de educação.

Por fim, as mudanças na sociedade são importantes para entender como se chegou ao digital ou, pelo menos, a compreensão da nova cultura que se está vivendo e porque é indispensável para a população, atualmente, o uso de *smartphones*, por exemplo. Os artefatos socioculturais, que não se desenvolvem de maneira linear, reforçam a ideia de como os comportamentos são importantes, ora individuais, ora padronizados, marcando o percurso de transformação de culturas.

Para chegar à cultura digital, Santaella (2003) perpassa tanto a cultura oral, quanto outras, como a cultura escrita, impressa, de massas e das mídias, reforçando que esses meios servem para a transmissão de informação, o que modifica o ambiente sociocultural é o tipo de comunicação que por ali circunda.

A tecnologia digital compõe uma cultura na qual a informação rápida, instantânea, é tida como elemento fundamental à sociedade presente. Explica Santaella (2003, p. 19) que “[...] a era digital vem sendo também chamada de cultura de acesso”, ou seja, de acesso a informações de maneira constante. A autora complementa: “Estamos, sem dúvida, entrando numa revolução da informação e da comunicação sem precedentes que vem sendo chamada de revolução digital” (Santaella, 2003, p. 70). Dessa maneira, as mudanças são muito rápidas, e a atualização se torna imprescindível, o que levará a reflexões sobre o que se está fazendo com o tempo e como utilizá-lo de forma a beneficiar a sociedade. Desse modo, infere-se que a troca de informações, de maneira demasiada, levará a consequências sobre as quais muitos ainda não refletiram, tendo o sujeito como principal produto de troca de informações.

Nessa mesma linha de pensamento, importa destacar que a transformação de paradigmas proporcionada pela cultura digital trouxe questões sobre como conviver entre o virtual e o

presencial, reforçando ambiguidades que se entrelaçam a um fim preponderante de obter informações rápidas. Como exemplo, pode-se citar a época vivida no período pandêmico, ocasionado pelo Coronavírus, no qual a sociedade precisou se isolar para sobreviver, tornando os meios digitais essenciais à comunicação. Após a pandemia da Covid-19, os meios digitais não foram deixados de lado, na educação reforçou-se a importância de aulas presenciais, por exemplo, em oposição às virtuais, fato esse que levou o Estado a colocar a educação no rol de serviços essenciais<sup>4</sup>, com o intuito de obrigar os docentes a trabalharem de maneira presencial em plena pandemia. Todas essas contradições são importantes para entender como as culturas vão se moldando de acordo com determinadas situações, utilizando-se de tecnologias apropriadas e disponíveis à própria sobrevivência.

No período pandêmico, as redes sociais, que são meios de comunicação oriundos, principalmente, de empresas privadas, transformaram-se dentro das escolas em espaços virtuais à interação entre o corpo escolar. No entanto, para Kenski (2018), a transição entre a cultura antes do digital e a cultura digital envolve conflitos, os quais a autora descreve da seguinte maneira:

Trata-se da ‘criação de uma outra cultura, com outros referenciais’. Uma ruptura com as culturas anteriores, seus conceitos e suas práticas sem, no entanto, exterminá-las integralmente. Ao contrário, a cultura digital transita em camadas virtuais distintas, com valores, conceitos, conhecimentos, práticas, temporalidades e universalidades próprias. Assim, pessoas continuam envolvidas com os valores e usos das culturas populares tradicionais de seus grupos nativos e, ao mesmo tempo, podem estar imersas nas lógicas e práticas da cultura digital que lhes é contemporânea (Kenski, 2018, p. 140).

A interação entre o sujeito e a tecnologia está repleta de significados, assim como os conflitos criados pelos sujeitos, assim, o conhecimento desenvolvido ao longo do tempo pode ser benéfico quando vai ao encontro de uma inteligência coletiva, em função do social. Nesse sentido, Kenski (2018) apresenta a cultura digital como uma cultura com “outros referenciais”, sendo que existem outros pontos valorativos dentro dessa cultura, com os quais os sujeitos interagem de uma forma muito rápida, característica predominante do digital. Além disso, Lévy (2016, p. 44) ainda ressalta a importância do caminhar compartilhado nessa cultura:

Trabalhar, viver, conversar fraternalmente com outros seres, cruzar um pouco por sua história, isto significa, entre outras coisas, construir uma bagagem de referências e associações comuns, uma rede hipertextual unificada, um contexto compartilhado, capaz de diminuir os riscos de incompreensão.

---

<sup>4</sup>Projeto de Lei n.º 5595/2020. Disponível em: <https://encr.pw/htT7J>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Essa associação compõe um mundo conectado não apenas por artefatos técnicos, mas, de igual modo, socioculturais, que estão criando novos lugares para trocas de conhecimentos, os quais se pode chamar de ciberespaço (Lévy, 2016). Esses espaços não podem mais ser retirados dessa cultura, pois já fazem parte dela. Mesmo na década de 1990, com a intensificação do uso da internet, o trabalho remoto já existia e apresentava novas perspectivas no mercado. Segundo Pretto (2006), o que era local se expandiu, fazendo com que as relações humanas se ampliassem:

A palavra *local* ganha especial dimensão por inúmeras razões, das quais destacamos o fato de que, desde a década de 1990, com a intensificação do uso da Internet, o trabalho potencialmente passou a ser remoto, de casa, e por rede, sendo elemento definidor de novos mercados. Associado a isso, passamos a assumir diversas outras funções, que antes demandavam um posto de trabalho específico. (Pretto, 2006, p. 24).

Em alusão ao apresentado por Pretto, no ano de 2020, com a pandemia de Covid-19, apenas houve o registro de uma necessidade que já era esperada em se avançar do campo físico para o virtual, cabendo à sociedade delinear os aspectos positivos e negativos desse entrelaçamento. Sob esse prisma, quanto ao processo educacional, nele é necessária uma perspectiva crítica em vez do olhar da tecnologia estática, técnica, mas como parte da sociedade que a envolve. Sobre isso, Peixoto (2015) destaca a importância do social ao se analisarem os meios tecnológicos, sobretudo ao se tratar sobre o processo educacional:

A tecnologia é vista como um objeto cristalizado, como um conjunto de estruturas, de usos e de práticas que se originam em sua própria concepção. Isso ocorre quando se afirma que a internet é um meio pedagógico interativo e que essa possibilidade interativa, inerente à rede, transfere-se automaticamente para as práticas educativas que nela se realizam (Peixoto, 2015, p. 321).

A mera utilização da tecnologia não é suficiente para inserir alunos, professores e corpo escolar no mundo digital. Embora, muitos artefatos técnicos ainda faltem em escolas, principalmente públicas, importa uma apropriação crítica sobre em que, de fato, essa tecnologia pode ser útil ao sujeito individual e à coletividade que o cerca. Nesse ínterim, vale destacar que a era digital desperta vários sentidos importantes para se inserir em um espaço desconhecido, muitas vezes não inclusivo, em que se pesem as extremas desigualdades que assolam a sociedade, e, dentro disso, refletir a tecnologia enquanto papel de inclusão social, desenvolver o compartilhamento de conhecimento com consciência das informações transmitidas é um caminho a ser percorrido.

A tecnologia móvel se destaca na difusão de aplicativos como o WhatsApp e outras redes sociais devido às características de ubiquidade, mobilidade e facilidade de propagação. A utilização de *smartphones* cada vez mais velozes, com mais memória, fez com que esse tipo de tecnologia impulsionasse a mobilidade de informação e, de certo modo, padronizasse o mercado.

A internet é imprescindível para o uso de tecnologias digitais, ao funcionamento e ao desenvolvimento das relações nesse campo, isso porque as conexões necessitam do acesso à rede. O termo “internet” refere-se a um conjunto de meios interligados, que incluem dispositivos como celular e computador, além das redes de diversas universidades, empresas e setores governamentais.

A origem da internet remonta à época de conflitos entre estados em que o meio de comunicação era elementar nas estratégias militares. Sobre esse assunto, Nelson Pretto (2006) especifica:

Um dos exemplos mais lembrados na nossa história recente sobre esse modo de organização veio do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, durante a guerra fria, que, ao solicitar à *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) uma rede de computadores capaz de continuar funcionando na ausência de um nó ou quebra de uma conexão, deu origem, em 1969, à rede Internet (ISOC, 2000), que se constitui na chamada rede das redes (Pretto, 2006, p. 20).

A função de comunicação foi um dos principais pontos que orientou a criação e a difusão da internet<sup>5</sup>. Nesse sentido, Santaella (2003, p. 86) ressalta que “O Departamento de Projetos de Pesquisas Avançadas da Agência de Defesa Americana (DARPA), buscava projetar um sistema de comunicação invulnerável a ataque militar”. A autora detalha o percurso da internet, com a junção de computadores em rede em 1966, feita por Bob Taylor, pioneiro da internet nos Estados Unidos, e a criação da *Advanced Research Projects Agency Network*<sup>6</sup> (ARPANet), em 1969. Essa época retrata a propagação e a abertura da internet para outros setores:

Foi aberta aos centros de pesquisa, mas imediatamente os cientistas começaram a usá-la para todos os tipos de comunicação, ficando difícil separar da comunicação científica e das conversas pessoais a pesquisa dirigida ao setor militar. Dessa forma, gradativamente, os cientistas de todas as áreas começaram a ganhar acesso às redes. (Santaella, 2003, p. 86).

---

<sup>5</sup> A rede mundial de computadores, ou Internet, surgiu em plena Guerra Fria, período de conflitos ideológicos entre a extinta União Soviética e os Estados Unidos. O Departamento de Defesa Norte-Americano criou a Arpanet para comunicação em caso de destruição dos meios convencionais de telecomunicações. (Agência Brasil, 2015)

<sup>6</sup> Rede da Agência para Projetos de Pesquisa Avançada.

Por outro lado, não se pode atribuir a utilização da internet apenas à área militar, pois universidades a utilizavam com o intuito de desenvolver pesquisas e compartilhar conhecimento. Desse modo, Santaella (2003) ainda conclui que a internet:

Ela sempre serviu a redes científicas, institucionais e pessoais que cruzavam não só o Departamento de Defesa, mas também a Fundação Nacional de Ciência, as principais universidades ligadas à pesquisa e núcleos de geração de ideias especializados em tecnologia, nos Estados Unidos (Santaella, 2003, p. 87).

Dos anos 1990 aos dias atuais, com a disseminação dos computadores pessoais e o advento da *World Wide Web* (WWW), a internet viu um rápido crescimento, tornando-se uma plataforma global essencial à comunicação, à colaboração, ao comércio e ao entretenimento. De acordo com a Agência Brasil (2015, s/p): “A Internet chegou ao Brasil em 1988. No ano seguinte, o Ministério de Ciência e Tecnologia, criou a Rede Nacional de Pesquisas, com objetivo de coordenar os serviços de acesso à Internet”. E quanto ao seu marco civil, importa explicar que a Lei n.º 12.965/2014 estabelece normas para regulamentar o uso da internet no país, medida tardia, porém importante à proteção das informações divulgadas, veiculadas à internet.

Por fim, no contexto contemporâneo, a internet é uma infraestrutura crucial à economia global e à sociedade moderna, conectando bilhões de indivíduos a dispositivos, promovendo inovações em várias esferas. A partir disso, cumpre destacar como os meios de comunicação, provenientes do acesso à internet, são fundamentais para os Estados devido à segurança e à rápida propagação das informações na sociedade.

## 2.1 Caracterização do WhatsApp

O aplicativo WhatsApp é classificado, principalmente, pelo serviço de mensagens e como uma multiplataforma, de origem americana, criada por Jan Koum e Brian Acton<sup>7</sup>, em 2009, cujo objetivo é a troca de mensagens, áudios e chamadas de vídeo. Esse aplicativo foi criado com a intenção de substituir o serviço de mensagens curtas (SMS), a fim de que as mensagens chegassem de forma instantânea e com mais variedade de mídias, tais como: texto, fotos, vídeos, documentos e localização. (WhatsApp, 2025)

---

<sup>7</sup> O WhatsApp foi fundado por Jan Koum e Brian Acton, que já haviam trabalhado juntos no Yahoo por 20 anos. O WhatsApp se juntou ao Facebook em 2014, mas continua a operar separadamente como um app com foco no serviço de mensagens rápido e confiável em qualquer lugar do mundo. (WhatsApp, 2025)

De acordo com o site do aplicativo<sup>8</sup>, cerca de dois bilhões de pessoas em cento e oitenta países usam o WhatsApp como um meio de comunicação (WhatsApp, 2025). O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) apresentou a porcentagem (73%) de plataformas e de redes sociais nas quais escolas e professores possuem perfil ou página em escolas de Ensino Fundamental e Médio, isto é, em âmbito educacional (CGI.br, 2023). Assim, destaca:

Entre as edições 2020 e 2023, a proporção de instituições que possuíam perfil ou página em redes sociais passou de 64% para 73%. Este movimento foi ainda mais relevante entre as escolas das regiões Norte (de 35% para 47%) e Nordeste (de 56% para 68%), municipais (de 47% para 60%) e localizadas em áreas rurais (de 29% para 47%). (CGI.br,2023, p. 28)

O WhatsApp é considerado um comunicador instantâneo, também conhecido como mensageiro instantâneo, visto que permite a uma pessoa conversar em tempo real com outra, por meio de texto, áudio ou vídeo. No caso do WhatsApp, enquanto um usuário está digitando, falando ou inserindo algum arquivo, o destinatário já sabe que receberá uma nova mensagem, pois o aplicativo mostra quem está on-line e está escrevendo a partir de um ícone de identificação. Esse tipo de comunicação permite uma dinâmica maior entre os interessados, e provoca respostas imediatas, de acordo com a necessidade de cada um. Assim, segundo informações disponibilizadas no site do aplicativo:

O WhatsApp começou como uma alternativa ao SMS. Nosso produto agora oferece suporte ao envio e recebimento de uma variedade de mídias: texto, fotos, vídeos, documentos e localização, assim como chamadas de voz. Alguns dos seus momentos mais pessoais são compartilhados por meio do WhatsApp, e é por isso que implementamos a criptografia de ponta a ponta em nosso ap. Por trás de cada decisão de produto, existe nosso desejo de possibilitar que as pessoas se comuniquem em qualquer lugar do mundo sem barreiras. (WhatsApp, 2025)

Esse tipo de comunicação instantânea vem se aperfeiçoando, a partir do *I seek you* (ICQ)<sup>9</sup>, criado em 1996, e do *Microsoft Network* (MSN)<sup>10</sup>, que data de 1999. Todos esses aplicativos possuíam a função de conversas rápidas e interativas, marcando a mobilidade dos sujeitos de se comunicarem em qualquer espaço. A evolução dessa tecnologia culmina atualmente no WhatsApp e seu concorrente Telegram<sup>11</sup>, também utilizado no cenário brasileiro,

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.whatsapp.com/?lang=pt\\_BR](https://www.whatsapp.com/?lang=pt_BR). Acesso em: 03 jan. 2025.

<sup>9</sup> ICQ é uma sigla em inglês para “I seek you” que significa “eu te procuro”.

<sup>10</sup> *Windows Live Messenger*: um dos serviços do MSN era um serviço de mensagens instantâneas.

<sup>11</sup> O Telegram foi criado em 2013, pelos russos Pavel e Nikolai Durov. É um aplicativo de mensagens com foco em velocidade e segurança, rápido, simples e gratuito. (Telegram, 2025). Disponível em: <https://telegram.org/faq/br#p-o-que-e-telegram>. Acesso em; 16 jul. 2025.

mas não tão popular quanto o de origem americana. Assim, o aplicativo apresenta as funcionalidades indicadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais funcionalidades do WhatsApp

<b>Envio de mensagens de textos, áudios, fotos e vídeos</b>	Lista de contatos pessoais grupos diversos; as conversas podem ser arquivadas; ícones com fotos ou imagens dos contatos; atualizações (compartilhar <i>status</i> com fotos, vídeos); comunidades: pode inserir ou criar comunidades específicas; ícone de ligação: pode marcar reuniões ou realizar ligações do computador; compartilhar a localização; pode inserir mensagens temporárias.
<b>Novas funções</b>	Destaca-se à acessibilidade proporcionada por recursos, tais como: leitura de tela, navegação por teclado, contraste de cores, tamanho do texto, áudio e vídeo, comunicação por texto, transcrição, dentre outros.
<b>Conexão de dispositivos</b>	Com até quatro aparelhos conectados ao mesmo tempo; o WhatsApp Web apresenta o recurso de utilizar o aplicativo pelo computador, sendo necessário confirmar a identidade por meio de <i>Personal Identification Number</i> (PIN), número de identificação pessoal, ou <i>Quick Response code</i> (QR code), código de resposta rápida.
<b>Pagamento instantâneo</b>	Permite utilizar o sistema de recebimento, como a chave de Pagamento Instantâneo Brasileiro (PIX) <sup>12</sup> ou adicionar outra forma de pagamento, como cartões de crédito e débito, PayPal, transferências bancárias, por outros aplicativos.
<b>Configurações na conta</b>	Podem ser alteradas, por exemplo, as notificações de segurança com chaves de acesso, endereço de e-mail, confirmação em duas etapas, mudar o número, pedir dados da conta, adicionar conta ou apagar a conta. Quanto à privacidade, permite o bloqueio de contatos, mensagens temporárias; armazenamento de dados; abrir simultaneamente outros aplicativos do grupo Meta: Instagram, Facebook, Threads.
<b>Anexação/ compartilhamento</b>	Os usuários podem inserir as seguintes funções ao enviar mensagens: áudio; foto; vídeo; contato; grupo; chamada; <i>status</i> ; localização.
<b>Inclusão da inteligência artificial</b>	Em seu programa, por meio da Meta AI (inteligência artificial do WhatsApp), criado em 2024, assistente virtual que possui a função de melhorar a eficiência e a produtividade nas pesquisas realizadas no aplicativo.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de WhatsApp (2025).

No Brasil, o WhatsApp surgiu no próprio ano de sua criação, em 2009, largamente difundido, sendo atualmente um dos aplicativos mais usados no país. Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil, entre os anos de 2020 e 2022, houve um crescimento do uso de perfis e de páginas do WhatsApp e do Telegram nas escolas de 42% para 52%. Dentre as funções mais

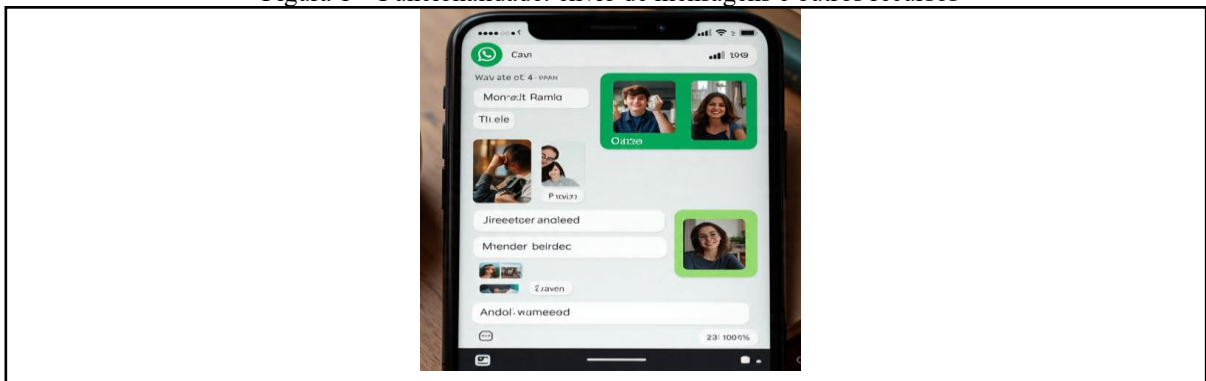
<sup>12</sup> PIX é um meio de pagamento instantâneo, o nome está relacionado à tecnologia, transações e pixels, com a ideia de ser uma operação simples e rápida. Esse sistema de pagamento foi criado pelo Banco Central, em 2020. A regulamentação deste meio de pagamento foi estabelecida pela Resolução Banco Central do Brasil n.º 1, de 12/8/2020.

utilizadas, estavam o envio de recados aos pais (66%), divulgação de fotos e vídeos, (63%), sendo que em escolas particulares houve um leve aumento do uso de redes sociais em comparação às escolas públicas (Cetic, 2023, p. 100). Essa mesma pesquisa analisou a proporção de alunos que utilizam tecnologias digitais na educação: “Entre os alunos usuários de Internet, o uso de redes sociais estava praticamente universalizado (99%). Plataformas como YouTube (95%), WhatsApp (94%), Instagram (76%) e TikTok (71%) foram as mais utilizadas” (CGI.br, 2023, p. 102).

O WhatsApp foi vendido em 2014, segundo Marques (2024), passando a fazer parte do grupo Facebook, que na época possuía o número de quatrocentos milhões de usuários. Atualmente pertence à empresa Meta com mais de dois bilhões de usuários espalhados pelo mundo. Desde a sua criação em 2009 até os dias atuais, o aplicativo tem desenvolvido vários recursos que excedem o envio de mensagens.

A função precípua era a de troca de mensagens instantâneas entre seus usuários, com o passar do tempo e as necessidades de mais recursos demandados pela sociedade, o WhatsApp passou a inserir áudios, chamadas de vídeos, pagamentos, afirmando a segurança de informações, uma vez que usa o sistema criptográfico. Desse modo, destacam-se alguns ícones do aplicativo, conforme Figura 1<sup>13</sup>.

Figura 1 – Funcionalidade: envio de mensagens e outros recursos



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de WhatsApp (2025). Figura gerada pela inteligência artificial Meta AI.

A partir da Figura 1, percebe-se como as funcionalidades do aplicativo se ampliaram, desde o envio de mensagens, ao *status* do usuário, a criação de grupos e comunidades e o acesso à inteligência artificial<sup>14</sup> da Meta, função recente de 2023. Ademais, o amplo alcance do

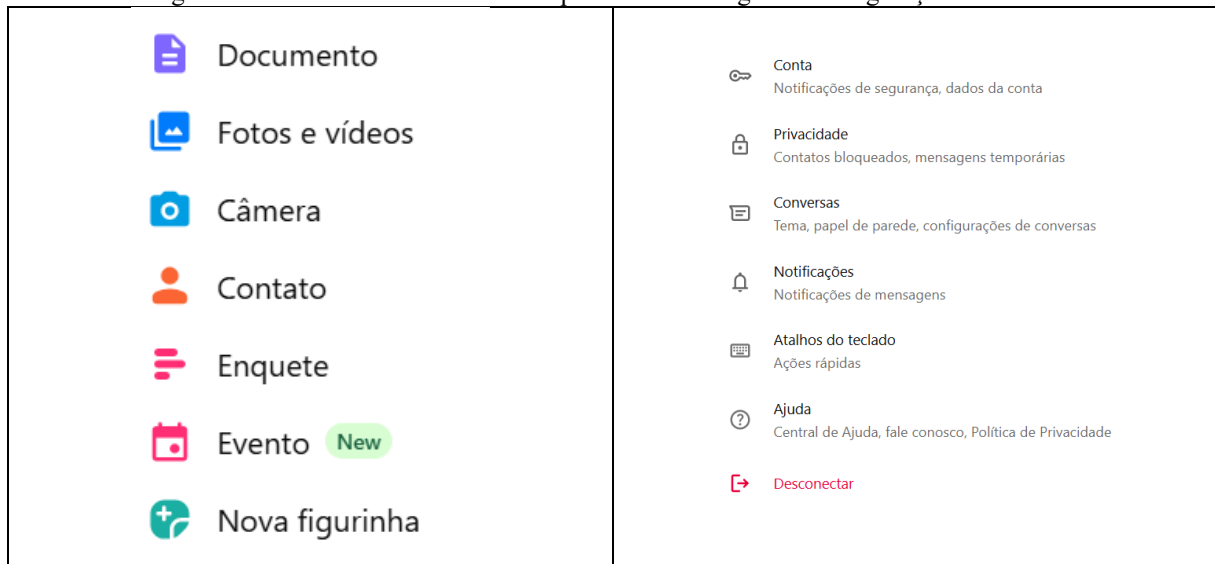
<sup>13</sup> Audiodescrição disponível em: <https://encr.pw/S1yQh>. Acesso em: 04 jun. 2025.

<sup>14</sup> Inteligência artificial envolve o uso de algoritmos para analisar dados, reconhecer padrões a partir de assistentes virtuais. Segundo o grupo meta (WhatsApp, 2025, s/p): “As mensagens da Meta AI são geradas pela inteligência artificial em resposta a mensagens e comandos enviados por você, usando uma tecnologia da Meta.

aplicativo, em que mensagens podem ser gravadas e ouvidas de forma assíncrona, elevou o seu uso, com transcrições de mensagens de áudio, por exemplo, o que vem ao encontro da acessibilidade a pessoas que necessitem deste recurso.

Além disso, outros recursos, como a inserção de *emojis*, símbolos utilizados em redes sociais, sobretudo, para transmitir emoções, *gifs*, *Graphics Interchange Format*, utilizado para imagens fixas ou animadas, destacando-se, também, a criação de figurinhas pelos usuários são funções disponibilizadas, além de configurações de conta, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Funcionalidades: anexar arquivos em mensagens e configurações de conta<sup>15</sup>



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de WhatsApp (2025).

Dentre os recursos disponibilizados pelo aplicativo, a empresa Meta garante privacidade das mensagens, que são criptografadas, camadas adicionais de privacidade, dentre outros recursos, tais como chamadas de vídeo, chamadas telefônicas, envio de áudios, documentos, imagens, compartilhamento de localização em tempo real e criação de grupos, (WhatsApp, 2025). Em razão de suas diversas funções, essa tecnologia é conhecida por ser uma multiplataforma, assim elucida Lopes (2016, p. 23) sobre os vários papéis do aplicativo: “[...] esse aplicativo tem a capacidade de gerar incontáveis redes sociais através da formação de grupos em sua plataforma, fomentando de forma intensa a interação dos participantes, ou seja, os ‘atores sociais’ envolvidos.” Por isso, incentiva a criação de grupos e comunidades específicas.

O período com o maior uso de aplicativos oriundos de redes sociais foi marcado pela época da pandemia da Covid-19, momento em que as aulas foram suspensas presencialmente e

<sup>15</sup> Audiodescrição disponível em: <https://11nq.com/IVPLz>. Acesso em: 04 jun. 2025.

os meios de comunicação mais utilizados foram os das redes sociais. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (2020) relatou que, durante tal período, mais de 90% dos gestores escolares criaram grupos em aplicativos com o intuito de estabelecer comunicação entre alunos e seus responsáveis. Assim, informa: “Aplicativos e redes sociais foram adotados por grande parte das escolas para interagir com estudantes e familiares durante a pandemia” (CGI, 2020, p. 3). Essa prática permanece ainda hoje, pós-pandemia.

Além disso, o uso de redes sociais é uma realidade que, mesmo após a pandemia, ainda se mantém como meio de comunicação nas escolas, é o que conclui a pesquisa do CGI.br (2023). O uso de aplicativos, principalmente, na educação, é um dado relevante, já que pesquisas demonstram relação com o desempenho dos alunos. A Agência Brasil (2023, s/p) publicou relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, 2022), no qual alunos que acessam mais dispositivos digitais possuem menor desempenho escolar.

Dessa forma, o crescimento do uso do WhatsApp no Brasil é um fator que deve ser analisado de maneira crítica, principalmente, ao se utilizar esse meio de comunicação na educação. Entende-se que esse aplicativo se tornou mais que uma rede social, na qual é imprescindível a comunicação de maneira rápida. Dentro disso, destaca-se o WhatsApp como um recurso tecnológico de cunho social, de mobilidade e presente no cotidiano da população, de forma geral, não apenas na educação.

A população faz uso diário do aplicativo, sendo assim, a ausência do WhatsApp no dia a dia já interfere nas relações interpessoais. Pode-se mencionar momentos em que o aplicativo esteve fora do ar<sup>16</sup>, por problemas técnicos alheios aos usuários, ou por motivos judiciais, o que ocasionou apreensão dentre aqueles que são dependentes do aplicativo. Os apagões que acontecem em torno de tecnologias móveis como o serviço de mensagens instantâneas deixam usuários vulneráveis, nesses momentos outras fontes de comunicação são utilizadas, por exemplo, as ligações telefônicas (nic.br, 2021)<sup>17</sup>. Ademais, os problemas envoltos na conexão tendem a se expandir a outras fronteiras, como aconteceu em 2023, (Agência Brasil, 2023,

---

<sup>16</sup> Em 2016, o Partido Popular Socialista (PPS) ingressou com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), na qual alegou que a suspensão do WhatsApp viola preceito fundamental da liberdade de expressão e comunicação, consoante o art. 5º, IX da CF/88. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-suspensao-do-whatsapp-viola-direito-fundamental/402342497>. Acesso em: 16 jul. 2025. Posteriormente, em 2022, o WhatsApp ficou fora do ar por horas, o que atingiu bilhões de pessoas. A empresa responsável pelo aplicativo não explicou os motivos da suspensão do WhatsApp. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/apag%C3%A3o-do-whatsapp-afeta-bilh%C3%B5es-de-usu%C3%A1rios-em-todo-o-mundo/a-63555172>. Acesso em: 16 jul. 2025.

<sup>17</sup> Dobra o uso de ligações telefônicas após apagão do WhatsApp. Disponível em: <https://nic.br/noticia/namidia/dobra-uso-de-ligacoes-telefonicas-apos-apagao-do-whatsapp/> são utilizadas, visto a necessidade de se manter informado. Acesso em: 19 mai. 2025.

s/p)<sup>18</sup>, em que vários países ficaram sem conexão com o WhatsApp. Esse tipo de situação reforça a dependência dos usuários com o WhatsApp para fins diversos.

No momento em que este trabalho é redigido, o WhatsApp oferece várias funções para seus usuários, o que o torna um meio de comunicação presente no dia a dia da população. Na educação, o aplicativo destaca-se como parte importante nas escolas, principalmente para o acesso a informações e conteúdos ministrados. Dentro disso, a revisão bibliográfica apresentada nesta dissertação aborda justamente o uso do aplicativo para comunicação e transmissão de conteúdos de sala de aula. Em contrapartida, quanto à importância da segurança de dados pessoais, em ambiente escolar, não foram localizados trabalhos científicos.

## 2.2 Cultura da mobilidade

A velocidade dos meios de comunicação caracteriza uma sociedade em constante movimento, muitas vezes desenfreado, sempre em circulação, ou seja, a necessidade de estar sempre conectado e informado sobre tudo, o que ressalta a cultura em que se está inserido hodiernamente.

A expressão “cultura da mobilidade”, termo utilizado por Lemos (2009, p. 28), denota dois sentidos: “A mobilidade, em sua dimensão física (transporte de pessoas, objetos, *commodities*) e informacional (sistemas de comunicação)”. Para o autor, esse ambiente cria tensões entre o espaço privado e o público, assim como com o que é próximo e distante. Essas oposições, dentre outros fatores, criam a cultura conhecida por mobilidade.

Por outro lado, Lemos (2009, p. 30) infere que: “[...] a cultura da mobilidade não é uma novidade e não nasce com os dispositivos portáteis digitais e as redes sem fio da sociedade da informação.” Essa formação cultural vem se estabelecendo há muito tempo, sobretudo com as mudanças da sociedade, às quais procuram sempre novas fontes de recursos para o seu desenvolvimento.

A comunicação, como a digital, não pode ser dissociada do seu aspecto físico, que se expandiu nesse cenário, assim como o seu sentido informacional, o qual passou a abranger mais pessoas de diversas maneiras. À vista disso, a informação passou a não ser exclusiva de um local, mas universal, isto é, o modo pelo qual se recebe uma notícia condiz muito com a cultura da mobilidade.

---

<sup>18</sup>WhatsApp sai do ar por cerca de uma hora nesta quarta-feira. Disponível em: <https://11nq.com/QHHPb>. Acesso em: 25 mai. 2025.

Por isso, a importância da divulgação de informações e dos meios utilizados, uma vez que, quando anunciada certa notícia, é difícil contê-la, sendo verdadeira ou não. Dentro disso, Lemos (2009, p. 29) reitera que: “Com a atual fase dos computadores ubíquos, portáteis e móveis, estamos em meio a uma ‘mobilidade ampliada’ que potencializa as dimensões física e informacional”. Esse cenário reforça características que possibilitam determinadas pessoas a terem o “poder” de transmitir informações a uma coletividade; é prudente afirmar que a divulgação, transmissão, repasse de informações não são realizados de uma maneira neutra, porque a tecnologia, em sua essência, não é neutra, mas carregada de valores políticos, sociais, culturais e sobretudo econômicos.

A tecnologia pode ser analisada de uma forma reflexiva, com um sentido valorativo, na visão de autores como Feenberg (2005), que observa a tecnologia de maneira relativa, conforme a posição em que é utilizada, assim como na informação transmitida há um valor definido. No mesmo sentido, Winner (2017) também ressalta o valor veiculado à tecnologia, sobretudo político, uma vez que esses artefatos possuem características políticas envolvidas, além de mercadológicas, ou seja, entrelaçam fins específicos e previamente definidos com intenções estabelecidas.

A vinda das mídias digitais trouxe mais fluência sobre as comunicações e agilidade para a sua propagação, visto ser possível, atualmente, estar conectado em qualquer lugar e a qualquer momento, interagindo e trocando informações em espaços que se conectam. Esse tipo de mobilidade, proporcionado pelos meios digitais, reforça a conexão entre diferentes lugares cujas informações veiculadas são rápidas, sempre repletas de valores.

A mobilidade apresentada por tecnologias digitais traça novas perspectivas, para as quais Lemos (2009) utiliza a expressão de “nômades virtuais” os quais procuram novos espaços, mais informacionais, por isso necessitam estar virtualmente conectados a todo o tempo e seus aparelhos móveis se tornam imprescindíveis para deslocamento, pagamento de contas, conversas aleatórias, informações sobre o tempo. Assim, a ida a espaços físicos distintos não é um limite para a conexão virtual, pois Lemos (2009, p. 31) destaca que: “Artefatos comunicacionais acentuam a mobilidade e aguçam a compreensão do nosso lugar no mundo e de nós mesmos”. Ver-se-á, então, que o excesso de conexão, semelhantemente, é um dos problemas atuais, visto que vem se passando mais tempo diante das telas do que diante das pessoas ao redor; ademais saber quais são as consequências quanto ao uso constante do mundo virtual é uma das questões que vem sendo indagada pela contemporaneidade.

É ínsito destacar que a localização do usuário pode ser rastreada por essas tecnologias, o que fere direitos fundamentais, como o de ir e de vir e o direito à segurança da informação. A

cultura da mobilidade reflete que as pessoas estão veiculadas intrinsecamente ao artefato móvel e possuem a necessidade de dizer onde estão a todo o tempo, de fotografar pratos, lugares, pessoas, gravar informações e, principalmente, postar em redes sociais ou compartilhar via WhatsApp para sua lista de contatos.

As relações simultâneas em âmbito escolar não poderiam ser diferentes, porquanto a mobilidade está presente nos seres; entretanto, há que se diferenciar, em certos momentos, o que se trata sobre o particular e o coletivo. Nesse diapasão, Lemos (2009) explica haver uma confusão entre a esfera pública e a privada ao utilizar esses meios comunicacionais. A mobilidade informacional é um dos aspectos a serem analisados ao se tratar as redes sociais, como o WhatsApp, por exemplo, que é um veiculador de informações utilizado atualmente como recurso tanto de cunho pessoal quanto profissional. Esse tipo de mobilidade não pode ser freado, reduzido, pois a sociedade demanda velocidade nas informações compartilhadas, o que se pode mencionar é buscar a utilização mais consciente dos espaços públicos, principalmente, e das pessoas que os inter cruzam, uma vez que nem todo o mundo quer compartilhar a geolocalização a todo momento, por exemplo, muito menos ser fotografado e postado em redes sociais particulares. É necessária regulamentação de aplicativos móveis para que as consequências não atinjam bens pessoais como identidade, cultura, locais de trabalho, enfim a vida íntima do ser humano ou o seu particular.

Nesse sentido, a cultura da mobilidade expressa a sociedade que se movimenta e busca novos conhecimentos de forma incessante, como pontua Lemos (2009). Dentro de uma sociedade informacional, a tecnologia móvel, representada por mensagens instantâneas ganha força, devido à rapidez e à facilidade de comunicação. Assim, a cultura da mobilidade representa o deslocamento proporcionado pela era digital, de mensagens rápidas, vídeos curtos e *emojis* que representam emoções que não podem ser faladas, nem escritas.

### **2.3 Capitalismo de vigilância**

A importância e o crescimento do uso do aplicativo WhatsApp na sociedade atual, principalmente brasileira leva a práticas não tão críticas quando se pensa sobre as proporções que o aplicativo pode abranger, sendo esse um meio de comunicação particular, oriundo de uma empresa americana, que não garante a segurança dos dados fornecidos. Isso leva a uma reflexão até sobre a segurança do Estado, de acordo com Chagas e Stefano (2023), os Estados Unidos, por exemplo, estão tentando banir um meio de comunicação, conhecido por Tik Tok, por se

tratar de uma empresa estrangeira, de origem chinesa, com meios de captação de informações e de dados, que não agrada ao Estado Americano.

As plataformas digitais de caráter instantâneo tendem a ampliar o espaço, como o aplicativo Tik Tok, o qual, segundo Chagas e Stefano (2023, p. 2), “É ainda a primeira plataforma originalmente chinesa a desfrutar de um alcance global, o que acirrou tensões geopolíticas entre a China e os Estados Unidos e ocasionou tentativas de censura e banimento por parte dos governos norte-americano e Chinês”. Nesse cenário de dúvidas e de decisões urgentes, a criticidade e a praticidade se desencontram e geram incertezas sobre o futuro das comunicações.

Em contrapartida, Zuboff (2020) declara que as principais redes sociais, aplicativos americanos possuem um fim econômico, o qual é realizado por meio da vigilância de dados e preferências dos usuários. Desse modo, as grandes redes, como as organizadas pela empresa Meta utilizam do monopólio que exercem para oferecer seus produtos em troca de dados pessoais. A regulamentação das *big techs* no Brasil ainda é incipiente, um tema em discussão e destacada importância para a segurança das comunicações no país.

O uso de plataformas digitais estrangeiras como a Google sala de aula, criada em 2014, foi impulsionado na educação brasileira, principalmente durante a pandemia, como uma forma de continuar as aulas não presenciais. O uso de plataformas de outros países, como Google, WhatsApp, TikTok evidencia a ausência de um sistema operacional voltado para a educação. Assim, portarias, como a de n.º 160/2021<sup>19</sup>, por exemplo, tentaram descrever como deveria ser o funcionamento das aulas remotas, o mesmo ocorrendo com a implementação e o uso de plataformas também voltadas para a educação. Nesse cenário, o WhatsApp ganhou força como um aplicativo ímpar na troca de mensagens instantâneas.

A partir disso, em 2020, com a pandemia ocasionada pela Covid-19, o uso de plataformas de ensino, principalmente estrangeiras, ganhou força no cenário nacional, desse modo, algumas medidas imediatas foram tomadas com o intuito de regularizar, informar as escolas sobre como proceder em meio a aulas não presenciais. Neste contexto, a Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020, apresentou uma das primeiras orientações sobre como agir durante esse período em que as aulas presenciais foram substituídas por meios digitais. Do mesmo

---

<sup>19</sup> Dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, no âmbito das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, das unidades escolares, unidades escolares especializadas, escolas de natureza especial – UEs/UEEs/ENEs, bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e unidades parceiras, em virtude da pandemia da COVID-19. (Brasil, 2021)

modo, a organização Todos Pela Educação emitiu uma nota técnica<sup>20</sup> com estratégias para o ensino remoto durante o período da pandemia. Percebe-se que, a partir desse momento, plataformas e redes sociais foram utilizadas para a continuação das aulas que estavam suspensas presencialmente, desta maneira apresentam:

Nesse quesito, o Brasil tem seguido a tendência mundial. Em todo o território nacional, redes públicas e privadas interromperam o funcionamento das escolas e, entre outras ações, têm cogitado – ou já estão em processo de – transferir aulas e outras atividades pedagógicas para formatos a distância. Por ora, são as redes estaduais que mais têm avançado nesse sentido, e o caminho tem sido viabilizado, principalmente, por meio da disponibilização de plataformas online, aulas ao vivo em redes sociais e envio de materiais digitais aos alunos. (Todos Pela Educação, 2020, p. 3)

Percebe-se que o período marcado pela pandemia foi um propulsor da utilização de tecnologias digitais devido à necessidade de isolamento social. Depreende-se a partir disso que muitas plataformas aproveitaram para continuar como os meios de comunicação mais utilizados entre seus usuários.

Sob esse prisma, importa mencionar que os meios de fácil acesso e de propagação massivas são os mais promissores para criar contatos e redes de espaço. A constante troca de informações, seja na área da educação ou na vida particular, levou Zuboff (2020) a expor uma série de questões sobre segurança nos meios de comunicação. Em seu livro, intitulado *A era do capitalismo de vigilância* (2020), ela tece um elaborado estudo sobre as relações comunicacionais, principalmente as de empresas privadas, as quais utilizam o sujeito como objeto para alcance de lucros excessivos.

A definição de capitalismo de vigilância, é extensa, abrange características como:

Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita”, “uma lógica econômica parasítica”, “uma funesta mutação do capitalismo”, “origem de um novo poder instrumentário que reivindica domínio sobre a sociedade, “movimento que visa impor uma nova ordem coletiva”, “uma expropriação de direitos humanos críticos (Zuboff, 2020, s/p).

Os conceitos apresentados acima vão ao encontro do estudo delineado sobre o aplicativo WhatsApp, sobretudo no que se refere ao uso acrítico dos meios de comunicação móvel presentes na atualidade. Concernente a Zuboff (2020, p. 18), o capitalismo de vigilância “[...] reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais”, ou seja, esse tipo de capitalismo explora o próprio ser

---

<sup>20</sup> Nota técnica de Todos pela educação. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/noticias/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial\\_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/](https://todospelaeducacao.org.br/noticias/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/). Acesso em: 20 jul. 2025.

humano para seus experimentos, certamente, com objetivo financeiro, de lucro, uma vez que os artefatos utilizados são aparentemente “gratuitos”, como o WhatsApp.

O uso de redes sociais na educação, sobretudo, durante o período pandêmico, ressalta o capitalismo de vigilância, uma vez que esses meios utilizam o comportamento dos “usuários” e geram dados a partir de informações pessoais. Esse é um tema de relevante destaque ao se utilizarem redes sociais e aplicativos nas escolas sem um discernimento crítico sobre as proporções de tal uso na educação.

A inserção da tecnologia móvel nas escolas também dialoga com a efetividade do ensino trabalhado de forma tradicional e o que o virtual pode contribuir ao processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Sibilía (2012) instiga a reflexão sobre os muros da escola e as redes que conectam professores e alunos. A autora pondera que (2012, p. 195): “[...] os efeitos da dispersão parecem mais insidiosos na sala de aula que na interação a distância.” Uma das questões levantadas em uma realidade que demanda informações rápidas, instantâneas, é como compartilhar conhecimento no cotidiano das salas de aula de modo a respeitar a segurança de dados e das informações.

Dentro disso, a época da pandemia apresentou várias inseguranças, dentre elas a continuidade das aulas, basicamente por passarem a ser de maneira não presencial, o que ofereceu novidades para todo o corpo educacional. Dentre as possibilidades de manter as aulas, muitos estados passaram a utilizar o sistema operacional do grupo Google. As plataformas usadas eram oriundas desse grupo americano, sobre o qual Zuboff (2020, p. 20) argumenta que “[...] foi o pioneiro do capitalismo de vigilância na concepção e na prática, nos recursos inesgotáveis para pesquisa e desenvolvimento [...]”. Esse processo de padronização que vem acontecendo com as redes sociais evidencia um cuidado necessário à área de segurança do Estado, dentro da educação e em outros setores. Tal assunto deveria ser tratado com maior comprometimento e seriedade por envolver o próprio ser humano em questões mercantilistas explícitas, dentre outras consequências, como a exposição a situações vexatórias e a exclusão digital.

Destaca-se que o WhatsApp é uma rede social que foi intensamente utilizada durante o período pandêmico, fato que perdura em diversas escolas, conforme dados demonstrados pelo Cetic (2023). Isso o torna também objeto de estudos críticos sobre meios de comunicação utilizados nas escolas, substancialmente na Educação Básica. Sobre as empresas que comandam os meios de comunicação atualmente, destacam-se as americanas, evidenciando um padrão colonizador com uma nova roupagem. Desse modo, Zuboff (2020, p. 22) ressalta que “[...] os verdadeiros clientes do capitalismo de vigilância são as empresas que negociam nos mercados

de comportamento futuro”. Essas empresas controlam o comportamento de seus usuários a partir de dados fornecidos pelo uso da internet, tais como a localização, as preferências e os dados pessoais.

Nas escolas, a perspectiva de clientes ao invés de alunos também é presente, assim a empresa toma o lugar das escolas, as quais pensam mais em lucros, em números, do que na questão social e na aprendizagem dos alunos. Sobre isso, Sibilía (2012) declara que:

[...] muitas escolas deixaram de agir como aparelhos disciplinares, dedicados a produzir um tipo peculiar de corpos e modos de ser, para se tornarem uma espécie de empresa cujo fim consiste em prestar um serviço - com diversos graus de sucesso ou de eficácia - entre os muitos outros oferecidos nos mercados contemporâneos”. Seu objetivo é capacitar os clientes, em vez de formar todos os alunos de cada nação.” (Sibilía, 2012, p. 93-94)

Desse modo, a escola também age como uma empresa em busca de lucros, em que os alunos são clientes que podem dar vantagens, conforme desempenho e divulgação dos serviços prestados. Assim, a escola também vive um capitalismo excessivo ao expor alunos e profissionais da educação, levando o aluno/cliente a se comparar para se encaixar em padrões impostos pela sociedade.

A reflexão proposta ao argumentar sobre o uso de aplicativos, como o WhatsApp na área da educação, é justamente analisar porque esses meios de comunicação se tornaram tão essenciais e quais as consequências de seu uso indiscriminado. De acordo com Zuboff (2020, p. 23), esses meios “[...] desconsideram normas sociais e anulam direitos básicos associados à autonomia individual e os quais são essenciais para a própria possibilidade de uma sociedade democrática”. A educação brasileira deve promover a autonomia, o que, para a teoria freiriana, por exemplo, é essencial, tendo o aluno como centro no processo de ensino-aprendizagem.

A diferença ao se falar sobre redes sociais, nesse contexto, educacional, é que esse espaço é destinado à produção, à reflexão, à interação de conhecimentos mútuos e menos padronizações, esquemas e moldes já determinados, por isso a relevância em possibilitar essa discussão. Trata-se de alunos, professores e de todo o corpo educacional e não de “usuários” ou de “consumidores”. Nesse sentido, Maia e Sampaio Junior (2024, p. 93) reiteram: “Isso implica mencionar que, dentre outras questões, as pessoas foram reduzidas à função de consumidores do que é produzido de modo irrefreável, em um tipo de equação absolutamente irracional em que as subjetividades têm se reificado”. Assim, a educação não pode ser coisificada, visto ser matéria em constante transformação e aperfeiçoamento em conjunto com o seu corpo de produção.

Além disso, a conexão entre o momento atual e o capitalismo de vigilância converge em ações às quais Zuboff (2020) considera sem precedentes, nunca antes o ser humano passou pela situação de ser dependente de uma tecnologia que o explora como mercadoria. Esta é uma questão a ser pensada ao se dispor de qualquer meio tecnológico, sobretudo, com fins educacionais. Assim, Castells (2000), há mais de duas décadas, explicava sobre uma revolução nos meios de comunicação, em “*A sociedade em rede*”, que ficou conhecida por sociedade informacional, destacando-se o conhecimento como fundamental. Dessa maneira, conhecimentos ou informações passaram a ser a nova moeda capitalista, pautada especialmente no ser humano e no que ele pode dar em troca do que a tecnologia pode proporcionar “gratuitamente”.

A internet, tema focalizado nesta seção, é importante ao avanço da tecnologia digital, pois, sem o acesso à internet não seria possível a conexão realizada pelos dispositivos conhecidos atualmente, de acordo com o CGI (2024, s/p): “Embora o país caminhe para a universalização do acesso à Internet, com 84% de seus habitantes de 10 anos ou mais usuários da rede, somente 22% dos brasileiros a partir dessa idade têm condições satisfatórias de conectividade”. Ademais, a conexão à internet ainda pode ser um problema em muitos países que encontram redes precárias e sem concorrências. A partir da capacidade de se conectar a uma rede e de ter acesso a informações, passou-se a pensar como poderia ser interessante viver dentro de um mundo virtual, caso não houvesse limites, já que a legislação, em países como o Brasil, ainda é incipiente ou está em implementação a respeito de determinados assuntos relacionados à proteção de dados. A vinda da tecnologia digital abriu espaço, também, para várias vulnerabilidades, dentre elas a questão da segurança.

A velocidade da propagação de informações permitida por tecnologias móveis é um dos pontos trabalhados pelo capitalismo de vigilância, o qual analisa onde se pode obter lucros de maneira rápida. Como visto, a sociedade informacional de Castells (2020) necessita de informações a todo instante e o capitalismo de vigilância possui os meios para se obter o “conhecimento” desejado. Frente a esse quadro o “usuário”, “consumidor”, permite, a partir de termos de adesão impostos por empresas de comunicação, nem sempre lidos pelos usuários, que sua vida pessoal, profissional, seja utilizada como moeda de troca a fim de que mais informações sejam geradas, tornando-se participante de um sistema que ambiciona apenas o lucro a qualquer custo.

No recorte feito por esta pesquisa, destaca-se o período pandêmico, mormente, porque, segundo dados apontados, a adoção de ferramentas digitais de uso pessoal, como o WhatsApp, cresceu consideravelmente durante esse período. Frente a essa realidade, algumas empresas se

estabeleceram no mercado com o intuito de promover a continuidade das aulas que passaram a ser de maneira remota. Pode-se citar como exemplo o Google *Classroom*, plataforma digital ligada à rede Google, a qual ainda fornece um espaço para interação entre a comunidade escolar. A maior parte dos meios de comunicação utilizados para o ensino remoto é de origem americana, os quais demandam, para a sua instalação, aceites de concordância para o uso, muitas vezes incompreensíveis ou pouco explicativos à sociedade em geral, (Zuboff, 2020).

Os contratos traçados entre as empresas e os seus usuários, segundo Zuboff (2020), apresentam características desiguais de acordo, deixando muitos em posição de vulnerabilidade e aceitação sem restrição para usar os produtos oferecidos. Assim, a autora alerta (2020, p. 64): “[...] em muitos casos, o simples ato de navegar por um site já obriga o internauta ao acordo de termos de serviço mesmo que ele não saiba disso”. Sendo assim, a extensão excessiva dos contratos e as expressões diferentes do vocabulário usual levam a incompreensões e à falta de tempo para ler todas as cláusulas, isto é:

Para piorar as coisas, os termos de serviço podem ser alterados de modo unilateral pela empresa a qualquer momento, sem o conhecimento ou consentimento específico do usuário, e, em geral, os termos costumam implicar outras empresas (associados, fornecedores, distribuidores, intermediários em propaganda etc.) sem declarar ou aceitar responsabilidade pelos termos de serviço delas. (Zuboff, 2020, p. 65).

A empresa Google, por exemplo, costuma arquivar várias informações sobre diversos assuntos em seu site de buscas. Assim, muitos usuários a utilizam com o intuito de obterem “conhecimento”, sendo impelidos a se conectarem a uma conta, utilizarem sua localização e exporem o que estão pesquisando. Ademais, ao se inserirem informações falsas, o buscador não se responsabiliza por tais atos e o que é postado pode perdurar por toda a vida. Sobre isso, o processo de verificação das informações e de quem as colocou, além da retirada de tais conteúdos pode demorar e não culpabilizar ninguém; no entanto, os estragos proporcionados pela exibição a situações vexatórias, às vezes de cunho criminal, permanecem para sempre. Essas situações para Zuboff (2020, p. 79) “[...] aumentam a desigualdade, intensificam a hierarquia social, exacerbam a exclusão, usurpam os direitos e despem a vida pessoal daquilo que a torna pessoal [...]”. Nesse sentido, o capitalismo de vigilância apresenta uma questão interessante ao se utilizarem tecnologias digitais e móveis, como o WhatsApp, que é a real noção do uso da tecnologia e porque elas são ditas gratuitas, uma vez que há contratos de uso, com direitos reduzidos, por vezes nulos, e como troca se tem o acesso a dados pessoais, sem limites, de seus usuários.

## 2.4 Cidadania digital

A cidadania digital é um ponto a ser tratado ao se referir a tecnologias digitais, especialmente, as tecnologias móveis, uma vez que a análise a ser desenvolvida nesta pesquisa ressalta o acesso a meios de comunicação que implicam: internet disponível, sobretudo fornecida pelo estado, dados móveis, uso de *smartphones*, computadores, entre outros artefatos que facilitem a relação entre os sujeitos.

Nessa conjuntura, a cidadania digital deve permitir, dentre outros direitos, o acesso às tecnologias disponíveis democraticamente. Para Carvalho (2004), o conceito de cidadania engloba várias dimensões, sendo que a cidadania digital é possível quando todos os direitos são garantidos à sociedade, sobretudo no que tange ao uso consciente e ético dos meios digitais. À vista disso, a era digital marca, igualmente, intensas desigualdades entre as pessoas. As disparidades, notadamente quanto ao uso de tecnologias, puderam ser vistas com maior clareza na época da pandemia, na qual o contato digital se sobressaiu. Nesse ínterim, adiciona-se que as diferenças de acesso às tecnologias impactam na cidadania digital da sociedade. Dados do Cetic (2020) retratam tais desigualdades no acesso às tecnologias.

Ademais a restrição de direitos a meios tecnológicos, como a conexão à internet, atualização de *softwares* e aquisição de aparatos físicos vão de encontro ao que se compreende por cidadania digital. A ausência de regras e limites quanto ao uso de informações pessoais também implica em desigualdades latentes. Sobre isso Zuboff (2020) complementa:

Se queremos que a democracia seja realimentada nas próximas décadas, cabe a nós reavivar o senso de indignação e perda em relação àquilo que está sendo tirado de nós. E não estou falando apenas da nossa “informação pessoal”. O que está em jogo aqui é a experiência humana de soberania sobre a própria vida e a autoria da própria existência de cada um. O que está em jogo é a experiência interior a partir da qual formamos a vontade de ter vontade e os espaços públicos para atuar conforme essa vontade. O que está em jogo é o princípio dominante de ordenamento social em uma civilização de informação e os nossos direitos como indivíduos e sociedades de responder às perguntas *Quem sabe? Quem decide? Quem decide quem decide?* (Zuboff, 2020, p. 585)

Outrossim, ao se referir ao capitalismo de vigilância, percebe-se a hierarquia de determinadas empresas privadas no mercado, o que invalida a participação de outros grupos da área que podem estar impossibilitados economicamente para concorrer com os “gigantes” atuais. A cidadania digital vai além do uso de computadores em escolas, por exemplo, todavia engloba um movimento de inserção dos sujeitos em meio à atualização constante que demandam as tecnologias digitais.

O conceito de cidadania digital envolve diversos fatores importantes, dentre eles, destacam-se recursos inerentes para o funcionamento de tecnologias digitais, como o acesso à internet, o uso de *smartphone*, a disponibilidade de memórias para o processamento de vídeos, dentre outros. Assim, a cidadania digital é um tema relevante ao se falar sobre tecnologia, principalmente às de caráter móvel, uma vez que nem todos possuem o acesso a tais recursos. Dessa maneira, é um tema importante a ser discutido pela sociedade, pois a tecnologia móvel não está presente de forma uniforme no país, haja vista os dados apresentados pelo Cetic (2023) que demonstram desigualdade no acesso às tecnologias e vulnerabilidade das redes de internet.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o caminho metodológico percorrido a fim de compreender os dados obtidos a partir da delimitação do tema, dos objetivos, seleção de documentos, descrição dos sujeitos participantes, escolha dos lugares, períodos, dentre outros fatores importantes para se chegar a um entendimento sobre a pesquisa levantada. Assim, a metodologia envolve a escolha do tema, perpassa a revisão bibliográfica e caminha pelas análises produzidas a partir dos documentos pesquisados. A pesquisa foi delineada a partir do levantamento de um problema atinente ao uso do WhatsApp, passando pelo objetivo geral e específicos, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Articulação entre problema, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa

<b>PROBLEMA</b>	
Com qual finalidade o aplicativo WhatsApp é utilizado por professores nas escolas públicas estaduais de Goiânia e quais as implicações de seu uso quando se considera a LGPD?	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	
Analisar as finalidades e implicações do uso do WhatsApp no ambiente escolar, tendo em vista a Lei n.º 13.709/2018, conhecida como LGPD.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>
<b>Objetivo específico 1:</b> Mapear a normatização referente à tecnologia móvel, aplicativos e à internet no Brasil.	<b>Metodologia correspondente ao objetivo específico 1:</b> pesquisa documental sobre amparo legal e evolução das leis acerca da proteção de informações no Brasil. Por exemplo: a Constituição Federal de 1988, o Marco Civil da Internet, Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014, a LGPD (Lei n.º 13.709/2018), e outros registros obtidos em sites governamentais (gov.br, planalto.gov).
<b>Objetivo específico 2:</b> Caracterizar o WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social.	<b>Metodologia correspondente ao objetivo específico 2:</b> pesquisa documental sobre fontes de dados estatísticos, governamentais e outros.
<b>Objetivo específico 3:</b> Identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD.	<b>Metodologia correspondente ao objetivo específico 3:</b> pesquisa bibliográfica, abrangendo relatos de pesquisa e de experiência, disponíveis em: anais de eventos científicos nacionais e repositórios de universidades públicas. Quanto ao recorte temporal, foi considerado o período de 2019-2024.
<b>Objetivo específico 4:</b> Evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola e seu conhecimento sobre a LGPD.	<b>Metodologia correspondente ao objetivo específico 4:</b> pesquisa de campo, com coleta de dados, por meio de um questionário sobre o uso do WhatsApp em escolas públicas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, haja vista a preocupação em analisar fenômenos sociais, como o uso de tecnologias móveis e suas consequências no ambiente escolar. Assim, Chizzotti (2003) define esse tipo de pesquisa:

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas ao positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria

crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles (Chizzotti, 2003, p. 221)

Compreende-se que as pesquisas qualitativas possuem características densas atinentes aos sujeitos envolvidos, devido à amplitude de certos temas, fazem-se necessárias as delimitações realizadas, tais como a restrição do problema e objetivos, os participantes da pesquisa, o local e outra série de desdobramentos para a realização da pesquisa.

Os procedimentos técnicos para a pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob o Parecer de número 6.716.274, para que a pesquisa pudesse ocorrer em escolas estaduais públicas de ensino. Essa etapa foi realizada entre dezembro de 2023 e março de 2024, data em que se passou para a fase seguinte, a autorização da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) com o objetivo de conseguir anuência para pesquisar nas escolas. Com a documentação da Secretaria foi realizada a pesquisa de campo por intermédio da equipe gestora da Coordenação Regional de Educação de Goiânia, durante os meses de abril a julho de 2024.

De modo geral, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas, as quais apresentam metodologia própria, começando pela pesquisa documental, em seguida, a pesquisa bibliográfica e por fim a de campo, cada qual com suas especificidades. Reitera-se o caráter cíclico da pesquisa com intersecção das análises, com o intuito de verificação do objeto estudado.

### **3.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa documental**

Primeiramente, cumpre destacar que a pesquisa documental é um instrumento ao qual se recorre para possibilitar uma visão ampla do que se pode compreender a respeito de determinado assunto, fenômeno, tendência, no âmbito documental. A razão da pesquisa em questão é a compreensão das tecnologias digitais móveis no Brasil e a segurança dos dados/informações em ambiente escolar, em escolas públicas de ensino.

Assim, compreende-se a pesquisa documental como: “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou o fenômeno ocorre, ou depois” (Lakatos; Marconi, 2017, p. 193-194). A relevância desse tipo de pesquisa se deve ao fato de os documentos poderem ser consultados

durante longos períodos, permitindo vários tipos de pesquisas. Dessa forma, também, Ludke e André (1986) ressaltam que:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (Ludke; André, 1986, p. 38).

A importância contextual, sobretudo ao se trabalhar com a normatização da internet e tecnologias móveis no Brasil, é necessária, visto que a análise de documentos poderá proporcionar reflexões sobre como surgiram determinados questionamentos a respeito de assuntos atuais, como a proteção de dados e o uso excessivo de tecnologia móvel nas escolas. A progressão de temas agregados à tecnologia demanda uma visão ampla, mas que passa, certamente, pelo contexto local inserido em processos históricos e sociais diferentes, por isso a análise de documentos que permeiam a tecnologia e sua progressão no país é relevante para este trabalho.

As pesquisas que demandam análise documental, segundo Gil (2022, p. 60), “[...] têm, de modo geral, o propósito de fornecer respostas a um problema bem mais específico, caracterizando-se como descritivas ou explicativas”. Desse modo, de acordo com o autor, algumas etapas são identificadas durante uma pesquisa documental, dentre elas destacam-se: a formulação do problema e dos objetivos, a identificação das fontes, a localização das fontes e o acesso aos documentos, a avaliação dos documentos, a seleção e a organização das informações, a análise e a interpretação de dados e a redação do relatório. Isto posto, os procedimentos adotados na análise documental desenvolvida podem ser verificados no Quadro 4.

Quadro 4 – Procedimentos metodológicos da análise documental

<b>Procedimentos previstos no referencial teórico-metodológico</b>	<b>Procedimentos adotados na análise documental</b>
Formulação do problema e dos objetivos.	Especificar o problema a partir dos objetivos traçados para o desenvolvimento.
Identificação das fontes, a localização das fontes.	Buscar informações, fontes diversificadas.
Avaliação dos documentos, a seleção e a organização das informações.	Analisar critérios para a seleção dos documentos encontrados.
Análise e interpretação de dados e redação do relatório.	Verificar e delimitar procedimentos analíticos.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Gil (2022).

Assim, Gil (2022, p. 60), também, reitera que uma pesquisa documental: “[...] se vale essencialmente de fontes primárias, que fornecem informações que ainda não foram objeto de análise”. Esse aspecto foi constatado na pesquisa devido à ausência de números expressivos sobre estudos relacionados à interface estabelecida entre WhatsApp, educação e a LGPD, de acordo com o demonstrado na revisão bibliográfica apresentada, por isso buscou-se fontes documentais que ressaltem o objeto dessa análise.

De acordo com o tema pode-se destacar, neste estudo, as legislações que cercam o assunto e como são tratadas na área educacional. Desse modo, a localização das fontes girou em torno de normatizações e de dados estatísticos extraídos de órgãos regulamentados referentes à tecnologia, sobretudo móvel, e aplicativos utilizados em escolas. Nesse sentido, a análise dos documentos incluiu conteúdos que contemplassem a relação estabelecida entre os objetivos e os documentos encontrados, em sua maioria extraídos de sites governamentais, com a publicação de amplo alcance e disponíveis para consulta.

A seleção e a organização do material obtido foram realizadas a partir dos objetivos específicos destacados, consoante os documentos encontrados. Desse modo, usaram-se palavras-chave que retomassem os objetivos, delimitação de períodos, localizados em sites de órgãos governamentais, sobretudo documentos escritos e publicados. Esquematizou-se essa seleção em quadros, com o intuito de fornecer uma visão analítica e contextualizada com os objetivos apresentados.

Por fim, a análise dos dados levou em consideração todos os elementos elencados, tais como a retomada dos objetivos específicos que serviram à seleção dos documentos e apontamentos de acordo com o referencial teórico escolhido, ou seja, os dados colhidos e analisados à luz da fundamentação de autores selecionados.

Quadro 5 – Quadro-síntese com o percurso metodológico da pesquisa documental

<b>Etapa</b>	<b>Ação</b>
Delimitação temporal	Documentos selecionados a partir do período de 2019 a 2024.
Palavras-chave selecionadas	WhatsApp, LGPD, educação e correlatos
Coleta de documentos	Seleção de fontes escritas, de origem pública.
Publicações parlamentares	Com o apoio em documentos originais como leis federais e projetos de lei.
Estatísticas (Censos)	Pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento
Leituras	A partir de ementas e dados estatísticos apresentados
Organização dos dados/ resultados	Tabelas com características dos documentos: nome, data, assunto, gráficos.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro-síntese com o percurso metodológico (Quadro 5) da pesquisa documental retrata os passos conduzidos durante este estudo, sendo que a delimitação temporal sofreu adaptações para a inclusão de documentos importantes que estavam fora do período especificado, mas eram de suma importância para a pesquisa, como a Constituição Federal (1988), a Lei de Crimes Cibernéticos (2012), Marco Civil da Internet (2014) e a LGPD (2018). Além disso, as palavras-chave selecionadas se estenderam para termos como internet, tecnologia móvel e proteção de dados, devido à escassez de documentos resultante do delineamento inicial.

### **3.2 Documentos priorizados na análise documental**

Os documentos escolhidos para a análise são de origem escrita, provenientes de legislação específica sobre regulamentação de tecnologias e implementação de normas no Brasil. A autenticidade documental é importante, sobre isso, Gil (2022, p. 61) complementa: “Após o acesso aos documentos, e antes da extração de seus conteúdos, é preciso avaliar sua qualidade”. Sobre esse aspecto, Gil (2022), de igual modo, aponta outros elementos para serem analisados, tais como autenticidade, credibilidade, representatividade e significado. A partir desses elementos, depreende-se que os documentos priorizados na presente pesquisa atendem a esses requisitos, haja vista virem ao encontro dos objetivos traçados e compõem informações importantes de interesse público.

As fontes utilizadas foram acessadas em sites governamentais, como gov.br, planalto.gov, com documentos oficiais e publicações parlamentares, além de dados estatísticos de locais como o IBGE e o Cetic. Os locais de busca foram escolhidos tendo como critérios a relevância nacional, além de serem fontes fidedignas e de fácil acesso, gratuitas a qualquer interessado. Nesse contexto, Gil (2022) reitera que documentos em formato eletrônico facilitam a pesquisa, embora, em alguns casos, certos dados possam não ser de livre acesso. Assim, as fontes escolhidas possuem acesso, tanto de maneira eletrônica, quanto impressa, o que facilitou a busca pelo assunto.

Os documentos e dados estatísticos foram selecionados conforme os objetivos específicos delimitados, utilizando-se palavras-chave para as buscas e um marco temporal, privilegiando o período compreendido entre 2019 e 2024. Das normatizações encontradas, leram-se as ementas, a situação atual dos projetos localizados e o tema principal situado entre as regulamentações e a pesquisa.

Com base nisso, os documentos selecionados partiram da legislação sobre os seguintes assuntos “internet, tecnologia, segurança de dados e WhatsApp”, delimitados pelo ano, assunto e tema principal. Os principais locais utilizados para acessar esses documentos foram os sites governamentais.

No Quadro 6, seguem as principais legislações encontradas em âmbito federal, em que consta a identificação do documento, tratado por (Id.), em números sequenciais que representam legislação (L) da seguinte maneira: L1, L2, L3 e assim por diante. Os documentos foram tratados do mais recente para o mais antigo, especificando a ementa de cada um (o assunto) e o tema principal relacionado. Desse modo, consoante o Quadro 6, selecionaram-se os seguintes documentos.

Quadro 6 – Legislação federal referente à tecnologia, internet e segurança de dados

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Tema principal</b>
L1	Emenda Constitucional (EC) n.º 115	2022	Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. (Brasil, 1988, s/p)	Proteção de dados
L2	Portaria n.º 345	2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - covid-19. (Brasil, 2020, s/p)	Internet/ Tecnologia Móvel
L3	Portaria n.º 544	2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, n.º 345, de 19 de março de 2020 e n.º 473, de 12 de maio de 2020. (Brasil, 2020, s/p)	Internet/ Tecnologia Móvel
L4	Resolução n.º 740	2020	Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 740/2020. (Brasil, 2020, s/p)	Proteção de dados
L5	Lei n.º 14.040	2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009.	Internet/ Tecnologia Móvel

Quadro 6 – Legislação federal referente à tecnologia, internet e segurança de dado

(conclusão)

<b>Id.</b>	<b>Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Tema principal</b>
			(Brasil, 2020, s/p)	
L6	Lei n.º 13.709 Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD	2018	Objetiva proteger os direitos fundamentais dos indivíduos no que se refere a dados pessoais. (Brasil, 2018, s/p)	Proteção de dados/ internet
L7	Lei n.º 12.965 Marco Civil da Internet	2014	Estabelecimento de diretrizes de como o Estado poderia atuar dentro das redes. (Brasil, 2014, s/p)	Internet
L8	Lei nº 12.735	2012	Tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências. (Brasil, 2012, s/p)	Internet
L9	Lei n.º 12.737 Lei de crimes cibernéticos (Carolina Dieckmann)	2012	Seu nome surgiu após a atriz Carolina Dieckmann ter fotos e conversas íntimas publicadas na internet depois de levar seu celular para o conserto. (Brasil, 2012, s/p)	Internet

Fonte: Internet, ago. a set. 2024.

Embora o período delimitado tenha sido os anos de 2019 a 2024, algumas legislações já cristalizadas no país se destacam e foram inseridas no Quadro 6 devido à sua importância para o estudo, tais como as leis n.º 13.709/2018, 12.965/2014, 12.735/2012 e 12.737/2012.

### 3.2.1 Projetos de Lei

Dentro do conjunto de documentos selecionados para a pesquisa, ainda em âmbito federal, analisaram-se projetos de lei<sup>21</sup> referentes aos objetivos destacados. Entende-se projeto de lei por propostas de temas recorrentes na sociedade, já conhecidos ou inéditos. Assim, pode-se definir projeto de lei como: “Proposição destinada a dispor sobre matéria de competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional. Sujeita-se, após aprovado, à sanção ou ao veto presidencial.” (Congresso Nacional, 2020, s/p) Esses projetos são de origem da Câmara dos Deputados (CD) ou do Senado Federal (SF) a partir da competência de cada casa legislativa para propor normas.

Realizou-se uma busca nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, entre os meses de agosto a setembro de 2024, em que se utilizaram as seguintes palavras-chave: tecnologia móvel, aplicativos, internet, educação, segurança de dados, WhatsApp, haja vista essas palavras retomarem os objetivos específicos da pesquisa. Sob esse viés, ao realizar a busca

<sup>21</sup> Os projetos de lei aparecem como documentos priorizados, pois retratam temas atuais discutidos na área legislativa do país, sendo fundamentais para analisar o assunto desenvolvido nesta dissertação.

com os termos WhatsApp e educação, não se encontraram resultados, no entanto, apenas com a palavra WhatsApp, apareceram 122 resultados, delimitando-se esse contingente com a intenção de caracterizar o aplicativo enquanto ferramenta tecnológica e social.

Desse modo, definiu-se, semelhantemente, o recorte temporal de 2019 a 2024, com o intuito de encontrar projetos de lei que discutissem sobre o assunto em questão. A partir disso, apareceram os resultados visualizados no Quadro 7, os quais foram identificados por Projeto de Lei na Câmara dos Deputados (PLCD).

Quadro 7 – Projetos de Lei na Câmara dos Deputados

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Projetos de Lei</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Situação</b>	<b>Tema Principal</b>
LCD-1	PL 3650	2024	Determina que todos os órgãos públicos tenham como vias de acesso em suas repartições para contato com a população, além do atendimento presencial, telefone, e-mail, WhatsApp, SMS e similares, a fim de facilitar o acesso e a troca de informações com o cidadão. (Brasil, 2024, s/p)	Aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados.	WhatsApp
LCD-2	PL 3435	2024	Altera a Lei n.º 12.965/2014, para incluir o uso preferencial de reconhecimento facial e verificação de identidade no cadastramento de usuários em redes sociais e serviços de mensageria. (Brasil, 2024, s/p)	Em Tramitação	Internet
LCD-3	PL 2051	2024	Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para criminalizar a produção, divulgação ou compartilhamento de notícia falsa ( <i>fake news</i> ) que objetive alterar, distorcer ou corromper gravemente a verdade sobre tema relacionado à saúde, à educação, ao meio ambiente, à segurança pública, à economia nacional ou a outro interesse público relevante. (Brasil, 2024, s/p)	Aguardando Parecer do (a) Relator (a) na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE)	Internet

Quadro 7 – Projetos de Lei na Câmara dos Deputados

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Projetos de Lei</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Situação</b>	<b>Tema Principal</b>
LCD-4	PL 67	2024	Proíbe a divulgação de conversas não autorizadas por WhatsApp, Telegram e outros aplicativos sem autorização dos participantes, que seja denominada “Lei Jéssica Vitória”. (Brasil, 2024, s/p)	Aguardando designação de relator (a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	WhatsApp
LCD-5	PL 1743	2021	Dispõe sobre a obrigação de assegurar alcance às mensagens de usuários de redes sociais na internet. (Brasil, 2021, s/p)	Apensado ao PL 2630/2020 -; pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	Internet
LCD-6	PL 1589	2021	Altera as leis n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, e 12.965, de 23 de abril de 2014, para vedar o compartilhamento abusivo de dados pessoais e a discriminação de usuários na internet. (Brasil, 2021, s/p)	Apensado ao PL 3119/2020; pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	Internet
LCD-7	PL 449	2021	Disciplina os critérios para retirada de conteúdo gerado por usuário de redes sociais. (Brasil, 2021, s/p)	Regime de Tramitação de Urgência (Art. 154, RICD)	Redes sociais
LCD-8	PL 294	2021	Altera a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, para criar restrições ao uso compartilhado, comunicação, transferência ou difusão de dados pessoais por serviços de mensageria privada (Brasil, 2021, s/p)	Apensado ao PL 4960/2019 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela Mesa.	Difusão de dados pessoais
LCD-9	PL 4383	2020	Dispõe sobre o fornecimento de banda larga e de dispositivos necessários ao acesso à educação, para a garantia de condições de aprendizagem dos estudantes das comunidades quilombolas e indígenas. (Brasil, 2020, s/p)	Aguardando Parecer do (a) Relator (a) na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS)	Internet
LCD-10	PL 2088	2020	Dispõe sobre a garantia de manutenção do acesso aos serviços relativos ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos da Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (Brasil, 2020, s/p)	Apensado ao PL 1537/2020 - Arquivada	Internet

Quadro 7 – Projetos de Lei na Câmara dos Deputados

(conclusão)

<b>Id.</b>	<b>Projetos de Lei</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Situação</b>	<b>Tema Principal</b>
LCD-11	PL 4797	2019	Dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública. (Brasil, 2019, s/p)	Apensado ao PL 3443/2019 - Arquivada	Tecnologia
LCD-12	PL 3443	2019	Dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública - Governo Digital. (Brasil, 2019, s/p)	Arquivada	Tecnologia

Fonte: Internet, ago. a set. 2024<sup>22</sup>.

Os projetos de lei propostos pela Câmara dos Deputados destacam, sobretudo, o uso de tecnologias móveis. A respeito do uso do WhatsApp, o PLCD-1 ressalta o uso do aplicativo como um meio de comunicação a ser inserido em repartições públicas. Quanto à segurança das informações transmitidas por esse meio, o PLCD-4 declara a importância em se manter em sigilo conversas não autorizadas, respeitando uma garantia individual. Os demais projetos afirmam a importância das tecnologias móveis e do acesso à internet.

Para as buscas realizadas pelo Senado Federal obtiveram-se 13 resultados, dos quais apenas cinco foram selecionados pelos critérios já estabelecidos e identificados por Projeto de Lei do Senado Federal (PLSF), do mais recente para o mais antigo, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 – Projetos de Lei no Senado Federal

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Projetos de Lei</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Situação</b>	<b>Tema Principal</b>
LSF-1	PL 786	2023	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias. (Brasil, 2023, s/p)	Em tramitação	Tecnologia Educação

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Quadro 8 – Projetos de Lei no Senado Federal

(Conclusão)

<b>Id.</b>	<b>Projetos de Lei</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Situação</b>	<b>Tema Principal</b>
LSF-2	PL 2821	2022	Altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para coibir disseminação de conteúdos que incitem o ódio, a discriminação ou o preconceito nas redes sociais e nas plataformas de busca. (Brasil, 2022, s/p)	Em tramitação	Internet
LSF-3	PL 3006	2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas operadoras de telefonia móvel a fornecer, de forma gratuita, acesso à Internet para todos os alunos de escolas públicas e para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas no Programa Auxílio Brasil e dá outras providências. (Brasil, 2021, s/p)	Em tramitação	Internet, tecnologia móvel
LSF-4	PL 2630	2020	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. (Brasil, 2020, s/p)	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	Internet, rede social, mensagem instantânea
LSF-5	PL 6194	2019	Dispõe sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelece o percentual mínimo de aplicação de seus recursos na educação. (Brasil, 2019, s/p)	Em tramitação	Tecnologia Educação

Fonte: Internet, ago. a set. 2024<sup>23</sup>.

Em comparação aos projetos encontrados na Câmara dos Deputados, os projetos do Senado Federal propõem sobretudo o direito ao acesso à internet, como o PLSF-3, o qual menciona a questão da cidadania digital, principalmente de pessoas vulneráveis, esse projeto de 2021 demonstra a extrema desigualdade proporcionada pela época da pandemia em que muitas pessoas não tiveram o direito de se manterem informadas. Dentre os projetos selecionados, tanto a Câmara dos Deputados, quanto o Senado Federal, tensionam problemas relacionados ao acesso à internet.

Quanto ao objetivo de caracterizar o WhatsApp como ferramenta tecnológica e social, não se encontraram projetos de lei oriundos do Senado Federal com a palavra-chave WhatsApp. No âmbito estadual, foram realizadas buscas no site governamental da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás com o intuito de encontrar projetos atinentes à internet e à tecnologia móvel. Entretanto, ao se realizar a busca com esses dois termos, não se localizou nenhum documento, ao passo que, ao digitar apenas o termo “internet”, encontraram-se 59 documentos, dentre eles,

<sup>23</sup> Disponível em: <https://l1nq.com/ri56c>. Acesso em 30 set. 2024.

examinaram-se quais possuíam relação com a educação, tecnologia móvel, segurança de dados e WhatsApp, como se pode observar no Quadro 9.

Quadro 9 – Projetos de Lei ordinária da Assembleia Legislativa de Goiás-GO

<b>Id.</b>	<b>Projeto de Lei ordinária</b>	<b>Ano</b>	<b>Teor</b>	<b>Situação</b>	<b>Tema principal</b>
LO-1	N.º 14	2023	Cria o dia da internet segura nas escolas no âmbito do estado de Goiás. (Goiás, 2023, s/p)	Arquivado	Internet
LO-2	N.º 156	2021	Dispõe sobre a gratuidade no acesso à internet das plataformas de ensino à distância por meio de conexões fixas e móveis de banda larga para estudantes de escolas públicas no período da emergência decorrente do Coronavírus (Covid-19) no estado de Goiás, e dá outras providências. (Goiás, 2021, s/p)	Arquivado	Internet
LO-3	N.º 639	2020	Dispõe sobre a criação do programa Passe Livre Net, viabilizando o acesso e a navegação na internet para estudantes matriculados nas escolas da rede pública do estado de Goiás, e dá outras providências. (Goiás, 2020, s/p)	Tramitando	Internet
LO-4	N.º 490	2020	Garante o acesso gratuito à internet banda larga pelos alunos e professores da rede pública estadual de ensino, na situação e nos locais que especifica. (Goiás, 2020, s/p)	Arquivado	Internet
LO-5	N.º 400	2019	Dispõe sobre a política estadual de conscientização sobre o uso da internet. (Goiás, 2019, s/p)	Tramitando	Internet

Fonte: Internet, ago. a out. 2024<sup>24</sup>.

Percebe-se, pelo Quadro 9, que todos os projetos apresentados possuem como tema principal a internet, sendo esse um ponto importante a ser destacado quando se trata da tecnologia digital móvel. O número de projetos tanto da área federal quanto da estadual que trata sobre o tema relacionado à rede leva a refletir sobre a instabilidade do serviço oferecido no país, visto ser essencial para o uso de outras tecnologias, principalmente nas escolas públicas.

Quanto ao uso de tecnologias como os *smartphones* nas escolas, sobretudo pelos alunos, a Lei n.º 15.100/2025 institui regras de como utilizar o telefone em redes de ensino públicas e privadas no Brasil. Essa Lei vem ao encontro de demandas da sociedade, visto o aparelho ter se tornado, para alguns, uma fonte de distração em meio educacional. Este tema apresenta,

<sup>24</sup> Disponível em: <https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/>. Acesso em: 20 out. 2024.

também, embates entre alunos e professores e como o digital pode auxiliar ou atrapalhar as aulas presenciais. Para Sibilía (2012) o virtual pode auxiliar durante as aulas presenciais, assunto sobre o qual a referida Lei trata de maneira diferente, uma vez que aponta que essa medida é necessária para “salvaguardar a saúde mental, física e psíquica das crianças e adolescentes.” (Brasil, 2025, s/p)

Além da pesquisa realizada com as normatizações vigentes e em andamento, verificaram-se dados estatísticos sobre o tema trabalhado nesta pesquisa. Assim, com o objetivo de verificar os números sobre o uso de internet, aplicativos e segurança de dados no Brasil, consultou-se o IBGE/PNAD e o Cetic.br. Os dados estatísticos são informações complementares à análise, uma vez que demonstram, a partir de números, como determinados hábitos, conceitos, objetos estão sendo utilizados pela sociedade na atualidade.

A parte que envolve dados estatísticos específicos sobre tecnologia móvel e educação foi realizada a partir de informações disponibilizadas pelo IBGE /PNAD priorizando-se estudos de amplitude nacional, de fácil acesso e com confiabilidade. Desse modo, realizou-se uma busca com o intuito de se obter dados, sendo que a busca foi feita com as seguintes palavras-chave: tecnologia digital, segurança de dados, internet e aplicativos, como o WhatsApp.

### **3.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica**

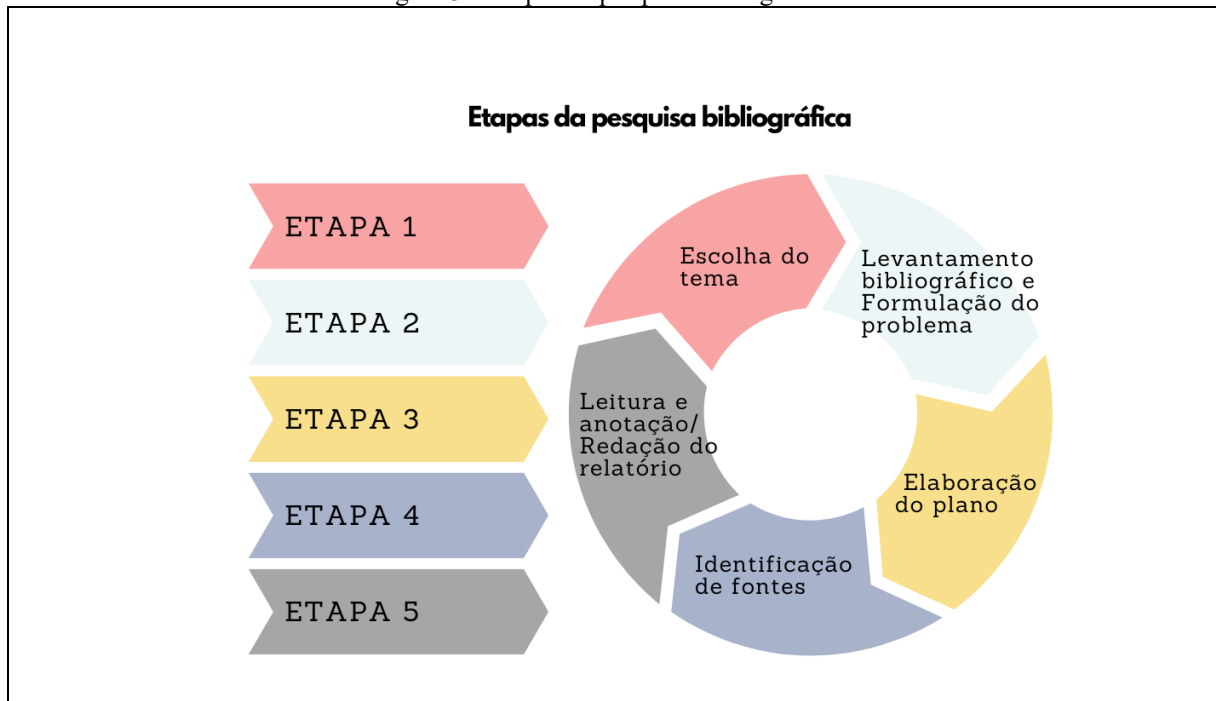
A pesquisa bibliográfica envolveu um desdobramento de etapas, relacionadas à escolha do tema, essencial ao desenvolvimento do trabalho, assim como a conexão com o objetivo específico delineado para essa fase. À vista disso, Lima e Miotto (2007, p. 38) ressaltam a importância da pesquisa bibliográfica, que “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Nesse tipo de pesquisa, a observância de alguns pontos é fundamental: a delimitação temporal mostra-se importante para entender o momento da pesquisa, assim como os reflexos futuros das ações expostas. Além disso, cabe posicionar os sujeitos envolvidos, se eles são parte do processo ou estão à parte dele, uma vez que se trata de uma pesquisa qualitativa, o conteúdo humano é extremamente relevante.

Por conseguinte, Gil (2022, p. 43) propõe etapas a serem verificadas em uma pesquisa bibliográfica: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório da pesquisa; identificação das fontes; localização das fontes; obtenção do material de interesse para a pesquisa; leitura do material; tomada de

apontamentos; fichamento; construção lógica do trabalho; e redação do relatório. Tais etapas condizem com a preparação da pesquisa, delineando o percurso a ser realizado e as especificidades dessa fase. É importante ressaltar que as etapas elencadas não são imutáveis, pois elas caminham com a pesquisa de maneira cíclica, podendo ser constantemente revisadas, uma vez que se destaca uma pesquisa qualitativa. Assim, a Figura 3 retrata esse processo.

Figura 3 – Etapas da pesquisa bibliográfica<sup>25</sup>



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Gil (2022).

As etapas previstas por Gil (2022) demonstram o caráter contínuo da pesquisa que foram identificadas por etapa 1, etapa 2 etc. Percebe-se que desde a escolha do tema até o processo de leitura e análises há uma conexão entre as etapas que estão entrelaçadas. Nesse sentido, os caminhos percorridos nessa fase foram esquematizados conforme Quadro 10.

<sup>25</sup> Audiodescrição disponível em: <https://encr.pw/DV0DD>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Quadro 10 – Procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica

Procedimentos (etapas)	Implementação neste estudo dos procedimentos da pesquisa bibliográfica
Escolha do Tema.	Tema pertinente à atualidade (tecnologias móveis) práticos e de interesse/uso coletivo (ambiente escolar)
Levantamento bibliográfico/Formulação do Problema	Estudo exploratório com leituras e análises a partir do objetivo específico.
Identificação de fontes	Busca de dados em anais científicos e repositórios de universidades.
Leitura e anotação	Determinação de palavras-chave, consulta à base de dados selecionadas.
Redação do relatório	Criação de tabelas, com dados específicos, tais como tipo de trabalho selecionado, período, objetivos.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Gil (2022).

Escolheram-se, primeiramente, anais de encontros científicos nacionais, dentre eles o Congresso Internacional de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância (Ciet) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Endipe). A relevância dos eventos científicos apontados condiz com a abrangência nacional, participação de professores de todo o território e os formatos virtuais que ampliam a comunicação entre profissionais interessados na área.

Em um segundo momento, optou-se pelo levantamento em repositórios de universidades públicas, com o intuito de selecionar trabalhos acadêmicos que englobassem o tema pesquisado. Essa busca foi realizada em função do objetivo específico que deu margem à pesquisa bibliográfica. Ademais, os repositórios carregam pesquisas com temas pertinentes e com plataformas de fácil utilização e divulgação livre para qualquer interessado. Desse modo, os repositórios selecionados foram os da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal de Jataí (UFJ). Os documentos selecionados retratam a relevância nacional e a presença de trabalhos docentes, como relatos de experiência, trabalhos de conclusão de curso e dissertações.

A obtenção do material de interesse à pesquisa levou, de igual forma, às seguintes delimitações: palavras-chave, como WhatsApp, LGPD (proteção de dados) e educação. O período escolhido para a pesquisa foi de 2019 até 2024, com o intuito de verificar a utilização da tecnologia móvel, sobretudo pelo aplicativo WhatsApp, e a proteção de dados. A área da pesquisa em pauta foi a Educação, restringindo-se ao uso da tecnologia na educação. O idioma selecionado foi o português, dando ênfase para relatos de experiências, resumos, artigos, dissertações ou teses, em anais de evento científico de âmbito nacional e repositórios de universidades federais. A busca de trabalhos com o tema WhatsApp, Educação e LGPD foi

realizada entre os meses de novembro a dezembro de 2024.

A técnica para a escolha dos documentos selecionados foi partir da leitura dos temas, palavras-chave e resumos encontrados no período estabelecido. Segundo Lima e Miotto (2007, p. 41), “[...] a leitura apresenta-se como principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência”.

A leitura dos documentos conduziu à seleção da seguinte maneira: identificação do trabalho pela terminologia Trabalho 1 (T1), Trabalho 2 (T2), Trabalho 3 (T3) e assim por diante, título do trabalho, ano de publicação, autor e palavras-chave. Em um segundo momento, houve a seleção dos documentos para análise e discussão, então foram lidos os resumos e selecionados os trabalhos da seguinte maneira: Trabalho Selecionado 1 (TS1), Trabalho Selecionado 2 (TS2), Trabalho Selecionado 3 (TS3) etc.

Como último ponto dessa etapa, realizaram-se apontamentos com sínteses dos trabalhos selecionados, a partir da criação de tabelas, com dados específicos, tais como o nome do documento, o período e o objetivo principal. A partir disso, os trabalhos localizados e selecionados foram tratados conforme os objetivos pretendidos. Assim, o tratamento do material se baseou na leitura de trabalhos encontrados em eventos científicos nacionais, cujo tema estivesse relacionado à educação, WhatsApp e LGPD. Desse modo, localizaram-se os trabalhos em eventos científicos conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Trabalhos localizados nos anais de eventos científicos

<b>Evento Científico</b>	<b>Período elencado</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Trabalhos localizados</b>	<b>Trabalhos Incluídos/Selecionados</b>	<b>Trabalhos Repetidos</b>
Ciet	2020-2024	Educação, WhatsApp e LGPD	38	15	02
ANPEd	2019-2023	Educação, WhatsApp e LGPD	04	04	00
Endipe	2020-2024	Educação, WhatsApp e LGPD	26	01	00
Total			68	20	02

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos anais consultados entre novembro e dezembro de 2024.

Os anais de eventos científicos nacionais apresentam trabalhos na área educacional, voltados a assuntos referentes à tecnologia e a práticas em sala de aula. O intuito da procura nesses eventos foi o de analisar, sobretudo, a relação com a segurança de dados em instituições

de ensino. Os critérios de exclusão aplicados aos trabalhos localizados em anais de eventos científicos foram: a não identificação no resumo de temas relacionados à pesquisa, como tecnologia móvel e segurança de dados pessoais; não pertencer à área da Educação, ao período delimitado e à Língua Portuguesa.

Dentro disso, foi realizada uma nova busca, em repositórios de universidades públicas, a fim de analisar outra fonte de pesquisa, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Trabalhos localizados em repositórios de universidades públicas

Evento Científico	Período elencado	Palavras-chave	Trabalhos localizados	Trabalhos Incluídos/selecionados	Trabalhos Repetidos
Universidade de Brasília	2020-2024	Educação, WhatsApp e LGPD	8	5	0
Universidade Federal de Goiás	2019- 2023	Educação, WhatsApp e LGPD	5	2	0
Universidade Federal de Jataí	2020-2024	Educação, WhatsApp e LGPD	4	2	0
Total			17	9	0

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos repositórios consultados entre novembro e dezembro de 2024.

Os critérios de exclusão nos repositórios de universidades públicas foram os mesmos adotados nos anais de eventos científicos.

Após a escolha e a seleção de trabalhos para análise, identificaram-se alguns pontos comuns os quais contribuíram para a pesquisa e o desenvolvimento. Os trabalhos encontrados possuem os seguintes traços em comum verificados no Quadro 11.

Quadro 11 – Trabalhos dos eventos científicos agrupados por características comuns

Eventos Científicos	Traço 1: WhatsApp como meio de comunicação	Traço 2: WhatsApp como recurso pedagógico	Traço 3: LGPD e WhatsApp
Ciet	TS3, TS10, TS11 (3 trabalhos)	TS2, TS4, TS5, TS6, TS7, TS8, TS9, TS12, TS13, TS14 e TS15 (11 trabalhos)	TS1(1 trabalho)
ANPEd	TS1 e TS2 (2 trabalhos)	TS3 e TS4(2 trabalhos)	Não foram encontrados
Endipe	Não foram encontrados.	TS1(1 trabalho)	Não foram encontrados
Total	5 trabalhos	14 trabalhos	1 trabalho

Fonte: Elaborado pela autora.

A mesma leitura foi realizada nos repositórios das universidades, com o objetivo de verificar traços comuns, conforme Quadro 12.

Quadro 12– Trabalhos das universidades públicas agrupados por características comuns

Eventos Científicos	Traço 1: WhatsApp como meio de comunicação	Traço 2: WhatsApp como recurso pedagógico	Traço 3: LGPD e WhatsApp
UnB	Não foram encontrados	TS1, TS2, TS3, TS4 (4 trabalhos)	TS5 (1 trabalho)
UFG	TS1 e TS2(2 trabalhos)	Não foram encontrados.	Não foram encontrados.
UFJ	TS1 (1 trabalho)	Não foram encontrados	TS2 (1 trabalho)
Total	3 trabalhos	4 trabalhos	2 trabalhos

Fonte: Elaborado pela autora.

Os critérios de inclusão e de exclusão nos anais de eventos científicos e repositórios de universidades públicas foram delimitados a partir das palavras-chave selecionadas, ou melhor, WhatsApp, LGPD e educação, além da leitura dos temas dos trabalhos localizados e suas palavras-chave. A partir dessa seleção, trabalhos que não contemplavam esses requisitos foram excluídos. O passo seguinte foi a leitura dos resumos dos trabalhos remanescentes, sendo que se identificaram os trabalhos selecionados para análise por TS1, TS2, TS3 e assim sucessivamente.

Os trabalhos foram identificados de acordo com o evento científico correspondente, em trabalho localizado 1 (TL1), trabalho localizado 2 (TL2) e, quando selecionados, identificados por trabalho selecionado 1 (TS1), trabalho selecionado 2 (TS2) e seus respectivos eventos científicos atrelados.

### 3.4 Anais de eventos científicos e repositórios de universidades públicas

Como dito, foram selecionados os eventos científicos Ciet, Reunião Anual da ANPED e Endipe, devido à grande quantidade de trabalhos disponíveis, sobre temas diversos, além de serem eventos nacionais de importante repercussão na área da Educação. Ademais, a escolha desses eventos se justifica pela facilidade do acesso nas suas plataformas.

Embora haja outros eventos científicos igualmente relevantes na área educacional brasileira, a exemplo do Congresso Nacional de Formação de Professores organizado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e o Congresso Nacional de Educação (Educere) organizado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), os três eventos selecionados foram priorizados por existirem há várias edições e reunirem pesquisadores em âmbito nacional e também pela necessidade de delimitação do contingente abrangido por esta etapa do desenvolvimento da pesquisa.

O Ciet acontece a cada dois anos desde a sua primeira edição em 2012. Deste evento, selecionaram-se os trabalhos, apontados no Quadro 13.

Quadro 13 – Trabalhos selecionados nos anais do Ciet

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS1	Tecnologia móvel na escola: implicações do uso do WhatsApp em instituições de ensino	2024	Queiroz, Elma Cristina Pessoa de; Lopes, Rosemara Perpetua	lei geral de proteção de dados pessoais, whatsapp, educação, digital, tecnologia	Analisar o uso do WhatsApp em ambiente escolar e suas implicações, tendo em vista a Lei 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Queiroz; Lopes, 2024, s/p)
TS2	O uso do WhatsApp na educação: análise sobre as produções científicas entre 2020 e 2023	2024	Lopes Patrick; Velo, Braian	educação, whatsapp, pandemia, tdic, Portal de periódicos da Capes	Analisar, no Portal de Periódicos da CAPES, artigos relacionados ao uso do aplicativo WhatsApp na educação durante a pandemia, considerando-se o recorte de 2020 a 2023. (Lopes; Velo, 2024, s/p)
TS3	O uso do WhatsApp como ferramenta de pesquisa na EaD	2024	Barbosa, Anabela Aparecida Silva; Carvalho, Rafael Nink de	educação a distância, conectivismo, pesquisa-ação, whatsapp, grupo de discussão	Analisar em que medida o WhatsApp, como instrumento de pesquisa docente na EaD, pode funcionar como suporte em grupo de discussão por meio de redes sociais a partir da análise e da ação reflexiva de professores pesquisadores. (Barbosa; Carvalho, 2024, s/p)
TS4	Avaliando o WhatsApp como interface pedagógica	2022	Costa, Sergio Nunes da	whatsapp, ensino, aprendizagem	Explorar as potencialidades do WhatsApp como interface pedagógica para os processos de ensino e aprendizagem da disciplina de Sistemas de Informações. (Costa; Nunes 2022, s/p)
TS5	Um estado da arte sobre o WhatsApp como ferramenta para o uso pedagógico	2022	Bragiatto, Gabriel Aparecido; Bueno, Luzia	Whatsapp, estado da arte, tdic, ferramenta pedagógica, ensino	Apresentar os resultados do levantamento da produção científica sobre o WhatsApp como ferramenta para o uso pedagógico. (Bragiatto; Bueno, 2022, s/p)
TS6	Desafios, percepções e vivências de uma docente na pandemia: WhatsApp como recurso tecnológico na graduação	2022	Chiquetti, Marinez Zambon	Tecnologia de comunicação. perguntas. aprendizagem	Motivar a participação da maioria dos/das acadêmicos/as, promover o acesso aos conteúdos, trabalhar com estratégia de ensino que propiciasse o ensino e alcançar os objetivos de aprendizagem. (Chiquetti, 2022, s/p)

Quadro 13 – Trabalhos selecionados nos anais do Ciet

(continuação)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS7	O uso do WhatsApp e videoaulas como recurso para aprender matemática	2020	Cunha, Carlos; Leal, João	Videoaula, whatsapp, matemática	Mostrar os resultados de uma pesquisa realizada com alunos do Ensino Fundamental e Médio de escola pública sobre o uso de videoaula integrado à mesa digitalizadora e o uso do WhatsApp no ensino de Matemática no período da pandemia causada pela Covid-19. (Cunha; Leão, 2020, s/p)
TS8	WhatsApp: uma estratégia educacional nas aulas de português língua estrangeira	2020	Soares, Débora Racy	whatsapp, português língua estrangeira, ufla	Desenvolver a fluência dos discentes, através de atividades de chat que mobilizaram competências comunicativas, seja através de leitura (reading) e escrita (writing), seja através de audição (listening) e gravação de voz (speaking). (Soares, 2020, s/p)
TS9	O WhatsApp como recurso de aprendizagem da escrita colaborativa	2020	Ruiz, Eliana maria Severino Donoio	escrita colaborativa, whatsapp, tecnologia digital na educação	Analisar o alcance do WhatsApp Messenger como recurso de aprendizagem em práticas de escrita colaborativa desenvolvidas por graduandos de Letras de uma universidade pública. (Ruiz, 2020, s/p)
TS10	Corretor ortográfico automático: o uso por professores de português	2020	Veridiano, Denise Alves Soares	corretor automático, whatsapp, formação de professores	Material obtido em um curso de formação continuada de professores via WhatsApp com um olhar para as interferências do corretor ortográfico automático nos textos curtos presentes nas interações entre participantes no ambiente do curso. (Veridiano, 2020, s/p)
TS11	WhatsApp como ferramenta para a organização de grupos focais on-line na pesquisa da educação: um relato de experiência	2020	Veloso, Braian.	grupo focal on- line. whatsapp. tecnologias digitais de informação e comunicação	Discutir as principais vantagens e desvantagens do uso do WhatsApp enquanto ferramenta para a organização de grupos focais on-line nas pesquisas em educação. (Veloso, 2020, s/p)
TS12	O uso do WhatsApp como ferramenta pedagógica no ensino da matemática	2020	Simões, Diovana Guerra	educação matemática tecnologia digital, whatsapp	Contribuir para o aprimoramento de conceitos matemáticos, bem como desenvolver a autonomia e responsabilidade dos alunos em relação aos estudos, buscando explorar as potencialidades do aplicativo como um diferencial para o saber. (Simões, 2020, s/p)

Quadro 13 – Trabalhos selecionados nos anais do Ciet

(conclusão)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS13	A utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp como recurso promotor de acolhimento e de incentivo à leitura em tempos de pandemia	2020	Souza, Ágata Nelza Gomes de.	biblioteca. literatura. tdic. whatsapp. pandemia	Aponta o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para a promoção de ações educativas diante do isolamento social, destacando a potencialidade do aplicativo de mensagens WhatsApp. (Souza, 2020, s/p)
TS14	Ensino remoto de ciências utilizando o WhatsApp: construção de um biodigestor como método educacional na pedagogia da alternância	2020	Carvalho, Franciely Lorenzon <i>et al.</i>	biodigestor, ensino-aprendizagem, educação do campo, ensino remoto, tecnologias digitais	Desenvolver uma proposta que contemplasse conteúdos estudados em sala de aula e sua aplicabilidade, propondo melhorias à comunidade escolar. (Carvalho <i>et al.</i> , 2020, s/p)
TS15	Soluções para o ensino remoto valendo-se dos recursos disponíveis: Facebook e WhatsApp	2020	Santos, Vinicius Vieiras <i>et al.</i>	informática na educação, acesso digital, processo ensino remoto, recursos tecnológicos, tecnologias digitais.	Refletir sobre o uso de ferramentas tecnológicas para o ensino remoto com o intuito de auxiliar professores e alunos no cotidiano escolar de ambos, considerando o contexto da pandemia do covid19. (Santos <i>et al.</i> , 2020, s/p)

Fonte: Anais do Ciet, edições 2020, 2022, 2024.

A ANPED realiza, em anos intercalados, reuniões científicas nacionais e regionais. A primeira edição do evento nacional data de 1978. Atualmente, os encontros são divididos da seguinte maneira: nos anos ímpares, são realizadas as Reuniões Científicas Nacionais e, nos anos pares, as Reuniões Científicas Regionais, em cada uma das cinco regiões do Brasil. Selecionaram-se os trabalhos como apresenta o Quadro 14.

Quadro 14 – Trabalhos selecionados nos anais da Reunião Anual da ANPED

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS1	A escola e os grupos de WhatsApp das famílias	2023	Mandelert, Diana da Veiga; Mocarzel, Marcelo	relação família-escola, coordenação pedagógica, whatsapp, comunidades virtuais de famílias	Compreender como os célebres “grupos de pais do WhatsApp”, aqui denominados de comunidades virtuais de família (CVF), interferiram na relação entre família e escola e, mais especificamente, no trabalho da coordenação pedagógica. (Mandelert; Mocarzel, 2023, s/p)

Quadro 14 – Trabalhos selecionados nos anais da Reunião Anual da ANPEd

(conclusão)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS2	“Depois da pandemia eu me acostumei”: o uso do WhatsApp como ferramenta de relação e participação das famílias na gestão da educação infantil.	2023	Abreu, Valéria Fernandes de; Fernandes, Luciana Barbosa; Almeida, Carla	whatsapp, gestão, participação, pandemia, educação infantil	Refletir acerca do uso do aplicativo WhatsApp como ferramenta de relação e de participação das famílias na escola, por meio do diálogo entre os familiares e as gestoras. (Abreu; Fernandes; Almeida, 2023, s/p)
TS3	Ambiências formativas em tempos de pandemia: aprendendo ensinando com os usos do Google e do WhatsApp	2021	Castro, Luis Henrique de; Santos, Rosemary dos	Cibercultura, educação, ava, google, whatsapp	Investigar e mapear algumas práticas de aprendizagem ensino com o uso da mediação tecnológica em rede no cotidiano de um grupo de alunos da disciplina Eletrônica Digital de uma Escola Técnica na Zona Norte do Rio de Janeiro durante um período da pandemia do covid-19. (Castro; Santos, 2021, s/p)
TS4	As experiências das infâncias através de narrativas das crianças no Instagram e WhatsApp.	2019	Gatto, Érica Rivas	crianças, narrativas, cultura visual, infâncias contemporâneas	As experiências das infâncias através de narrativas das crianças no Instagram e no aplicativo de conversa WhatsApp, destacando considerações sobre os modos pelos quais as crianças narram sobre seus cotidianos e dialogam nesses espaços. (Gatto, 2019, s/p)

Fonte: Anais da Reunião Anual da ANPEd, edições 2019, 2021, 2023.

Os trabalhos selecionados dos anais da Reunião Anual da ANPEd, pelo período selecionado e delimitação de assunto, não apresentaram número expressivo, sendo esse um dado importante à discussão da pesquisa, visto que o tema debatido não apresenta trabalhos que levantam a questão proposta.

O Endipe faz parte da Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino (Andipe), o qual teve a primeira edição em 1979, como uma resposta ao período militar instalado. O Quadro 15 contém os trabalhos selecionados deste evento, em particular.

Quadro 15 – Trabalho selecionado nos anais do Endipe

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS1	Processo formativo na educação de jovens e adultos	2020	Santana, Leila; Velloso. Luciana	educação de jovens e adultos, whatsapp, processo formativo, letramentos digitais	Verificar que contribuições seus usos podem trazer a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vistas à melhoria do desempenho escolar e no desenvolvimento da capacidade crítica desses alunos ante o fenômeno das “ <i>Fake News</i> ”, temática trazida, nesse estudo, por Santaella (2018), fazendo uso de diferentes linguagens, incluindo textos multimodais compartilhados por meio do aplicativo. (Santana; Velloso, 2020, s/p)

Fonte: Anais Endipe, edição 2020.

Dessa sorte, os três eventos científicos selecionados apresentaram, em sua maioria, trabalhos voltados para o campo da tecnologia móvel com o uso do WhatsApp. Mas, ao se adentrar ao entrelaçamento entre o uso do aplicativo em escolas com a preocupação da segurança das informações, não houve número significativo, restringindo-se a um trabalho que desenvolveu a conexão entre educação, LGPD e WhatsApp.

O repositório das universidades públicas foi escolhido por possuir um acervo com trabalhos acadêmicos importantes e disponíveis a toda a sociedade. Além disso, os repositórios apresentam documentos atuais, com temas que impulsionam a reflexão crítica dos leitores. Os locais escolhidos pertencem à região Centro-Oeste, por sediar a pesquisa e onde a pesquisa de campo foi realizada. Ademais, os repositórios selecionados possuem plataformas de fácil manuseio e interação.

A pesquisa realizada no repositório da UnB contou com o resultado de oito documentos encontrados, dos quais três foram excluídos, porquanto um estava no idioma de língua inglesa e outros dois com temas fora do assunto priorizado. No Quadro 16, verificam-se os principais trabalhos selecionados.

Quadro 16 – Trabalhos selecionados no Repositório Universidade de Brasília (UnB)

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS1	Português de acolhimento via WhatsApp: empoderando e capacitando mulheres migrantes venezuelanas	2024	Vieira, Ana Paula Gabatteli	português de acolhimento, empreendedorismo, feminino, empoderamento feminino, design, thinking, migrantes, whatsapp	Trabalhar temas voltados para o empoderamento de mulheres refugiadas venezuelanas, através do empreendedorismo, por meio do aplicativo WhatsApp como ambiente de aprendizagem. (Vieira, 2024, s/p)
TS2	O WhatsApp e o desenvolvimento da argumentação escrita: a produção textual no ensino de língua materna e as tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão	2019	Martins, Erikson de Carvalho	tecnologias digitais de informação, comunicação, expressão, leitura e escrita, whatsapp, argumentação, ensino e aprendizagem	Explorar as potencialidades interativas, linguísticas, multimidiáticas e hipermediáticas do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp como recursos pedagógicos para o desenvolvimento da argumentação escrita dos estudantes (Martins, 2020, s/p)
TS3	A colaboração no ensino da matemática por meio do aplicativo WhatsApp	2020	Pereira, Priscila Campos	tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão, aprendizagem colaborativa, whatsapp, matemática - estudo e ensino	Verificar como ocorreram as sete dimensões da aprendizagem colaborativa no uso do WhatsApp para o ensino da matemática. (Pereira, 2020, s/p)
TS4	O letramento e as práticas textuais no aplicativo WhatsApp: um estudo de caso em uma turma de 5ª série da Educação de Jovens e Adultos no Centro de Ensino Fundamental 13 de Ceilândia (DF)	2020	Amaral, Raquel Alves	educação de jovens e adultos, tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão, whatsapp, educação de jovens e adultos, letramento; práticas textuais, redação	Influências, em materiais escritos de estudantes do Ensino Fundamental, das comunicações realizadas pelos mesmos por meio do aplicativo WhatsApp onde as práticas textuais ocorrem de modo específico. (Amaral, 2020, s/p)

Quadro 16 – Trabalhos selecionados no Repositório Universidade de Brasília (UnB)

(conclusão)

TS5	Atores da regulação da internet no Brasil: um diálogo sobre as decisões de bloqueio do WhatsApp e a elaboração do marco civil	2019	Lemos, Amanda Nunes Lopes Espiñeira	marco civil da internet internet, Brasil, whatsapp, audiência pública	Analisar os atores e seus respectivos argumentos envolvidos em audiências públicas realizadas no processo de regulação da Internet no Brasil ao longo do tempo, convocadas no âmbito do processo Legislativo do Marco Civil da Internet. (Lemos, 2019, s/p)
-----	---	------	-------------------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Repositório da UnB.

No levantamento realizado no repositório da UFG encontraram-se cinco trabalhos, dentre os quais, dois foram selecionados para análise por envolver WhatsApp e educação, uma vez que os outros trabalhos fugiram ao tema delimitado, por isso foram excluídos, é o que sistematiza o Quadro 17.

Quadro 17 – Trabalhos localizados no Repositório da Universidade Federal de Goiás (UFG)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS 1	A pandemia Covid-19 e o ensino de educação física no CEPAE- UFG	2022	Vieira, Sara Vasconcelos Bezerra	Educação, educação física, ensino remoto emergencial, covid-19	Analisar os principais desafios enfrentados pelos professores de Educação Física do CEPAE/UFG na transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial (ERE). (Vieira, 2022, s/p)
TS 2	Educação e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no contexto da pandemia de Covid -19	2021	Souza, Daiany Alves de	tdic, ensino remoto emergencial, educação, pandemia	Analisar quais as orientações da BNCC para uso das TDICS nas escolas e investigar as orientações do CNE, sobre a educação no momento da pandemia, objetivamos também observar como as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) contribuíram para o acontecimento do ensino remoto emergencial (ERE). (Souza, 2021, s/p)

Fonte: Repositório da UFG.

Percebeu-se, pela pesquisa no repositório da UFG, a partir das delimitações inseridas, um número reduzido de trabalhos sobre o tema, o que vem ao encontro de outras buscas realizadas em repositório de universidade pública. No repositório da Universidade Federal de Jataí (UFJ) encontraram-se quatro trabalhos, sendo dois selecionados para análise, visto que os trabalhos não contemplados possuíam temas divergentes aos estabelecidos como critérios de inclusão já explicados, assim, destacaram-se consoante o Quadro 18.

Quadro 18 – Trabalhos selecionados no Repositório da Universidade Federal de Jataí (UFJ)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
TS1	Tecnologias digitais no ensino do curso de medicina de uma universidade pública de Goiás	2022	Coimbra, Fábio Rezende	Tecnologias, ensino superior, medicina	Identificar o uso (e possíveis usos) das tecnologias no curso de Medicina da Universidade Federal de Jataí, a partir da percepção e das expectativas de estudantes e professores, partindo da hipótese de que, dadas as suas características, o referido Curso tem potencial favorável a práticas pedagógicas com tecnologias digitais. (Coimbra,2022, s/p)
TS2	Privacidade universitária em instituições de ensino superior goianas à luz da lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD)	2023	Costa, Fernando Freitas	dados pessoais, lgpd, ensino superior	Averiguar como está o processo de adequação das instituições goianas de ensino superior com relação à LGPD e de que forma essa Lei trouxe mudanças na maneira como dados pessoais são coletados, tratados, armazenados e destruídos para permitir que o ensino seja realizado com segurança nessas instituições. (Costa, 2023, s/p)

Fonte: Repositório da UFJ.

Os trabalhos selecionados da UFJ destacam, primeiramente, o WhatsApp como um meio de comunicação, mas também como um meio pedagógico importante, sobressaindo-se como uma tecnologia móvel de grande repercussão, tendo em vista a velocidade e fácil acesso ao aplicativo e, em um segundo momento, o TS2 apresenta um estudo quanto à privacidade de dados em instituições de ensino superior, ao se utilizarem tecnologias como o WhatsApp e suas implicações.

Na seção seguinte são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa de campo, destacando-se os professores como sujeitos principais do estudo e suas interações com as tecnologias móveis em ambiente de trabalho.

### **3.5 Procedimentos metodológicos da pesquisa de campo**

A pesquisa de campo corresponde a uma etapa metodológica delineada em conjunto com as análises documental e bibliográfica, e tem como objetivos específicos identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD, além de evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola e seu conhecimento sobre a LGPD. Essa parte da pesquisa recai sobre os sujeitos escolhidos, isto é, professores, e atividades relacionadas ao uso de tecnologia móvel, como o WhatsApp.

A análise de campo foi realizada na cidade de Goiânia, Goiás, escolha justificada pela proximidade com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Faculdade de Educação (FE), local no qual foi desenvolvida esta pesquisa. Assim, delimitou-se, primeiramente, o local e, posteriormente, o âmbito de ensino, sendo escolhida a rede estadual de ensino, por abranger séries variadas, com professores de várias disciplinas e percepções diferentes. Além disso, restringiu-se, também, ao ensino público, com o intuito de observar como as tecnologias móveis são desenvolvidas nesse ambiente e como são assistidos os professores que precisam de tecnologias atualizadas diariamente. Os participantes são professores que passaram a ser identificados por participante 1 (P1), participante 2 (P2) e assim por diante.

A pesquisa de campo ocorreu por meio de um formulário criado pelo Google *Forms*, no qual havia perguntas fechadas e perguntas abertas. Em um primeiro momento, fez-se um questionário piloto para validar o instrumento de coleta de dados. Aponta-se, como ponto positivo dessa fase o fato de o questionário ter sido enviado pela Regional de Ensino, demonstrando a formalidade do registro, além disso, o fato de a pesquisa ter sido autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e ter procedência científica trouxe credibilidade para que o Estado fosse colaborador no processo de aplicação do questionário nas escolas.

Por outro lado, a ausência da pesquisadora no processo de divulgar nas escolas a sua pesquisa e explicar com maiores detalhes o estudo pôde ter sido um fator limitante.

#### **3.5.1 Aplicação-piloto do questionário**

Obtiveram-se respostas de 14 participantes, durante a aplicação do questionário-piloto, o que foi razoável, considerando que, no projeto original, estabeleceu-se o número mínimo de dez professores, com o intuito de observar como os professores percebiam o tema de tecnologia móvel nas escolas. O formulário possuía dez grupos de questões, dentre abertas, fechadas dicotômicas e de múltipla escolha sobre o uso do aplicativo WhatsApp em ambientes escolares.

O público escolhido foi professores de escolas públicas. A Regional de Ensino de Goiânia enviou os questionários via e-mail institucional às escolas estaduais de ensino. Quanto à delimitação do tempo para as respostas do formulário, não se estabeleceu um período fixo. O intuito era de que os docentes ficassem à vontade para responder sem a pressão de um calendário, entretanto, esse fator, para a pesquisadora, foi negativo, já que a necessidade de análise de todas as respostas demanda tempo, sendo necessário passar para outras fases a partir dos dados colhidos. Esse ponto foi corrigido na aplicação oficial, com uma delimitação de, pelo menos, 15 dias para haver tempo hábil à análise de cada resposta.

Dentro da análise das questões, notou-se que a maior dificuldade dos respondentes foi as questões abertas, visto que elas demandavam relações com questões anteriores e reflexão sobre o tema. Para Lakatos; Marconi (2017), a pergunta aberta:

Possibilita investigações mais profundas e precisas; entretanto, apresenta alguns inconvenientes: dificulta a resposta ao próprio informante, que deverá redigi-la, o processo de tabulação, o tratamento estatístico e a interpretação. A análise é difícil, complexa, cansativa e demorada (Lakatos; Marconi, 2017, p. 219).

Quanto aos resultados, a primeira parte da aplicação-piloto referiu-se a informações pessoais dos docentes. Os colaboradores não precisaram se identificar, haja vista o compromisso de preservar seus dados pessoais. Além disso, o anonimato permitiu-lhes sentirem-se à vontade para responder às questões, de modo a não serem influenciados, sendo que a primeira parte do formulário possuía questões sobre idade, gênero, tempo de serviço etc. Questionou-se, dentre as questões, se o professor colaborador atuava em escola pública, privada ou em ambas. Percebeu-se, no processo de coleta, a participação de três escolas diferentes, sendo elas tratadas como escola 1, escola 2 e escola 3.

A maioria dos colaboradores utilizou e-mails pessoais, ao passo que o institucional foi pouco utilizado. A conclusão para a coleta de dados definitiva foi a de que se pôde solicitar o cadastro apenas com a conta institucional, com o intuito de saber se foram utilizados e-mails pessoais para o ambiente de trabalho. Isso favoreceu o processo de entender se as comunicações se deram de forma mais oficial ou mais informal. Além disso, o uso do e-mail pessoal e do profissional conduziu à reflexão quanto ao próprio uso do aplicativo WhatsApp, seja para a

esfera privada ou coletiva, ou mesmo se as duas se misturam e se associam à vida dos professores.

Dentre os respondentes, nenhum tinha menos de 18 anos, essa informação já excluiu qualquer problema quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido introduzido na coleta definitiva. A maior faixa etária dos respondentes foi entre 45 e 54 anos de idade, com tempo de docência superior a vinte anos de trabalho.

Algumas questões que possuíam a possibilidade de respostas subjetivas (questões abertas) foram sinalizadas como não obrigatórias. Assim, muitos participantes, 90%, optaram por não respondê-las. Esse ponto foi identificado como uma falha, devendo ser marcadas posteriormente como questões para respostas obrigatórias. Ao passar às questões sobre o uso de tecnologia, em especial o WhatsApp em ambiente escolar, algumas ajudaram a entender o uso desse aplicativo na escola. A maior parte dos respondentes afirmou que não teve formação para o uso desse meio de comunicação em seus trabalhos. Entretanto, dois professores responderam que tiveram formação, sendo que apenas um especificou onde, e o outro deixou em branco.

Quanto à proteção de dados, com o uso de aplicativo nas escolas e o conhecimento da LGPD, a maior parte dos respondentes (71%) disse que conheceu a Lei e protegia os dados. Dentre as questões atinentes à segurança de dados, percebeu-se que muitos docentes procuraram a proteção de dados ao utilizarem a tecnologia em ambiente escolar. O uso de metodologias ativas foi levantado por um professor, ao abordar aplicativos móveis como o WhatsApp, fato esse que não se inseriu no escopo proposto, ou melhor, a reflexão sobre o uso do aplicativo com segurança pelas escolas. Essa ocorrência pôde evidenciar a ausência de uma questão que trabalhou com essa interseção, a qual foi revista para a aplicação final. O Quadro 19 demonstra o processo realizado.

Quadro 19 – Principais resultados da aplicação do questionário-piloto

Aspecto	Manter ou alterar	Justificativa
Extensão do questionário	( X ) Precisa de alteração ( ) Será mantida	Considerou-se o questionário extenso, o que impacta no tempo que o professor tem disponível para respondê-lo. Com um questionário de menor extensão, será possível ter dados gerados de forma suficiente para análise.
Compreensão das perguntas do questionário e alternativas	( X ) Precisa de alteração ( ) Será mantida	Como algumas perguntas tinham a opção “outros” para serem marcadas, é preciso reformular, deixando claro para o colaborador que é preciso comentar sua resposta. A outra possibilidade é transformar esse tipo de perguntas em abertas.
Formato das perguntas (aberta, fechada, complementar).	( X ) Precisa de alteração ( ) Será mantido	Apesar da dificuldade de alguns colaboradores em responder a perguntas abertas, será preciso mudar algumas perguntas da condição de fechadas. Além disso, as perguntas abertas serão marcadas como obrigatórias. Esse tipo de questão oferece uma materialidade mais profícua de dados para análise.
Texto introdutório	( ) Precisa de alteração ( X ) Será mantido	O texto introdutório será mantido, pois está objetivo e não foram apresentadas dúvidas em relação a ele.
Meio de aplicação (virtual, presencial)	( X ) Precisa de alteração ( ) Será mantido	O meio de aplicação poderá ser virtual, no entanto, pretende-se, se possível, explicar aos professores, sobre a pesquisa, com maiores detalhes. Isso pode ser feito em uma roda de conversa, em uma coordenação pedagógica, ou até mesmo pelo Google Meet.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados gerados pela aplicação piloto do questionário.

A aplicação-piloto foi, em sua maior parte, satisfatória devido à participação dos professores respondentes, com sugestões, vindo a agregar a formulação da edição final da pesquisa de campo.

### 3.6 Questionário aplicado via Google Forms

A partir da aplicação-piloto, novas alterações foram realizadas no questionário final enviado aos professores de escolas estaduais públicas do estado de Goiás, com o intuito de facilitar a distribuição do formulário e atender aos itens respondidos na fase piloto. Desse modo, o primeiro aspecto, que trata sobre a extensão do questionário, foi revisado, entretanto, devido

ao tema ser denso e não haver uma complementação com entrevista ou qualquer outro subterfúgio, foi necessário manter algumas questões, mas elas foram reformuladas, com questões fechadas e poucas abertas.

O modo de aplicação do questionário, embora apresentasse dificuldades já na fase piloto, foi mantido, via Google *Forms*, devido, primeiramente, à posição da Regional de Ensino em enviar os formulários, ela própria, por meio de comunicado às escolas. Apesar de manter a pesquisadora mais distante dos respondentes, foi uma maneira possível de conseguir a participação de professores nesta pesquisa.

O processo de envio dos questionários à Regional de Ensino, à espera do envio dos formulários pelo(a) responsável e do recebimento das respostas foi realizado durante os meses de abril a junho de 2024. Esse período se estendeu devido ao calendário escolar e as várias atividades dos professores. Além disso, por se tratar de formulário on-line, pode ter afastado o interesse em respondê-lo.

A Regional de Ensino enviou um convite para que as escolas estaduais públicas participassem da pesquisa. O responsável pelo desenvolvimento de pesquisas em escolas informou que o estado possui 93 unidades de ensino que ofertam o Ensino Fundamental II e enviou o formulário para todos os estabelecimentos desse segmento. Dentro disso, o questionário retornou com 63 respostas. Isso equivale a uma média inferior a 10% das escolas estaduais, entretanto, foi o resultado do convite realizado às escolas por intermédio do(a) gestor(a) responsável, uma vez que a pesquisadora não possuía autorização da Regional de Ensino para ir às escolas fazer o convite pessoalmente.

O questionário enviado possui o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme (Apêndice G), no qual se explicou o tipo de pesquisa o nome da pesquisadora e contatos e o nome da orientadora, o local realizado, riscos e benefícios da pesquisa. Além disso, o TCLE esclareceu que os dados pessoais seriam mantidos em sigilo, sendo que a divulgação das respostas preservaria os participantes e as escolas que gentilmente participaram deste estudo. Em seguida foi fornecida uma breve explicação sobre como funciona o questionário e a importância de seu preenchimento para o desenvolvimento da pesquisa. A partir disso, o (a) participante escolhia responder ao questionário e divulgar apenas as respostas informadas. Também, nessa introdução, perguntou-se sobre o endereço eletrônico dos professores e solicitou-se que usassem, se possível, o e-mail institucional. Das 63 respostas, vinte utilizaram o endereço institucional.

O formulário envolveu pontos pertinentes à trajetória de professores na educação, como tempo de serviço, formação no uso de tecnologias digitais e segurança de dados na escola. A

partir disso, o questionário foi organizado de acordo com as questões e os assuntos informados no Quadro 20.

Quadro 20 – Questões e assuntos do formulário aplicado

Bloco de questões	Assuntos tratados
1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5	Informações sobre os professores, como: idade, gênero, tempo de docência, qual tipo de cargo.
2, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4	Formação em cursos de tecnologia e preparação para utilização em sala de aula.
3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5	Formação para o uso do WhatsApp, como aprendeu a utilizar, onde utiliza e de qual maneira.
4, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4.8, 4.9, 4.10	A LGPD nas escolas: divulgação da lei nas escolas, se está presente no plano pedagógico e questões atinentes à tecnologia e proteção de informações.
5, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4	Acesso à internet em escolas públicas
6, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 7, 7.1, 7.2, 8, 8.1, 9, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 10	A utilização do WhatsApp nas escolas: em quais atividades, frequência, os alunos possuem acesso à essa tecnologia, facilidade ou não do uso, participação em grupos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos professores (Apêndice I).

Os assuntos tratados pelo formulário integram a análise e a discussão delineadas nesta pesquisa. Desse modo, de acordo com os objetivos, as perguntas podem ser agrupadas em torno dos Componente 1 (C1), Componente 2 (C2) e Componente 3 (C3), consoante o Quadro 21.

Quadro 21 – Esquematização dos componentes com as perguntas do questionário

Objetivos específicos	Perguntas do questionário por componente do objetivo
(i) Identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD. (ii) Evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola e seu conhecimento sobre a LGPD.	
Componente 1 (C1) – o uso do aplicativo WhatsApp dentro das instituições de ensino e se os docentes possuem formação em tecnologias móveis. Como os professores utilizam tecnologias móveis como o WhatsApp na escola.	Bloco 2 (2.1 ao 2.4); 3 (3.1 ao 3.5); 6: 6.1 a 6.7 Bloco 7 (7.1, 7.2); 8. (8.1); 9 (9.1 a 9.6); 10
Componente 2 (C2) - a relação entre a segurança de dados pessoais e o WhatsApp.	Bloco 4: 4.1 a 4.10
Componente 13 (C3) - o acesso à internet em escolas públicas.	Bloco 5: 5.1 a 5.4

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos objetivos específicos traçados para a pesquisa de campo, o questionário elaborado para os professores apresentou pontos convergentes ao assunto delimitado, principalmente, ao primeiro componente (C1) do quadro esquematizado, o qual procura averiguar se o aplicativo WhatsApp é utilizado dentro das instituições de ensino e se os professores possuem formação em tecnologias móveis.

Em C1, percebe-se que a maioria das questões levantadas pelos objetivos específicos, ou melhor, mais de 60%, está dentro desse componente. Assim, as questões apontadas no quadro acima estabelecem uma ligação entre o aplicativo e os professores com enfoque em como tecnologias móveis estão sendo utilizadas nas escolas, conforme a leitura dos participantes da pesquisa.

### 3.7 Procedimento de análise

A discussão dos trabalhos pautou-se no método de análise de Bardin (2020), obtendo-se aproximações a esse método, o qual estabelece as seguintes fases a serem seguidas: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira parte estabelecida por Bardin (2020, p.121) refere-se a um estudo prévio sobre o assunto delimitado, sendo que a autora considera que essa fase: “[...] tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir o esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.”

Nesse sentido, Bardin (2020, p. 121) ainda complementa três desdobramentos que podem ser feitos durante a pré-análise, tais como: “[...] a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.” À vista disso, a análise foi delineada conforme verificada no Quadro 22.

Quadro 22 – Pré-análise

Pré-análise	Procedimentos realizados
A escolha dos documentos	Busca em sites governamentais, anais de eventos científicos e repositórios de universidades públicas: leitura de resumos e palavras-chave.
A formulação das hipóteses e dos objetivos	Identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD
A elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final	Seleção de documentos a partir do objetivo identificado e relação com o tema e palavras-chave delimitadas.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bardin (2020).

É ínsito destacar que os pontos apresentados na pré-análise não são estáticos nem independentes, todavia estão relacionados intrinsecamente dentro do contexto envolvido, demonstrando complexidade em suas relações e interações. Nesse escopo, Bardin (2020) também aponta que nessa fase é fundamental a “leitura flutuante”, momento em que o/a pesquisador/a se dedica a conhecer o tema.

A partir da leitura dos documentos, deu-se uma seleção daqueles que possuíam relação com o tema pesquisado, sendo que esse universo pode ser amplo, por isso houve a necessidade da delimitação dos tipos de documentos analisados. Nesse diapasão, Bardin (2020) ressalta algumas regras a serem seguidas no processo de escolha dos documentos, indicadas no Quadro 23.

Quadro 23 – Regras na escolha dos documentos para análise

<b>Identificação</b>	<b>Regra</b>
Regra da exaustividade	Momento no qual se fazem as leituras, análises de todos os documentos apresentados, conforme delimitações prévias. As dificuldades, como a escassez ou abundância de documentos, por exemplo, devem ser explicitadas e apresentadas para justificativa dessa fase.
Regra da representatividade	É necessária a amostra de um contexto para a sua compreensão, Bardin ainda complementa): “[...] um universo heterogêneo requer uma amostra maior do que um universo homogêneo” (Bardin, 2020, p. 123). Assim, a regra da representatividade deve ser pautada em delimitações estabelecidas, como o período, por exemplo, os tipos de trabalho, para que enfim se possa ter uma análise possível, concisa e de fácil compreensão.
Regra da homogeneidade	A homogeneidade dos documentos é importante para se estabelecer limites na pesquisa e não se perder o foco do objeto de estudo. Os critérios propostos na pré-análise conduzem ao andamento da seleção e ao aprofundamento dos documentos selecionados.
Regra de pertinência	Trata da relação dos documentos com o tema já delimitado, com o objeto, o qual deve ter sentido para a pesquisa e vir ao encontro dos assuntos traçados.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bardin (2020).

Desse modo, na pré-análise primeiramente, realizou-se uma busca em sites governamentais e nos principais eventos científicos nacionais, os quais foram selecionados devido à relevância e à ampla divulgação dos trabalhos, com fácil acesso; a busca dos documentos se realizou com palavras-chave determinadas, passando à leitura dos documentos.

Os procedimentos apontados pela autora foram seguidos, por exemplo, no que se refere à exaustividade foram feitas buscas em documentos diversos com o intuito de se encontrar pesquisas realizadas sobre o assunto delimitado neste estudo. Percebeu-se que em eventos científicos como o Ciet houve um maior número de documentos encontrados ao passo que, em outros, como a Reunião Anual da ANPEd, o número foi menor. Após esses procedimentos, a pertinência dos documentos apontou aqueles que seriam separados para análises em conjunto.

A fase seguinte tratou sobre a formulação das hipóteses e dos objetivos, na qual se tecem considerações a respeito de determinado estudo e sua repercussão na realidade. Nesse momento acontece uma ruptura entre o abstrato e o concreto, pois o que se é cogitado, imaginado, sugerido, proposto, é ou não evidenciado por dados palpáveis que demonstram significância ou não de determinado estudo. As buscas feitas tanto na pesquisa documental quanto na

bibliográfica evidenciaram a necessidade de estudos sobre o uso do WhatsApp nas escolas por professores a partir da leitura proposta pela LGPD.

O próximo passo se referiu aos índices e à elaboração de indicadores, ou seja, qual a incidência do tema a ser pesquisado nos documentos encontrados. Dessa forma, Bardin (2020, p. 126) afirma: “Geralmente, certificamo-nos da eficácia e da pertinência dos indicadores, testando-os em algumas passagens ou em alguns elementos dos documentos (pré-teste de análise).” Essa fase conduziu a uma análise do tema sobre os documentos encontrados, com o intuito de verificar a presença ou a ausência dos dados investigados.

A preparação do material, fase que demanda a seleção dos documentos, realizou-se conforme a afinidade dos temas e pelos grupos formados. Assim, de acordo com as palavras-chave selecionadas, os trabalhos foram separados por traços em comum com o intuito de identificá-los por assunto tratado e suas relações com o objetivo intencionado.

A partir dos pontos apresentados, a pré-análise conduziu à exploração do material, a qual Bardin (2020, p. 127) conceitua como: “[...] a administração sistemática das decisões tomadas.” A autora destaca, ainda, que se trata de uma fase “fastidiosa” devido às codificações necessárias, além do movimento de leituras e análises constantes.

Como consequência tem-se o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação desses dados a partir da análise crítica dos elementos destacados. Nesse sentido, pretendeu-se identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD. Desse modo, a análise foi tecida de acordo com o Quadro 24.

Quadro 24 – Eixos de análise, categorias e indicadores

(continua)

<b>Eixos de Análise</b>	<b>Descrição dos eixos de análise</b>	<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Referencial teórico correspondente</b>	<b>Conteúdo analisado</b>
A) WhatsApp como meio de comunicação	WhatsApp na divulgação de informações nas escolas	A1) Pandemia A2) Ensino Remoto A3) Internet	Facilidade/gratuidade do uso do WhatsApp	Zuboff (2020)	O crescimento do uso do aplicativo no Brasil, sobretudo no período pandêmico.
B) WhatsApp como recurso pedagógico	Aplicativos como parte do processo de ensino-aprendizagem	B1) Tecnologia móvel B2) Contribuição para aprendizagem	O uso de tecnologia móvel Mobilidade	Lemos (2009)	Perspectiva de professores sobre o aplicativo em sala de aula.

Quadro 24 – Eixos de análise, categorias e indicadores

(conclusão)

<b>Eixos de Análise</b>	<b>Descrição dos eixos de análise</b>	<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Referencial teórico correspondente</b>	<b>Conteúdo analisado</b>
C) WhatsApp como rede social	Relevância de dados seguros com o uso do aplicativo	C1) Dados móveis C2) Segurança da informação C3) Regulamentação do aplicativo	Ausência de regulamentação do WhatsApp	Marco Civil da Internet (2014) LGPD (2018)	A segurança de dados a partir da LGPD no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os eixos de análise evidenciam o aplicativo WhatsApp em três percepções: como um meio de comunicação, recurso pedagógico e como uma rede social.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados, realizou-se, primeiramente, a análise documental, seguida da bibliográfica e a de campo. A análise documental teve como objetivo realizar um breve levantamento sobre a normatização referente à internet, proteção de dados, tecnologia móvel e aplicativos no Brasil, assim como caracterizar o aplicativo WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social. Essa sondagem teve em vista, sobretudo, a legislação de âmbito federal, uma vez que fundamenta de forma abrangente questões ainda não regulamentadas, além de projetos de ordem estadual, tendo como escopo o estado de Goiás, haja vista ser o local da pesquisa de campo.

A partir das informações obtidas nos documentos selecionados, depreendeu-se um crescente número de normas sobre a internet, aplicativos e tecnologias e segurança da informação no Brasil. Por ser um tema novo, há um caminho a ser percorrido na legislação nacional, entretanto, já se pôde notar uma trilha inédita sobre assuntos fundamentais no que diz respeito às tecnologias digitais. Dessa maneira, a análise dos dados colhidos ocorreu a partir da sistematização apresentada no Quadro 25, no qual os objetivos específicos delimitados são relacionados aos documentos selecionados.

Quadro 25 – Desenvolvimento da análise documental por objetivo específico

Objetivos	Objetivo específico 1	Objetivo específico 2
	Realizar um levantamento sobre a normatização referente à tecnologia móvel, proteção de dados, aplicativos e internet no Brasil.	Caracterizar o WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social.
Palavras-chave	Tecnologia móvel, aplicativos, internet, educação.	WhatsApp, educação.
Legislações (L)	L1, L2, L3, L4, L5, L6, L7, L8, L9, L10, L11.	L2, L7, L9, L11.
Projetos de Lei da Câmara dos Deputados (PLCD)	PLCD-1, PLCD-2, PLCD-3, PLCD-5, PLCD-6, PLCD-9, PLCD-10, PLCD-11, PLCD-12, PLCD-13, PLCD-14, PLCD-15, PLCD-16, PLCD-18, PLCD-21, PLCD-22.	PLCD-1, PLCD-2, PLCD-4, PLCD-5, PLCD-7, PLCD-8, PLCD-10, PLCD-17, PLCD-19, PLCD-20.
Projetos de Lei do Senado Federal (PLSF)	PLSF-1, PLSF-2, PLSF-3 e PLSF-4.	Não foram encontrados resultados.
Projetos de Lei da Assembleia Legislativa de Goiás (PLO)	PLO-1, PLO-2, PLO-3, PLO-4, PLO-5 e PLO-6.	Não foram encontrados resultados.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do quadro apresentado, a análise dos documentos se verificou a partir da relação dos objetivos específicos com as palavras-chave escolhidas e sua interação com os conteúdos

selecionados. É válido destacar que o lugar escolhido é a educação. Quanto à análise documental, já apresentada, serviu como fundamentação dos pontos apresentados, desse modo, alguns assuntos apareceram de maneira reiterada, enquanto outros não foram desenvolvidos nos conteúdos selecionados. Dessa sorte, pode-se estabelecer a seguinte relação entre os principais temas recorrentes na análise documental, conforme o Quadro 26.

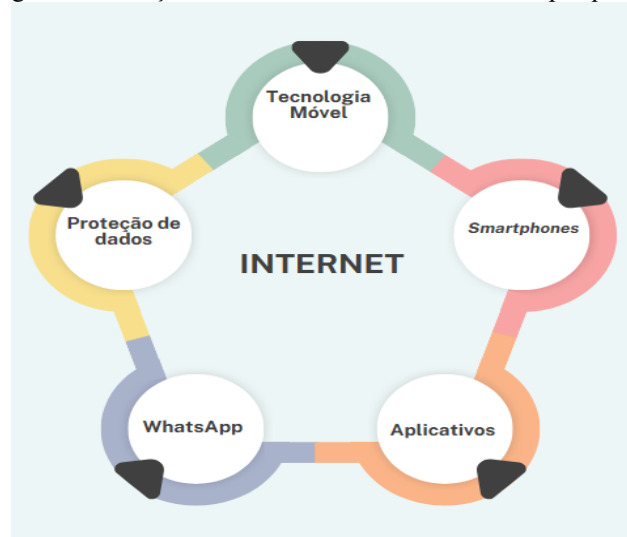
Quadro 26 – Aspectos recorrentes na análise documental

<b>Pontos discutidos a partir dos objetivos da pesquisa</b>	<b>Teor dos documentos normativos analisados</b>	<b>Dados do IBGE/Cetic</b>
Acesso à internet	O principal tema trabalhado se refere ao alcance da rede de internet, sobretudo à banda larga, procurando atender às comunidades mais vulneráveis.	A maior parte dos domicílios possui acesso à internet, tanto em áreas urbanas quanto rurais (IBGE, 2023).
Tecnologia móvel/ celular	Desponta a necessidade de regulamentar a tecnologia móvel no país, sobretudo na administração pública. O celular, como tecnologia móvel, possui função central nesse processo.	O uso do computador teve uma queda nos domicílios, sendo que o celular passou a ser o meio de comunicação mais utilizado (CGI, 2024).
Proteção de dados	A proteção de dados se tornou um desdobramento da internet e da tecnologia móvel. Atualmente, as principais leis, como o Marco Civil da Internet (2014) e a LGPD (2018), tratam desse assunto.	A proteção de dados é um tema recorrente, principalmente em relatórios do Cetic, ao tratar sobre tecnologia móvel. A segurança dos dados transmitidos é uma preocupação, ao se utilizar determinados serviços.
Aplicativos/ WhatsApp	A pesquisa sobre aplicativos móveis realizada em sites governamentais não obteve muitos resultados, mas, ao utilizar o termo WhatsApp percebeu-se a relação com serviços de mensagens, o qual passou a ser analisado nos projetos de lei, da Câmara Federal e do Senado Federal, selecionados. Destacam-se, no período pandêmico, algumas portarias que regulamentaram as aulas não-presenciais.	O WhatsApp aparece como um dos principais meios de divulgação de mensagens, mesmo em âmbito educacional. Houve um salto no uso desse aplicativo durante a pandemia. (Cetic, 2023).

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os temas recorrentes na análise documental, depreende-se que a internet é o assunto central e mais discutido, devido à importância de conexão, banda larga e acesso. Nessa perspectiva, a tecnologia móvel, como o celular, tornou-se fundamental em uma época de informações rápidas, sendo que aplicativos, como o WhatsApp, demandam uso da internet e a mobilidade de tecnologias tal como os *smartphones*. A proteção de dados é uma consequência da utilização frequente de tecnologias móveis. Portanto, o Quadro 26 pode ser esquematizado segundo a Figura 4.

Figura 4 – Relação entre os temas desenvolvidos na pesquisa<sup>26</sup>



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, a partir das normas federais elencadas, percebe-se que, apesar de a internet datar dos anos 1960 (Preto, 2017), com o intuito de ser um aliado de guerra e de conectar dados que ajudassem a um esquema militar, no Brasil, a legislação sobre a internet aparece nos anos 2000, precisamente do ano de 2012 e seguintes. Verifica-se uma lacuna entre o advento da internet e a sua regulamentação, o que demonstra a necessidade de implementações na área.

A relação estabelecida entre o objetivo de encontrar normatizações referentes à tecnologia móvel e aplicativos, proteção de dados e internet é contemplada por todos os documentos selecionados, assim cumpre destacar a similaridade entre os documentos analisados. Por outro lado, quando se trata do WhatsApp como uma ferramenta social, percebem-se, apenas, quatro documentos que se relacionam ao objetivo, sendo que não existe nenhuma regulamentação apenas sobre o aplicativo em questão, tais como os apresentados L2, L7, L9 e L11 (Quadro 6), que podem ser analisados, levando-se em consideração o WhatsApp, uma vez que esse aplicativo demanda acesso à internet; além disso, trata-se de um aplicativo de uma empresa privada americana, a qual não se refere de forma específica sobre a proteção de dados de seus usuários.

Dentre as legislações federais (Quadro 6), destacam-se duas referentes à área penal, leis n.º 12.735/2012 (L8) e 12.737/2012 (L9), às quais delimitam a importância das informações divulgadas em rede e a defesa de dados pessoais expostos de modo a não resguardar direitos básicos, ou seja, utilizar sistemas eletrônicos para cometer crimes.

<sup>26</sup> Audiodescrição disponível em: <https://11nq.com/Ya1bK>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Entretanto, o Marco Civil da Internet apareceu apenas com a promulgação da Lei n.º 12.965/2014 (L7). Essa lei é de extrema importância à regulamentação da internet no país, haja vista a conexão via internet ter se tornado o meio mais utilizado para comunicação dos últimos tempos. Assim, a introdução da lei estabelece mecanismos fundamentais para nortear o uso da internet, com isso, trata-se de um documento relevante, conforme o artigo 1º: “Essa Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.” (Brasil, 2014, s/p). Desse modo, o Marco Civil da Internet surge em meio a lacunas quanto à regulamentação desse recurso no país e delimita a utilização da comunicação em ambiente virtual.

Além disso, a Lei n.º 12.965/2014, também, destaca em seu art. 3º a importância da segurança em rede, tanto a respeito da proteção da privacidade quanto à proteção dos dados pessoais. A mobilidade dos sujeitos em relação à sua comunicação e interação repercutiu em uma velocidade inerente à época dos *smartphones* e aplicativos de mensagens. Dentro disso, a regulamentação desses mecanismos não acompanhou as mudanças surgidas na prática. Desse modo, o Marco Civil da Internet faz-se necessário para que as relações, até mesmo virtuais, sejam pautadas em princípios que respeitem a dignidade humana e a proteção das informações ali divulgadas.

Quanto à proteção das informações em ambiente digital, especialmente após o período pandêmico, a comunicação passou a ser largamente difundida com a ajuda da internet por meio de aplicativos de mensagens, sobretudo de origem estrangeira. Com isso, a procura por normas que estabelecessem regras sobre o uso da tecnologia digital passou a ser cada vez mais procurada com a intenção de proteger as informações. Ainda em 2016, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), de origem europeia, passou a vigorar com o objetivo de regulamentar a privacidade e a proteção de dados pessoais, possivelmente voltados à proporção de informações divulgadas pela internet e à ausência de normas sobre o assunto. Essa normativa, embora não faça parte da legislação nacional, é mencionada pela relevância sobre o tema e pela consequente visibilidade ao assunto de segurança da informação.

A partir do RGPD, a legislação brasileira, também interessada em estabelecer limites para a difusão de informações por meio virtual, promulgou a LGPD, Lei n.º 13.709/2018 (L6). Em comparação ao regulamento europeu, a lei brasileira também estabelece parâmetros à divulgação de informações e de proteção de dados pessoais.

A LGPD estabelece fundamentos, como o respeito à privacidade, a liberdade de expressão, a inviolabilidade da intimidade e o exercício da cidadania, conforme art. 2º dessa

Lei. Outrossim, a proteção de dados pessoais, principalmente com o crescente uso da tecnologia móvel, tornou-se o assunto fundamental da LGPD, a qual já é citada em vários documentos com respeito à segurança de dados. Apesar de ser recente, datando de 2018 a sua publicação, mas com novas inserções escalonadas, essa lei é de extrema importância para o uso da internet com segurança e respaldo normativo para situações que exijam a transparência e a proteção de informações em rede.

O período pandêmico marcado pelo Coronavírus, nos anos de 2020, essencialmente, apresentou um cenário novo quanto à legislação sobre o uso de tecnologias na educação. Os acontecimentos inéditos de isolamento social e a busca pela continuação das aulas por todo o país levaram à criação de normas para regulamentar a situação vivenciada. Assim, portarias, resoluções e leis foram necessárias para estabelecer limites quanto ao uso de ambientes virtuais. Destacam-se, nesse período, as portarias n.º 345 (L2) e n.º 544 (L3) de 2020, revogadas, as quais tratavam sobre as aulas temporariamente serem de forma virtual devido ao avanço do Coronavírus pelo país. A tecnologia móvel foi um dos meios encontrados para a continuação de diversos serviços e as regulamentações apresentadas ressaltam a necessidade de fundamentação para o uso de tecnologias, algo que não demandava urgência antes do período pandêmico, mas que se tornou indispensável, tendo em vista as proporções vivenciadas à época.

No mesmo ano, 2020, a Resolução n.º 740 (L4), também orientada sobre o uso maior de meios digitais de comunicação, passou a estabelecer normas para delimitar o emprego da tecnologia, a partir do seguinte objetivo: “Estabelecer condutas e procedimentos para a promoção da segurança nas redes e serviços de telecomunicações, incluindo a Segurança Cibernética e a proteção das Infraestruturas Críticas de Telecomunicações.” (Anatel, 2020, s/p). A importância da segurança ao se utilizarem meios digitais de comunicação, a partir das análises desenvolvidas na pesquisa documental, passou a ser mais evidenciada a partir do período pandêmico, sendo o que demonstraram os documentos analisados. Desse modo, a Lei n.º 14.040/2020 (L5), igualmente, traçava limites à área educacional durante as aulas não presenciais, estabelecendo horários mínimos para o prosseguimento do ano letivo, assim como o uso de tecnologias, conforme destaque em seu art. 2º, § 4, inciso II.

Dentro disso, a partir da análise dos documentos encontrados, destacam-se sobretudo, referências atinentes ao período pandêmico, precipuamente questões sobre o desdobramento das aulas não presenciais e de tecnologias digitais. Além disso, a Resolução n.º 740/2020 estabelece alguns limites para comunicação no período mencionado. Dessa maneira, a segurança digital e a segurança de dados foram temas desenvolvidos nos últimos anos, o período da pandemia acelerou reflexões sobre o uso da tecnologia digital e a segurança desse

meio de comunicação, por isso tais temas ainda são tão recentes e com implementação em curso.

A proteção de dados é um direito fundamental e a Constituição Federal de 1988, no ano de 2022, introduziu uma emenda com a finalidade de reservar esse direito na Carta Magna, devido à relevância do tema e à ausência de normatização. Assim, a Emenda Constitucional (EC) n.º 115/2022 acrescentou o inciso LXXIX ao artigo 5º da CF/1988, o qual afirma: “[...] é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais” (Brasil, 1988, s/p).

A documentação apresentada no âmbito federal sobre o direito digital, basicamente, demonstra a necessidade de normatização sobre o assunto e a reflexão sobre a implementação em áreas tão sensíveis como a educação, por exemplo. É notório que esse campo é bem atual e ainda não atinge todo o conteúdo referente à tecnologia digital, como o uso do WhatsApp na área da Educação e a proteção dos dados.

Dessa maneira, ao se analisar o aplicativo WhatsApp, na educação, é necessário compreender que, como ferramenta social, de interação, trabalho, deve seguir a LGPD quanto à proteção de dados, assim como o Marco Civil da Internet, que estabelece direitos e deveres ao uso da internet no Brasil. Além disso, os crimes cibernéticos apresentados, como em L9, podem ser impostos ao se utilizar o WhatsApp de maneira inadequada. Assim, a ferramenta social em questão não apresenta uma lei específica para o seu uso, embora seja um aplicativo que vem se expandindo no país desde 2009, devendo ser analisado dentro das normas já regulamentadas no Brasil.

Os projetos de lei (PL) selecionados da Câmara dos Deputados (12) e do Senado Federal (5), totalizando 17 projetos, justificam a necessidade de análise de normas sobre o assunto. Assim, na Câmara Federal, os projetos de lei trazem como tema principal a internet. O tema comum é o acesso à internet, maiormente para os mais vulneráveis.

A partir dos projetos de lei analisados na Câmara dos Deputados, constatou-se que a metade (seis projetos) se refere ao acesso público à internet. Além disso, alguns projetos, como o PL n.º 4383/20 (PLCD-9), tratam da disponibilidade de internet banda larga para comunidades específicas, tais como as comunidades quilombola e indígena. Nesse sentido, sobre a proteção de dados e de informações com a tecnologia móvel, o PL n.º 2630/2020 (PLSF-4) propõe a liberdade e transparência na internet. Esse projeto, conhecido por PL das *Fake News*, visa regulamentar as plataformas digitais, sobretudo quanto à disseminação de mensagens falsas. Os projetos de lei analisados representam um avanço para o debate quanto à

tecnologia móvel no país, entretanto, ao se analisar a conexão entre essa tecnologia, a segurança de dados e a educação, constata-se não existir projetos que abarquem o tema.

Nesse sentido, a regularização do aplicativo WhatsApp não foi um tema apresentado nos projetos da Câmara, mas há estudos que ressaltam o uso de mensagens instantâneas, tais como as difundidas pelo WhatsApp, propondo que sejam utilizadas no serviço público, por exemplo, o que já é uma realidade. Assim, mais recentemente o Projeto de Lei n.º 67/2024 (PLCD-4), que proíbe a divulgação de conversas não autorizadas pelo WhatsApp, tratou do tema de segurança da informação. Esse projeto teve origem a partir da morte de uma jovem devido à disseminação de informações falsas, também intitulado *Lei Jéssica Vitória*. O aplicativo de mensagens se tornou um meio de divulgação, no qual muitos compartilham informações sem restrição. Antes, o PL n.º 294/2021 (PLCD-8) já propunha restrições quanto à difusão de dados pessoais por mensagens privadas. Ambos os projetos ainda estão em tramitação no momento em que é redigido este trabalho.

Dentre os projetos selecionados do Senado Federal, destacam-se normas referentes à educação, tais como o PL n.º 6194/2019 (PLSF-5), o qual tem como objetivo a universalização dos serviços de telecomunicações e um percentual mínimo de seus recursos na educação. Também, se destaca o PL n.º 2821/2022 (PLSF-2), o qual altera o Marco Civil da Internet ao introduzir dispositivo para coibir a disseminação de conteúdos que incitem o ódio, a discriminação ou o preconceito nas redes sociais e nas plataformas de busca.

Quanto ao uso do aplicativo WhatsApp, não foi localizado nenhum projeto de origem do Senado Federal, os projetos selecionados retomam o tema de acesso à internet, com alterações no Marco Civil da Internet. Essas informações sugerem que esse tema é o mais discutido em termos de normatização.

Embora a internet não seja uma tecnologia recente, e dados do Cetic e do IBGE informem que vários domicílios possuem acesso à internet, essa realidade ainda contrasta com a qualidade da internet disponibilizada. Nesse aspecto, o PL n.º 3006/2021 (PLSF-3) propõe o acesso à internet para todos os alunos de escolas públicas e para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Esse projeto ressaltava a importância do acesso à tecnologia em escolas públicas, uma vez que muitas escolas não possuem acesso de qualidade para professores e alunos.

O Projeto de Lei n.º 786/2023 (PLSF-1) torna obrigatório investimentos voltados à educação quanto aos serviços de telecomunicações móveis e prorrogações do direito de uso das

radiofrequências necessárias, sendo que esse projeto está em tramitação<sup>27</sup>. Desse modo, dentre os documentos extraídos do Senado Federal, percebeu-se que são projetos mais recentes ainda em tramitação que incluem temas atuais e necessários à população. Entretanto, os projetos examinados, principalmente a regulação dos serviços de telecomunicações, em âmbito nacional<sup>28</sup>, ainda não abarcam a relação entre tecnologia móvel e educação, assim como a segurança dessas informações com o uso do aplicativo WhatsApp em âmbito escolar,

A análise documental também se estendeu ao âmbito estadual, uma vez que a pesquisa de campo foi realizada na cidade de Goiânia, Goiás. Sob esse prisma, na Assembleia Legislativa Estadual encontraram-se 59 projetos de lei ordinária, dentre os quais selecionaram-se cinco deles por tratarem do tema relacionado. No tocante aos demais assuntos, quais sejam, aplicativos e tecnologia móvel e o WhatsApp, não foram encontrados projetos.

Os projetos de lei ordinária remetem a temas já identificados na Câmara dos Deputados e Senado Federal, como o acesso à internet, o PL n.º 490/2020 (PLO-4), que trata sobre o acesso gratuito à internet por alunos e professores, sendo que essa proposta foi arquivada, além do PL n.º 156/2021 (PLO-2), o qual propõe a gratuidade de plataformas durante o período pandêmico, igualmente arquivado. Quanto à segurança de informações/dados nas escolas, destacam-se os projetos de conscientização sobre o uso da internet, PL n.º 400/2019 (PLO-5), e o “Dia da Internet Segura”, PL n.º 14/2023 (PLO-1), arquivado.

Em comparação aos dados apresentados pelo Cetic e pelo IBGE, os projetos de lei selecionados demonstraram que assuntos referentes à proteção de dados e de informações praticamente não aparecem em número expressivo nos projetos de lei selecionados. Além disso, os dados estatísticos demonstram um acesso crescente do uso da internet, tanto em meio urbano quanto em área rural; entretanto os projetos normativos enfatizam a necessidade de difusão de banda larga gratuita, precipuamente para setores como educação, comunidades quilombolas e indígenas. Embora a internet e seu acesso apareçam em parte dos domicílios (Cetic, 2023), ainda há a necessidade de implementação de banda larga de qualidade, principalmente em escolas por utilizarem dessa tecnologia, uma vez que a ausência de conexão impossibilita o uso de tecnologias móveis.

Nesse cenário, o uso de *smartphones* cresceu nos últimos anos. Segundo dados do IBGE (2023), esse aumento condiz com a diminuição de microcomputadores. A mobilidade inerente

---

<sup>27</sup> O Projeto de Lei se encontra na Comissão de Comunicação e Direito Digital, em 26/06/2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155974>. Acesso em 19 jul. 2025.

<sup>28</sup>(Art. 1º Compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração dos serviços de telecomunicações. (Brasil, 1999, s/p)

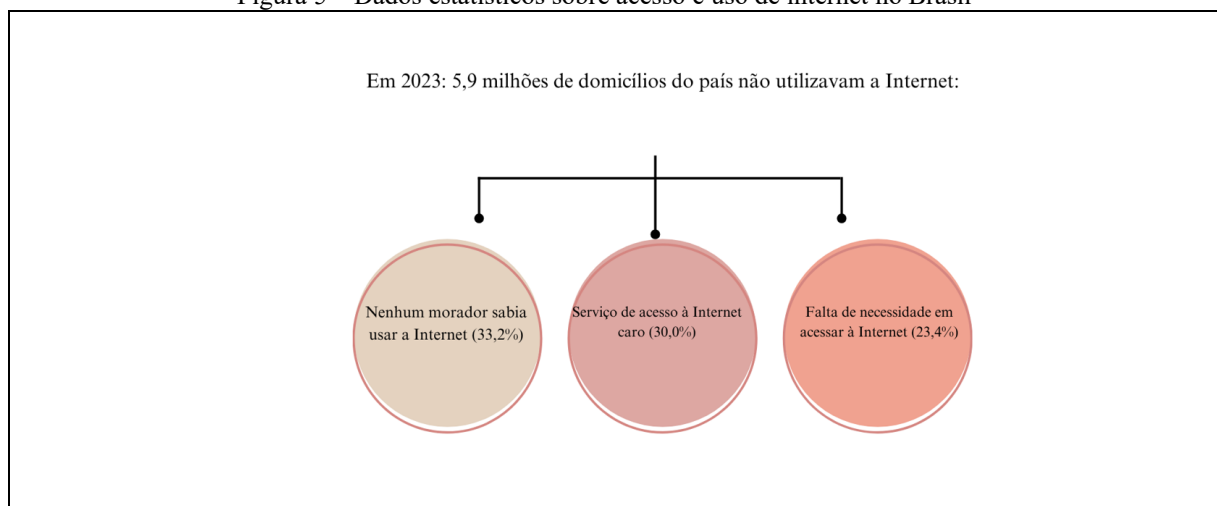
à utilização de tecnologias móveis aumenta consideravelmente o número de aplicativos e por consequência a preocupação com a segurança desses meios de comunicação.

No que diz respeito ao objetivo de caracterizar o WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social, não se encontraram documentos que normatizem esse aplicativo, mas dados estatísticos expressam como é utilizado, principalmente na área escolar. Assim, o WhatsApp, segundo dados do Cetic, já é um aplicativo que corresponde ao uso em escolas com mais de 90% de acesso, como na região Centro-Oeste. Esses dados contrastam com os projetos de lei elencados, os quais não possuem pauta para regulamentação dessa tecnologia.

Ademais, os dados apresentados na região Centro-Oeste demonstram ser uma região mais conectada (Cetic, 2023), visto o número de mais de 90% das escolas com o uso de WhatsApp. Entretanto, dentro da análise documental ficou evidente que a conectividade é falha, vulnerável e que não há uma real preocupação com as informações pessoais.

Dentro disso, os estudos levantados demonstram o uso da internet no país, havendo um equilíbrio entre domicílios urbanos e rurais. Segundo dados do IBGE/PNAD, 2023, o uso de banda larga cresceu no ano de 2023, sendo que os domicílios sem acesso à internet giram em torno de 30%, o que é um número significativo, tendo em vista as proporções do país. Além disso, o uso de *smartphones* superou o uso de microcomputadores, o que ressalta a mobilidade da tecnologia pela população. A segurança e o compartilhamento de informações ainda são discretos, correspondendo a menos de 1% em ambos domicílios.

Figura 5 – Dados estatísticos sobre acesso e uso de internet no Brasil<sup>29</sup>



Fonte: IBGE<sup>30</sup>, acessado em 3 set. 2024.

<sup>29</sup>Audiodescrição disponível em: <https://encr.pw/bsQAd>. Acesso em: 04 jun. 2025.

<sup>30</sup>Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>. Acesso em: 03 set. 2024.

A pesquisa realizada em 2023, pelo IBGE, elucida que, apesar do uso da internet ter crescido, tanto em domicílios urbanos (94,1%) quanto em domicílios rurais (81%), ainda existe uma grande discrepância entre brasileiros que não utilizam a internet, sendo que o principal motivo para esse fato é a falta de conhecimento (33,2%) seguida de serviço de acesso à internet (30%). Essa informação vem ao encontro do estudo realizado com a legislação, a qual permite inferir que o acesso à internet ainda é uma área a ser desenvolvida no país.

Na pesquisa realizada pelo IBGE (2023) destacam-se dados sobre o acesso à internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, a qual também retrata o acesso à televisão. Dessa maneira, os dados dessa pesquisa demonstram que 91,9% dos respondentes são estudantes, porquanto a principal finalidade do acesso à internet é conversar por chamadas de voz ou vídeo (94,6%) seguida de enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (91,1%), a finalidade com menor percentual é enviar ou receber e-mails (60,5%).

Destaca-se, primeiramente, que a internet é um tema relevante e ainda em desenvolvimento no Brasil. Dados do Cetic.br<sup>31</sup> (CGI, 2024, s/p) evidenciam o crescimento da internet no país, passando de 13% em 2005 para 85% em 2024. Essa progressão demonstra o quanto o assunto ainda é recente e necessita ser explorado, visto que o salto demonstrado não especifica qual tipo de acesso é disponibilizado pela internet demandando outras análises, tais como a disponibilidade da internet para a sociedade e a efetividade do serviço prestado.

Os dados fornecidos pelo Comitê Gestor da Internet (CGI, 2023, s/p) demonstram que o número de usuários de internet teve um aumento acelerado com as mensagens instantâneas, com 93%, seguidas de uso de redes sociais 80% e compartilhamento de conteúdo na internet 69%. A pesquisa também ressalta o uso do celular como dispositivo principal para acesso e divulgação de informações, mostrando-se responsável pela captura de dados por aplicativos instalados, em sua maioria, de uso obrigatório ao seu funcionamento.

Nesse sentido, no tocante à maneira como a população tem acesso à internet, antes era por meio de computadores, atualmente é mais utilizada a tecnologia móvel, como os *smartphones*. De acordo com o CGI (2024):

A forma como as pessoas acessam a Internet também se transformou marcadamente: em 2008 usuários se conectavam à rede mais em *lan houses* ou 'Internet cafés' do que em seus domicílios, e esse acesso era feito por meio de um computador. Atualmente, quase todos se conectam de seus domicílios e a partir de um *smartphone*". (CGI, 2024, s/p).

---

<sup>31</sup>Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/em-duas-decadas-proporcao-de-lares-urbanos-brasileiros-com-internet-passou-de-13-para-85-aponta-tic-domicilios-2024/>. Acesso em: 06 nov. 2024.

É necessário destacar que o aumento da porcentagem de acesso à internet não caminha junto com a universalização e a disponibilidade desse meio de comunicação para toda a sociedade. Há várias disparidades quando se trata de internet e conexão. Um estudo recente do Cetic.br apresenta os seguintes dados:

A Internet, por exemplo, está presente em 100% dos domicílios de classe A, mas em 68% dos lares das classes DE. Nas áreas urbanas, 85% das residências estão conectadas, enquanto nas rurais, a proporção é de 74%. Além disso, há 29 milhões de não usuários de Internet, sendo que 24 milhões deles moram em áreas urbanas, 22 milhões possuem até o Ensino Fundamental, 17 milhões se declaram pretos ou pardos, 16 milhões pertencem às classes DE e 21 milhões vivem nas regiões Sudeste (12 milhões) e Nordeste (8 milhões). (CGI, 2024, s/p)

A última pesquisa realizada pelo CGI, sobre o uso de tecnologia móvel na educação, em 2023<sup>32</sup>, aponta que escolas com acesso à internet, tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio, possuem um percentual alto de acesso no país, com mais de 90% nas regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste. Vale destacar que apenas a região Norte está na margem de mais de 70%. A conexão à internet, na maior parte dos casos, é realizada via fibra ótica.

As escolas que utilizam aplicativos de mensagem instantânea<sup>33</sup>, como o WhatsApp, correspondem a mais de 90% nas regiões Centro-Oeste e Sul; mais de 80 % nas regiões Sudeste e Nordeste; e 67% na região Norte. Em suma, os resultados encontrados na pesquisa documental evidenciam o aumento do uso de aparelhos móveis e a preocupação com o acesso à internet, como também com a qualidade do acesso disponibilizado pelas empresas. Além disso, o uso de aplicativos também foi destaque dentre os documentos, principalmente os de fácil acesso e de comunicação ampla, como o WhatsApp.

Por meio da pesquisa bibliográfica, objetivou-se identificar situações de uso do WhatsApp na educação e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD. Pretendeu-se, a partir dos estudos levantados, inserir uma discussão a respeito do aplicativo em trabalhos acadêmicos de relevância nacional e local. A análise dos documentos selecionados restringe-se à verificação de trabalhos acadêmicos desenvolvidos em alguns anais de eventos científicos de âmbito nacional e repositórios de universidades públicas da região Centro-Oeste do país. Para isso, fizeram-se pesquisas em alguns eventos renomados e voltados para a educação, como o Ciet, a Reunião Anual da ANPEd e o Endipe. Também foram escolhidos os repositórios da

---

<sup>32</sup> Disponível em: CGI, br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras-TIC Educação 2023. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>33</sup> Disponível em: Cetic.br/es/tics/educacao/2023/escolas/F5/. Acesso em: 21 out. 2024.

UnB, da UFG e da UFJ, demarcando a região Centro-Oeste. Após a leitura e a seleção dos documentos, foram incluídos o total de 29 trabalhos, divididos em eixos de análise. Os eixos depreendem o WhatsApp como um meio de comunicação, como recurso pedagógico ou didático e como uma rede social.

Dentre os trabalhos selecionados em anais científicos e repositórios de universidades públicas, percebeu-se que a maioria, 62%, aborda o aplicativo WhatsApp principalmente como um fim pedagógico, com o intuito de transmitir conteúdos, acessar aulas, publicar e compartilhar vídeos de matérias específicas. Percebeu-se ainda que durante o período pandêmico, sobretudo, as matérias/conteúdos escolares eram enviados pelo aplicativo por ser o meio mais rápido para compartilhar informações.

#### **4.1 WhatsApp como meio de comunicação**

Entende-se por “meio de comunicação” a maneira como os sujeitos podem estar em contato uns com os outros e interagir a respeito de determinado tema que se queira expressar. A partir da evolução, com o passar do tempo, os meios de comunicação foram mudando, com o intuito de acompanhar a mobilidade das pessoas. Nesse sentido, o conceito de meio de comunicação é mais amplo do que apenas o canal para a transmissão de determinada informação, trata-se de mensagens que podem transformar o ambiente e os sujeitos. Destaca-se, atualmente, a era digital com aplicativos de mensagens instantâneas como meios eficazes para a comunicação. Sobre isso, Santaella (2003) pontua que as tecnologias proporcionam grandes consequências para a comunicação.

Em vista disso, tem-se o primeiro eixo de análise, que trata o aplicativo WhatsApp como um meio de comunicação e apareceu em oito trabalhos selecionados, de um total de 29. Dentro dos eventos científicos, pelo Ciet, destacam-se TS3, TS10 e TS11, sendo que esse último retrata o WhatsApp como um meio eficiente de comunicação, sobretudo no período pandêmico. Nesse sentido, sobressaem-se, principalmente, a facilidade de uso e rapidez da comunicação.

Em TS10, *Corretor ortográfico automático: o uso por professores de português*, o WhatsApp é tratado como um meio de comunicação na formação docente. A autora aponta várias razões para o uso do WhatsApp:

WhatsApp foi escolhido como ambiente para organização do grupo de formação de professores e ministração do curso porque, além de ser amplamente utilizado pelas pessoas em seu cotidiano dispensando familiarização com o ambiente de aprendizagem permite reunir um número considerado de participantes (em 2018 a

lotação máxima permitida era de 256 pessoas em um grupo); possibilita interação de formas diversas e possui recursos possíveis de serem explorados para aprendizagem. (Veridiano, 2020, p. 2-3).

No mesmo sentido, o TS11 apresenta como objetivo a análise do aplicativo como um instrumento, suporte de pesquisa para professores. O autor reitera que: “as conversas nos grupos aconteceram unicamente por texto e tiveram duração aproximada de um mês cada. O aplicativo utilizado foi o WhatsApp, que possibilitou o envio e o recebimento de vários arquivos de mídia, isto é, fotos, documentos, textos, chamadas.” (Veloso, 2024, p. 5). Desse modo, o aplicativo é visto como um meio edificador no processo de ensino-aprendizagem devido à facilidade proveniente do meio de comunicação e à interação entre alunos e professores.

Ainda em TS11, tem-se um relato de experiência no qual o aplicativo é utilizado em um grupo focal na área da Educação. Nos três trabalhos selecionados, preponderou a utilização do WhatsApp como um meio de comunicação entre professores, sobretudo, levando-se em conta o período pandêmico e a facilidade de uso.

Na ANPEd, destacaram-se dois trabalhos, TS1 e TS2, ambos tratam o WhatsApp como um meio de comunicação dentro das escolas e suas relações entre alunos, professores, corpo diretivo e responsáveis pelos alunos. O TS1 detalha como conversas entre os professores podem elevar o processo de formação e apontar um uso crítico do aplicativo. Em suma, os trabalhos encontrados nesse primeiro eixo nos eventos científicos apresentam uma leitura positiva do aplicativo WhatsApp, destacando-se as facilidades e a abrangência dessa tecnologia móvel. Entretanto, no que se refere às consequências do uso do aplicativo em escolas e envolvendo discentes, não há nenhuma ponderação.

Dos repositórios das universidades públicas, evidenciam-se os trabalhos TS1 e TS2, ambos de conclusão de curso da UFG, os quais também convergem com os assuntos analisados em trabalhos dos anais com os eventos científicos selecionados. O aplicativo possui a característica de transportar mensagens, os referidos trabalhos são do período pandêmico e à necessidade de manter contato devido às aulas remotas.

Pela UFJ, sobressai-se o TS1 - *Tecnologias digitais no ensino do curso de medicina de uma universidade pública de Goiás*, publicado em 2022, que também discute o aplicativo como meio de comunicação, o autor destaca “[...] o WhatsApp a primeira tecnologia a ser incorporada à sala de aula sem nenhuma capacitação ou treino” (Coimbra, 2022, p. 58). Apesar de não possuir instruções de uso na educação, é uma das tecnologias móveis mais presentes nas escolas, segundo Coimbra (2022).

O primeiro eixo de análise, que prevê o WhatsApp como um meio de comunicação, apresenta uma questão fundamental: a utilização de aplicativos privados e estrangeiros no país de forma livre e sem ponderações. Apesar de retratarem, com bastante solidez, a importância do WhatsApp como meio de comunicação, não se verifica uma discussão sobre outros recursos tecnológicos disponíveis para essa função; além disso, apresentou-se apenas o WhatsApp como tecnologia móvel disponível para envio de mensagens instantâneas. Ademais, a vigilância que o aplicativo impõe, como a obrigatoriedade de cadastro, com dados pessoais, não foi colocada em pauta.

É importante apontar que os termos de uso desses meios de comunicação se valem de informações pessoais para se manter. Dessa sorte exigem, de modo unilateral, ter em posse dados que podem ser utilizados para o mercado e gerar lucros às empresas. Sobre isso, Zuboff (2020) destaca que esses termos interferem na individualidade e na escolha dos usuários.

A segurança da informação passou a ser um tema discutido de maneira mais ampla, embora ainda de modo tímido, conforme a pesquisa documental apresentada. Ao utilizar o meio de comunicação proporcionado pelo WhatsApp, importa esclarecer as consequências desse uso, particularmente em um ambiente escolar, no qual há vários sujeitos envolvidos.

As vantagens proporcionadas pelo aplicativo WhatsApp enquanto um meio de comunicação, a partir das análises realizadas, evidenciam que as mensagens chegam aos destinatários de uma maneira muito rápida e de amplo alcance, ademais é destacado por ser um meio gratuito de comunicação, sendo assim, torna-se mais fácil e acessível para os usuários. Em contrapartida, as desvantagens proporcionadas pelo aplicativo inserem um monopólio em torno de um único meio de comunicação, além de captar dados pessoais para a manutenção do aplicativo. Além disso, na educação, o corpo docente se torna responsável pelo uso do WhatsApp na escola e fora da escola, sobrecarregando o professor e elevando a carga de trabalho para a área pessoal.

## **4.2 WhatsApp como recurso pedagógico**

Neste estudo a utilização do termo “pedagógico”, que compõe a categoria “WhatsApp como recurso pedagógico” possui a intenção de abranger os trabalhos desenvolvidos na área da Educação, em sentido amplo, o qual envolve uma prática social de transformação. Assim, Libâneo (2013, p. 22) explica a palavra “pedagógico”: “O processo pedagógico orienta a educação para as suas finalidades específicas, determinadas socialmente, mediante a teoria e a

metodologia da educação e instrução”. Consoante essa ideia, os recursos tratados como pedagógicos exploram a ideia da prática e da teoria, do conjunto social envolto na área da Educação. Sobre isso, Libâneo complementa:

O caráter pedagógico da prática educativa se verifica como ação consciente, intencional e planejada no processo de formação humana, através de objetivos e meios estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade, com que propósitos. Vincula-se, pois, a opções sociais e políticas referentes ao papel da educação em um determinado sistema de relações sociais. (Libâneo, 2013, p. 24)

Dentro dessa perspectiva, é relevante estabelecer como o profissional docente pode alterar a realidade de alunos a partir de ações construtivas em salas de aula. Desse modo, emprega-se o termo “pedagógico” com o intuito de inserir análises que envolvam questões atinentes à prática docente.

Neste segundo eixo situam-se a maior parte dos trabalhos, 18 de um total de 29 selecionados, que tratam do WhatsApp como um recurso pedagógico. Destaca-se o TS2, do Ciet, artigo intitulado *O uso do WhatsApp na educação: análise sobre as produções científicas entre 2020 e 2023*, no qual o objeto é a utilização do WhatsApp na educação durante o período pandêmico. Para isso foi realizada uma busca em uma base de dados, com o objetivo de descobrir como esse aplicativo foi utilizado nesse período.

No TS4, também do Ciet, o autor afirma que “[...] o WhatsApp atendeu, de forma significativa, as exigências de usabilidade para a realização do trabalho, apontando-o como uma ferramenta viável pedagogicamente (...)” (Nunes, 2022, s/p). As demais produções desse evento, tanto dos anais científicos, quanto dos repositórios das universidades consultadas, giram em torno do uso do aplicativo da mesma maneira, não estabelecendo relação entre a tecnologia e a segurança da informação.

Dos anais da Reunião Anual da ANPEd, destaca-se o TS3, que se refere ao aplicativo WhatsApp e também a contratos com a empresa Google para fins pedagógicos, o que demonstra como já apontado, a prevalência de corporações estrangeiras que se instalaram no Brasil como exclusivas no campo de tecnologias móveis, por exemplo, com reflexos na educação. Além disso, esses resultados elucidam o capitalismo de vigilância apresentado por Zuboff (2020) como uma maneira de monopolizar certas organizações, uma vez que não há espaço para outras.

Quanto à função do aplicativo com caráter pedagógico, percebe-se nesta categoria um número expressivo de trabalhos selecionados, com mais de 60%, sendo assim, torna-se fundamental analisar a razão do crescimento do uso do aplicativo, porquanto há uma alteração

significativa no trabalho docente, tais como um novo conhecimento de tecnologia móvel, multitarefas na área educacional e por consequência a sobrecarga. Esse tipo de tecnologia, flutuante, conduz o profissional a estar conectado a todo o momento, respondendo e enviando mensagens, sem possuir um horário para descanso. Por isso, dentre outros fatores, a regulamentação é necessária ao uso desses meios.

Apesar de ser um meio de comunicação que adentra a vida pessoal, ainda assim, o uso do aplicativo se mantém elevado em estabelecimentos educacionais como forma de ensino-aprendizagem mais eficaz, rápido ou acessível, conforme notado pelos resumos lidos da pesquisa bibliográfica. Essa característica de estar sempre disponível condiz com a cultura de mobilidade apresentada por Lemos (2009), o qual detalha os impactos da relação entre as tecnologias móveis e as pessoas.

As vantagens do WhatsApp enquanto recurso pedagógico, na pesquisa bibliográfica, evidenciam que os professores veem o aplicativo como um transmissor de conteúdos acessível aos alunos, sendo que essa função foi estabelecida, principalmente, durante o período pandêmico. Ademais, não foram apresentados outros meios de comunicação para desempenhar as funções do WhatsApp. As desvantagens desse recurso, segundo dados Cetic (2020) e IBGE (2023) são que, apesar da gratuidade do aplicativo e acesso livre, muitos alunos não possuíam computadores, nem *smartphones*, nem internet disponível, sobretudo no período pandêmico, sendo que a internet é instável em várias partes do país.

### 4.3 WhatsApp como rede social

Compreende-se por rede social as plataformas digitais que funcionam de maneira online as quais proporcionam que os sujeitos se conectem e compartilhem informações e estreitem relacionamentos. O aplicativo WhatsApp pode ser considerado como um tipo de rede social<sup>34</sup> por permitir a comunicação entre as pessoas e grupos, além de oferecer o compartilhamento de mídias, conteúdos, interação, engajamento e também o uso comercial. Nesse eixo, a distinção do WhatsApp como uma rede social digital se explica pela amplitude do aplicativo, o qual não se restringe apenas a uma função, mas amplia o seu conteúdo como uma rede que abarca várias frentes como a área pessoal e a profissional que podem fazer parte de um mesmo aplicativo. Enquanto rede social digital, o WhatsApp tem a função de comunicação (WhatsApp como meio

---

<sup>34</sup> O aplicativo WhatsApp pode ser conceituado como uma rede social, eis que se trata de um dos maiores meios de encaminhamento de informações na atualidade, já que em segundos, uma numerosa quantidade de pessoas pode ter acesso ao conteúdo postado. (Brasil, 2023, s/p)

de comunicação). Juntas, as três categorias de análise caracterizam o WhatsApp, ao mesmo tempo em que, separadas, assinalam funções específicas que se destacam pelo critério usabilidade, a saber: comunicação, recurso pedagógico e rede social.

Desse modo, o terceiro eixo trata sobre o WhatsApp como uma rede social<sup>35</sup>. O principal ponto a ser pesquisado nesse eixo se refere à segurança de dados/informações e às implicações dentro da educação. Dentre os locais pesquisados, três se aproximam da delimitação estabelecida nesta pesquisa, ao envolverem o aplicativo móvel WhatsApp na educação e a proteção de dados.

As autoras Queiroz e Lopes (2024), no TS1, pelo Ciet, *Tecnologia móvel na escola: implicações do uso do WhatsApp em instituições de ensino*, apresentam uma revisão bibliográfica sobre o aplicativo e sua relação entre professores e alunos com divulgações de dados pessoais em ambiente escolar. O trabalho tem como foco proporcionar uma reflexão sobre a exposição de dados pessoais e a importância da LGPD, uma vez que o uso do aplicativo na escola não possui regulamentação.

Do repositório da UnB, destaca-se o TS5 que discute o bloqueio do aplicativo e suas consequências no trabalho intitulado *Atores da regulação da internet no Brasil: um diálogo sobre as decisões de bloqueio do WhatsApp e a elaboração do marco civil*. Assim, o uso do aplicativo possui função social relevante e, quando inadequado, para Lemos (2019), pode ferir direitos e garantias. De acordo com a autor, o uso do WhatsApp, em determinados casos, pode prejudicar preceitos estabelecidos no Marco Civil da Internet, o que pode levar ao bloqueio do aplicativo. Segundo Lemos (2019, p. 14), a lei deve “[...] assegurar o sigilo das comunicações, a proteção dos dados e a privacidade dos usuários da internet”. Embora o TS5 não trate da questão do WhatsApp, em ambiente escolar, discute a dimensão do uso do aplicativo, principalmente, quando não atendidas as normas já estabelecidas, como o Marco Civil da Internet (Brasil, 2014). A questão apontada demonstra a necessidade de regulamentação do WhatsApp, especialmente ao ser utilizado em órgãos públicos.

Pela UFJ, no TS2, *Privacidade universitária em instituições de ensino superior goianas à luz da lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD)*, Costa (2023) apresenta uma relação entre a segurança da informação, no ensino superior, com a LGPD. O autor ressalta que o uso de aplicativos de mensagens e redes sociais em instituições de ensino pode comprometer a segurança de dados e informações, devido às empresas colherem dados pessoais; ademais,

---

<sup>35</sup> O WhatsApp é uma rede social digital, no entanto, para melhor fluidez do texto, opta-se pela supressão do termo "digital" na categoria de análise "WhatsApp como rede social".

conclui que a LGPD ainda está em fase de adaptação nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) estudadas.

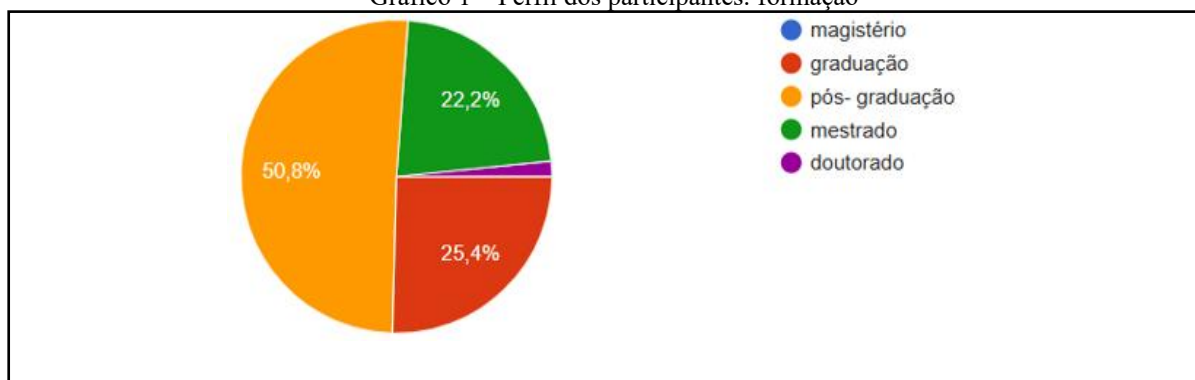
O último eixo, WhatsApp como rede social, igualmente, tentou captar trabalhos que tratassem da segurança de dados e informação, procurando estabelecer ligações com as tecnologias móveis, todavia não apareceram muitos trabalhos. A escassez de pesquisa nessa área demanda reflexão sobre a importância de normatizar o uso de aplicativos móveis em ambiente escolar, sobretudo ao utilizar essa tecnologia como obrigatória para os professores, sendo esses os mais impactados com a ausência de normas de uso de aplicativos. Assim, a inserção do WhatsApp nas escolas condiciona para o uso não apropriado gerando desinformação, desamparo legislativo e sobrecarga de trabalho.

As vantagens do uso do aplicativo, principalmente de acordo com a pesquisa bibliográfica, são de que o WhatsApp como rede social possui uma ampla visibilidade disponível em *smartphones* e a interação entre os indivíduos a partir de interesses comuns. Além disso, por não existir outros aplicativos de mensagens que proporcionem facilidade no manuseio, o WhatsApp se tornou uma das principais redes sociais utilizadas para enviar mensagens, dentre outras funções. As desvantagens do aplicativo como rede social, na visão de Zuboff (2020) é justamente o monopólio da empresa Meta e a dataficação de dados a partir do uso de algoritmos, ou seja, informações pessoais se tornam dados digitais comerciáveis. Ademais os usuários se tornam o próprio produto de aplicativos privados como o WhatsApp, sem a devida importância aos dados fornecidos.

#### **4.4 Os professores e o WhatsApp na escola**

A partir da análise do questionário, foi realizado o desenho dos participantes, com questões de cunho profissional com o intuito de saber sobre a formação, idade, gênero, tempo de serviço e se o cargo é efetivo ou contrato temporário. Nesse bloco de questões, demonstrou-se que mais da metade possui alguma pós-graduação (50,8%), mestrado (22,2%), doutorado (1,6%); a maior parte possui idade entre 35 e 44 anos (39,7%), com tempo de docência acima de vinte anos (39,7%) e cargo efetivo na Secretaria de Educação (73%). Essa parte introdutória caracteriza os participantes da pesquisa, conforme Gráfico 1, segundo a formação dos professores.

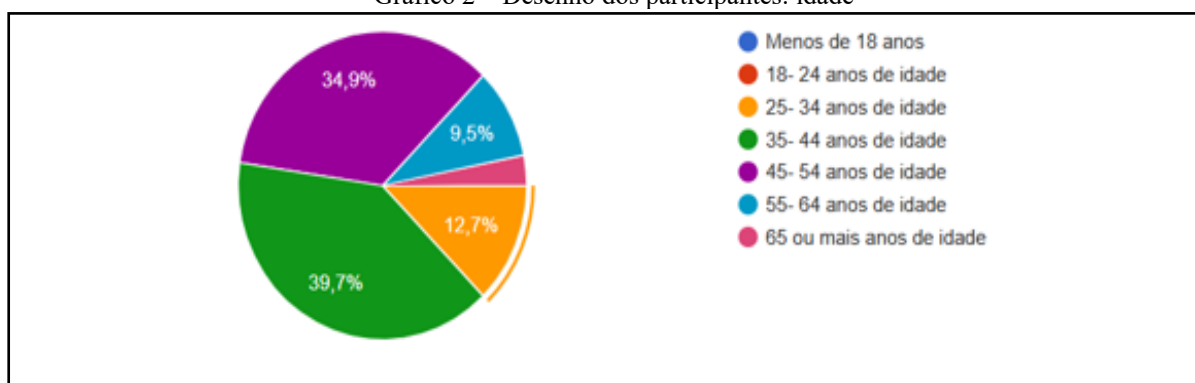
Gráfico 1 – Perfil dos participantes: formação



Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário Google Forms.

O Gráfico 1 elucida que a maioria dos professores possui pós-graduação, pelas respostas do questionário, percebeu-se também a inferência no conhecimento de tecnologias. Depreende-se que a formação profissional pode influenciar no uso de novas tecnologias nas escolas. O Gráfico 2 também apresenta docentes mais experientes em sala de aula, com idades em média de 45 anos, fator esse que reflete um número não expressivo de jovens interessados no trabalho educativo.

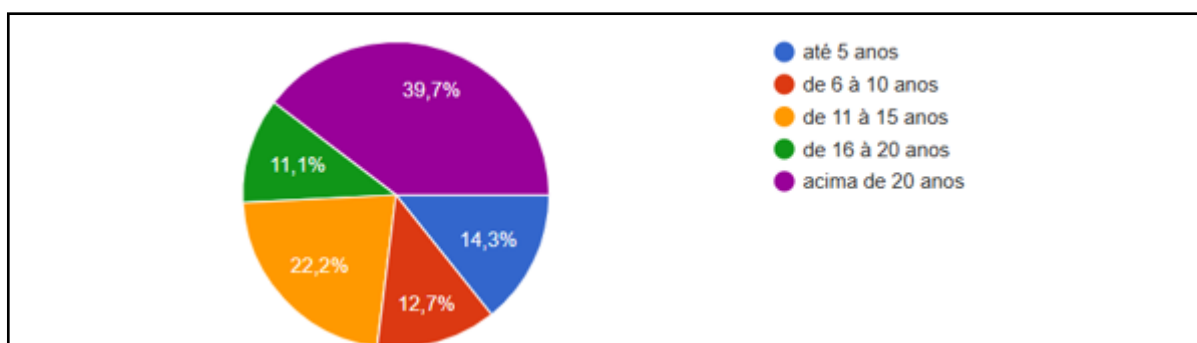
Gráfico 2 – Desenho dos participantes: idade



Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário Google Forms.

No Gráfico 3, percebeu-se respondentes com maior tempo de serviço na educação, sendo a maioria (73%) efetiva nas escolas. Esses dados confirmam professores mais experientes no Estado. Tal informação pode elucidar respostas sobre a utilização de tecnologias em sala de aula, o conhecimento da LGPD, dentre outras, uma vez que as tecnologias evoluem com a sociedade e se tornam parte do cotidiano, com aplicações diretas e práticas. Assim, desde o uso da televisão, do retroprojetor, do computador e de *smartphones* houve uma necessidade de adaptações na educação, sendo que os professores precisaram modificar o processo de ensino-aprendizagem para contemplar cada tecnologia.

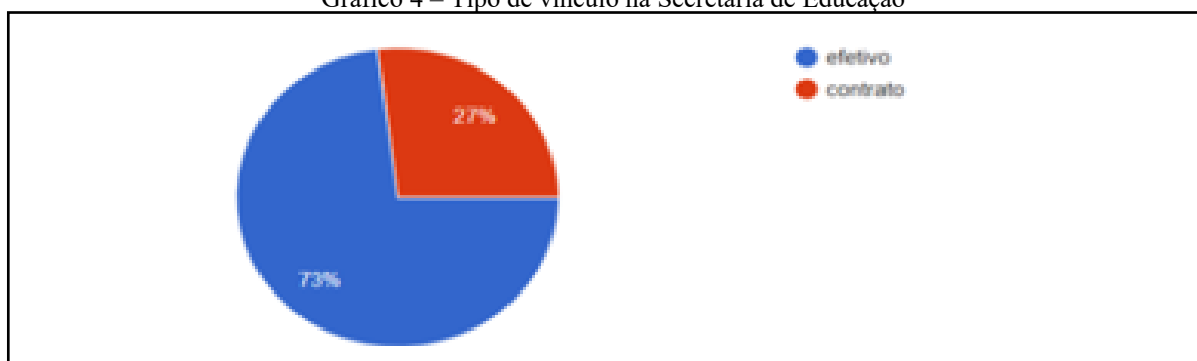
Gráfico 3 – Tempo de serviço na Secretaria de Educação



Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário Google Forms.

Além disso, o número de professores efetivos ou em contrato temporário também foi colocado no perfil dos participantes, a fim de verificar a rotatividade desses profissionais nas escolas pesquisadas. A partir disso, percebeu-se que a maior parte, mais de 70%, são efetivos onde trabalham, o que caracteriza profissionais estabilizados e um número menor de efetivos. A efetividade de docentes da rede de ensino pública representa, também, parâmetros para processos de formação continuada, com possibilidade de inserção de tecnologias modernas no ensino-aprendizagem, uma vez que esses profissionais tendem a permanecer na área da Educação e precisam se atualizar para lidar com novas tecnologias.

Gráfico 4 – Tipo de vínculo na Secretaria de Educação



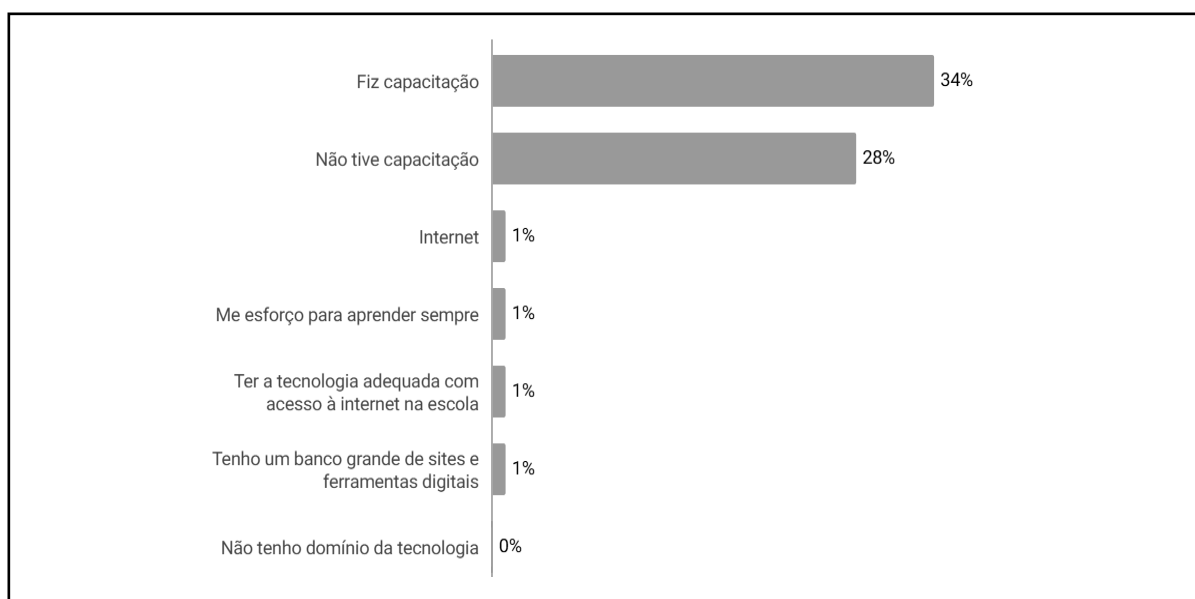
Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário Google Forms.

Quanto à capacitação, a formação docente em núcleos tecnológicos de educação (NTE) corresponde a mais de 60%, sendo que 76% se sente preparado para utilizar tecnologias em sala de aula. Nesse sentido, sobre o domínio da tecnologia, 34,9% responderam ter feito alguma formação, sendo que 57,1% disseram possuir domínio ao utilizar tecnologia em sala de aula. Entretanto, há uma distância entre o que o professor diz conhecer e o que ele efetivamente conhece sobre tecnologias da educação, especificamente, no ensino (sala de aula). A respeito desse assunto, Pacheco (2019) argumenta que as tecnologias estão presentes nas escolas, mas muitas vezes os docentes não possuem conhecimento sobre como utilizar essas tecnologias de

maneira pedagógica, além disso, a autora apresenta outras barreiras para o uso de tecnologias como a proibição do uso do celular em âmbito estadual<sup>36</sup> e atualmente a imposição em esfera federal, segundo a Lei n.º 15.100/2025.

Isso demonstra a inserção dos artefatos tecnológicos em ambiente escolar, podendo ser considerado um item elementar, mas ainda de difícil inclusão devido às limitações de formações contínuas práticas e acessíveis para docentes, quanto à vulnerabilidade de conexão e uso de equipamentos pessoais por parte dos professores para conseguir efetivar o trabalho em escolas públicas. A partir disso, depreende-se que a formação docente para o uso de tecnologias é fator importante no processo de ensino-aprendizagem.

Gráfico 5 – Formação docente para o uso de tecnologias

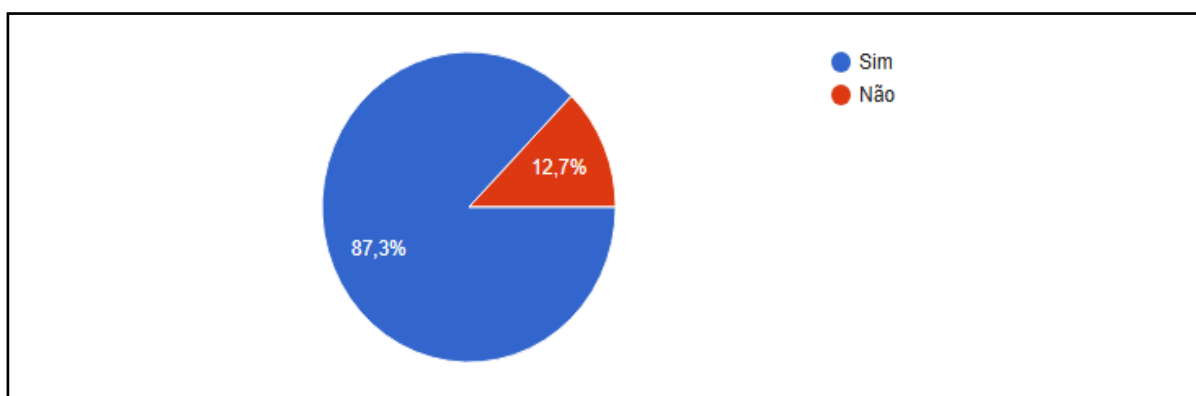


Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms.

Percebe-se, semelhantemente, que nenhum professor respondeu não ter domínio em tecnologia, ou seja, os participantes possuem algum conhecimento na área tecnológica. Sobre esse assunto, Porfírio e Lopes (2022) reiteram que o conhecimento e a utilização de tecnologias perpassam não apenas pelo conhecimento tecnológico, mas também o conhecimento tecnológico do conteúdo e o conhecimento pedagógico da tecnologia. Desse modo, é necessária uma associação entre a tecnologia, o objeto, os contextos determinados ao conhecimento a ser aprendido, além das realidades específicas de cada sujeito. Dentre as respostas, a maioria, 87,3%, utiliza tecnologias em salas de aula, de acordo com o Gráfico 6.

<sup>36</sup> Lei n.º 16.993, de 10 de maio de 2010. O Art. 1º dessa Lei estabelece o que segue: “Fica proibido o uso de telefone celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino”. (Goiás, 2010, s/p)

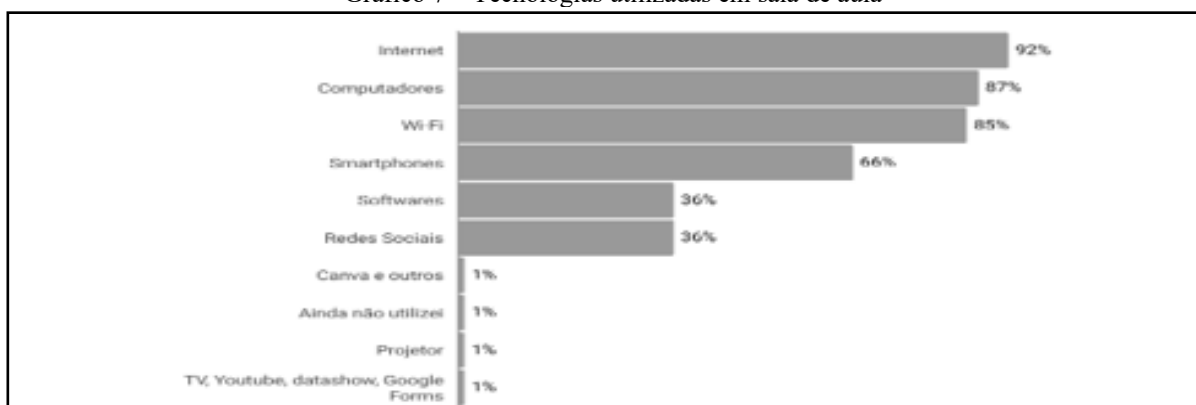
Gráfico 6 – Participantes que utilizam tecnologias em salas de aula



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms.

Dentre os tipos de tecnologias utilizadas em sala de aula, os professores destacaram a importância da internet (92%) como fator significativo para o desenvolvimento de tecnologias, sendo que esse dado converge com a preocupação apresentada em documentos quanto ao acesso da internet de maneira ampla nas escolas, assim apresenta-se o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Tecnologias utilizadas em sala de aula



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms

Os computadores são, ainda, os meios mais utilizados quando comparados aos *smartphones*, segundo respondentes, sendo fundamentais para o seu funcionamento a internet e a conexão *Wi-Fi*. Diferentemente desse resultado, na pesquisa documental, o celular supera o uso do computador, segundo dados do IBGE/PNAD (2023).

As redes sociais aparecem, com 23 respostas, como um meio utilizado em sala de aula. Nesse sentido, Zuin (2018), assim como Kenski (2018), explicam sobre a necessidade de um olhar para a cultura digital, na qual as tecnologias são essenciais e presentes durante todo o cotidiano dos sujeitos. A respeito desse assunto, Zuin infere:

Quando o computador não mais se limita ao exercício das atividades de trabalho, e se espalha para praticamente todos os lugares e relações, essa máquina não mais pode ser

identificada somente como instrumento de trabalho; ela se transforma num aparelho multifuncional. (Zuin, 2018, p. 422)

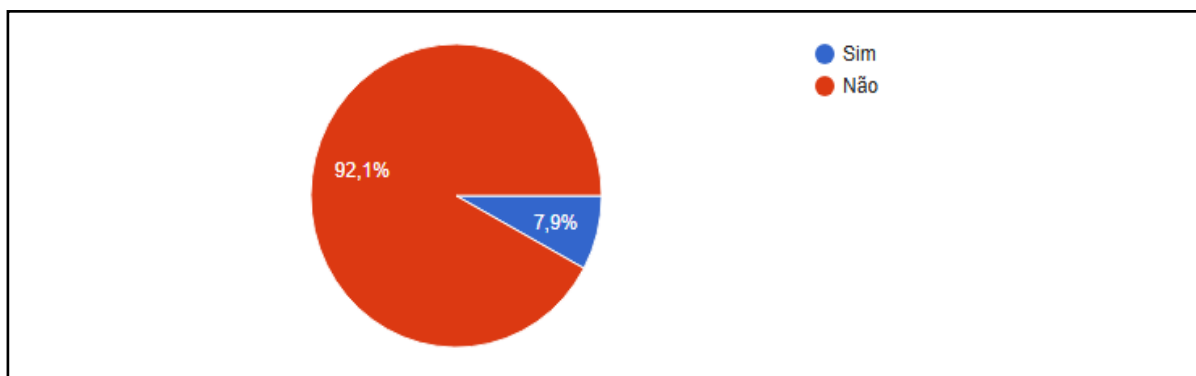
Compreende-se pela citação de Zuin (2018) que computador é uma tecnologia em que se faz uso da internet e outros recursos para fins diversos, por isso o uso pessoal da tecnologia muitas vezes se entrecruza com o uso profissional. O acesso à internet é um tema discutido nos projetos de lei selecionados, sendo um assunto importante, pois a ausência ou o sinal fraco impossibilitam a utilização de tecnologias na escola, como as redes sociais apontadas. Ademais, a Lei n.º 15.100/2025, ao proibir o uso de celular por alunos, apresenta um novo debate sobre como utilizar a tecnologia móvel em sala de aula para fins educativos. Por outro lado, a ausência do celular, por parte dos alunos, pode condicionar outras alternativas, tais como a inserção de laboratórios de informática, trabalhos em grupo, estudos na biblioteca. Quanto aos reflexos da lei para os professores, há a possibilidade de uma redução de demandas ligadas ao uso indiscriminado de aplicativos para tarefas dentro e fora do ambiente escolar.

Quanto às tecnologias digitais e o uso de redes sociais, o aplicativo WhatsApp se destaca como uma rede utilizada nas escolas. Apesar da proibição do uso de celulares nas escolas, amparada pela Lei nº 15.100/2025, as tecnologias móveis despontam atualmente como uma parte dos sujeitos, sobre isso Zuin (2018) ressalta que:

Torna-se cada vez mais comum a sensação de que esquecer o telefone móvel em casa significa algo como que se separar de um braço ou de uma perna, como se fosse um membro biônico, tamanha a sua importância nas relações cotidianamente estabelecidas. Atualmente, é quase impossível se separar de tal aparelho, haja vista o fato de cada vez mais pessoas acordarem durante as madrugadas para checar novas mensagens no WhatsApp, nos seus perfis no Facebook, Twitter, Instagram ou Snapchat, ou até mesmo para ler as notícias postadas nos mais variados tipos de sites. (Zuin, 2018, p. 421)

Desse modo, o eixo 3 que apresenta o WhatsApp como uma rede social é destacado pelos professores. No entanto, no que diz respeito ao aplicativo pesquisado, também visto como uma rede social, dentre os respondentes, mais de 90% disseram não ter recebido formação para o uso do WhatsApp no trabalho, assim ressalta o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Formação para utilizar o WhatsApp no trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google *Forms*.

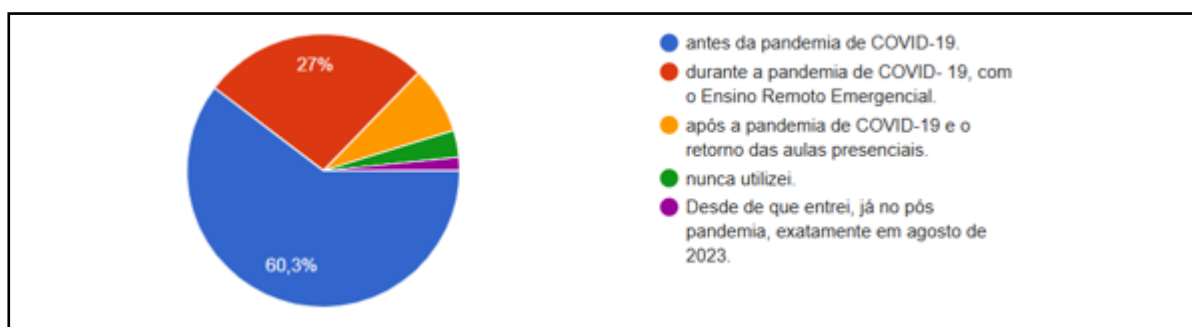
Ao serem questionados sobre como aprenderam a utilizar o aplicativo WhatsApp, os professores, de forma unânime, apontam que aprenderam a utilizá-lo sozinhos, de forma intuitiva, para uso pessoal. As respostas giram em torno da facilidade do uso e de como faz parte do cotidiano. Dentre os respondentes, houve uma explicação de como o WhatsApp se originou do sistema de mensagens de Serviço de Mensagem Curta (SMS) e de como o aplicativo é qualificado como uma rede social, segundo o participante 10 (P10):

Sou nascido em 1994, e sou de São Paulo capital. Logo, tive contato com toda a popularização das mídias e tecnologias digitais, tenho desde disco de vinil até música na nuvem. O WhatsApp foi naturalmente a derivação dos SMS, e fiz parte disso de maneira ativa, embora eu seja, definitivamente, bastante distante de redes sociais se comparado com a média, mesmo para além de minha faixa etária, eu tenho um conhecimento moderado de software, embora nunca tenha me dedicado a estudar efetivamente nenhuma linguagem de programação, ou mexido com arduinos ou robótica. Sou bastante antiquado e reservado quanto a auto exposição nociva que as redes oferecem. (Questionário Google *Forms*, P10)<sup>37</sup>

A utilização do aplicativo nas escolas apresentou uma alta representatividade com 81% de uso no campo de trabalho, sendo que a comunicação é estabelecida da seguinte maneira: 93,7% entre professores, 92,1% com a equipe gestora, 74,6% com a secretaria e 23,8% com os alunos. Desse modo, conclui-se, por essa amostra, que o WhatsApp está sendo bastante utilizado nas escolas, com todos os atores envolvidos na educação, em diferentes proporções, desta sorte, destaca-se o aplicativo como um meio de comunicação consoante análise apresentada no primeiro eixo de análise. A maioria dos respondentes 60,3% já utilizava o aplicativo antes da pandemia em ambiente escolar, é o que demonstra o Gráfico 9.

<sup>37</sup> O fragmento do *corpus* foi citado conforme o original.

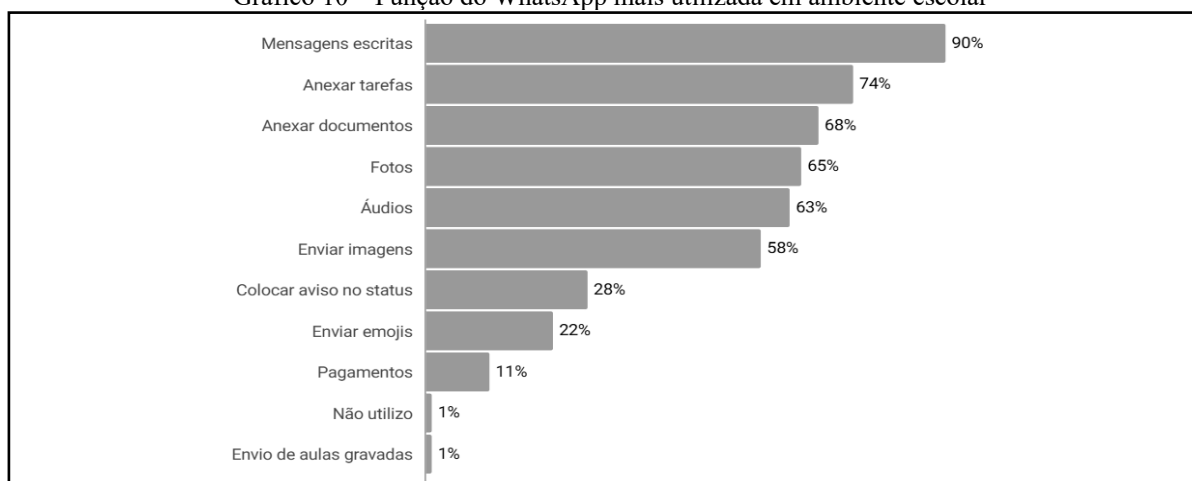
Gráfico 9 – Utilização do WhatsApp em ambiente escolar



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms.

A facilidade do uso, a disponibilidade do aplicativo e a gratuidade são características que podem explicar a escolha pelo WhatsApp, assim o hábito de uso e o costume em trocas de mensagens e outros recursos dessa tecnologia, como o envio de mensagens são as funções mais utilizadas pelos professores. Dentre os respondentes, apenas uma resposta afirma não utilizar o aplicativo para o trabalho, de acordo com o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Função do WhatsApp mais utilizada em ambiente escolar



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms.

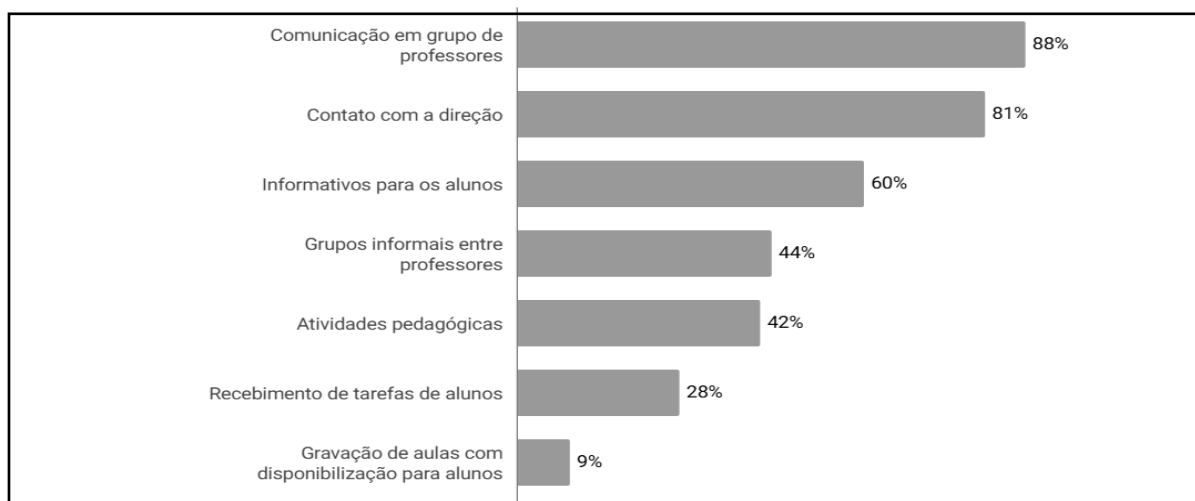
Quanto às atividades desenvolvidas com o WhatsApp, a maioria 88% o utiliza como um meio de comunicação, seguido de atividades pedagógicas. Conforme apresentado no eixo 2, o WhatsApp como um recurso pedagógico, teve um aumento dessa função durante a pandemia. Nesse sentido, Lopes e Coimbra (2023) reiteram o uso crescente do aplicativo durante o período de aulas não presenciais:

O WhatsApp, cuja instalação e uso requerem celular e Internet, pode ser integrado a atividades pedagógicas síncronas e assíncronas, sendo utilizado, por exemplo, para atendimento aos alunos e seus familiares ou responsáveis. Sua popularidade no REANP pode decorrer do fato de que, mesmo antes da suspensão das aulas

presenciais, ele já estava presente no cotidiano de alunos e professores. (Lopes; Coimbra, 2023, p. 1252)

Consoante o aumento do uso do aplicativo, mesmo após o retorno das aulas presenciais, nota-se que ele ainda é presente em salas de aula, embora atualmente haja tanto lei estadual quanto federal que restrinja o uso de celular nas escolas. Depreende-se, então, que o WhatsApp pode estar sendo utilizado como um meio de atividades extraclasse pelo estudante, para envio de arquivos, registro de tarefas e atividades afins, a exemplo do que ocorreu no período pandêmico. Essas características vão ao encontro dos traços em comum encontrados na pesquisa bibliográfica, a qual enalteceu o uso do aplicativo como um meio pedagógico, com mais de 60% dos trabalhos apresentados, entretanto na pesquisa de campo sobressaiu-se o aplicativo como um meio de comunicação, consoante o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Utilização do WhatsApp nas escolas



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms.

Além disso, o aplicativo é utilizado diariamente por 1/3 dos respondentes, sendo que a maioria (60,3%) das respostas afirma disponibilizar o contato aos alunos. O WhatsApp pessoal e profissional possui a mesma relação para 87,3% que afirmam não diferenciar o contato. Assim, a área pessoal é a mesma que a do trabalho, não estabelecendo distinções para cada função. Desse modo, Lemos (2009) já afirmava sobre a mobilidade e a flutuação das relações em um mundo de tecnologias móveis e de fácil acesso. Aqui, percebe-se que as funções se misturam e acabam sobrecarregando o profissional em suas horas de lazer. As tecnologias também demandam tempo para a sua compreensão social e prática no âmbito educacional, assim o professor deve ter papel participativo e interativo em sala de aula. Sobre isso destacam Coutinho *et al.* (2024):

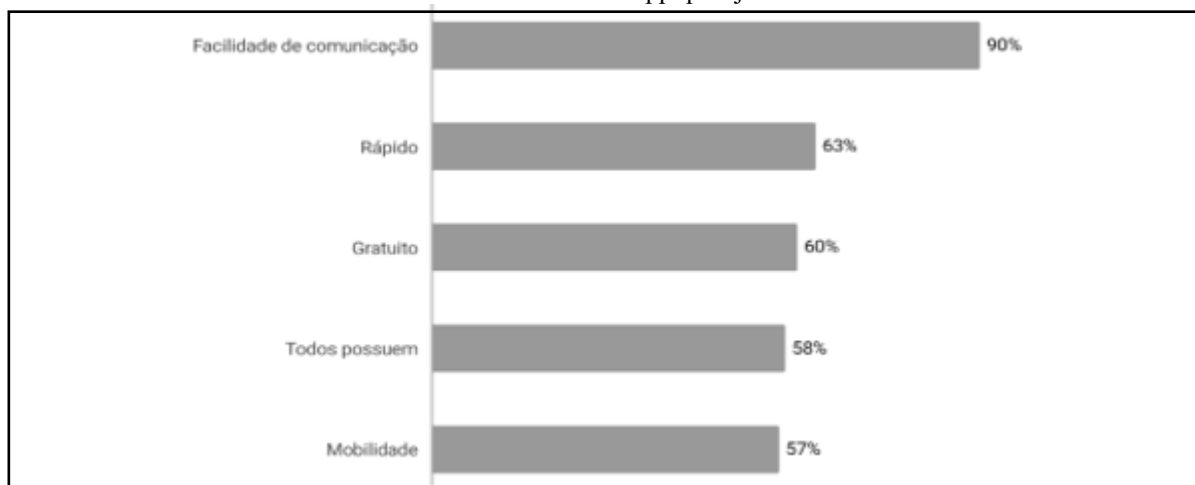
Entendemos que a tecnologia pode e deve ser utilizada em sala de aula, mas para que isso ocorra com planejamento e intencionalidade o professor não pode ser apenas um consumidor e deve ser capaz de conhecer e escolher o que e como utilizar. Para isso, a formação de professores com o uso de tecnologias digitais é imprescindível. (Coutinho *et al.* 2024, p. 16)

Assim, as tecnologias demandam aperfeiçoamento e disponibilidade para processos de formação contínua, isso pode de certo modo sobrecarregar o professor ao interagir com esses meios em sala de aula. Nesse sentido, Coutinho *et al.* (2024, p. 39) afirmam: “Contudo, fica evidente também que esses profissionais se tornam sobrecarregados e em muitos casos, em difíceis condições de trabalho para que façam uso de TDIC”. A democratização dos direitos digitais deve estar atenta também aos direitos dos trabalhadores, sobre isso Zuboff (2020) destaca a vigilância sobre grandes empresas tecnológicas que visam apenas o lucro retirado de usuários de seus produtos.

A questão do uso do aplicativo além do horário de trabalho já é uma preocupação crescente no campo docente, haja vista que a globalização que esses meios de comunicação oportunizaram trouxe uma demanda de consumo excessiva. Nesse ínterim, Barreto (2012, p. 1185) reitera que: “No campo educacional, há algum tempo, têm sido recorrentes termos como: ‘consumidores’, ‘clientes’, ‘pacotes’, ‘produtos’ etc. Assim, a sobrecarga de trabalho vai ao encontro de um capitalismo consumista incessante, no qual os direitos trabalhistas são enfraquecidos em favor do crescimento econômico de determinadas empresas privadas, sendo que muitas não são de origem nacional. Nesse sentido, a maioria dos respondentes (66,7%) declara que utiliza o WhatsApp para o trabalho, fora do horário de expediente, e costuma passar pelo menos uma hora à disposição do trabalho no aplicativo. Dentre eles, nove respondentes afirmaram não disponibilizar nenhum horário para o trabalho fora da escola.

Por outro lado, apesar da sobrecarga extra de trabalho com a mobilidade proporcionada pelo aplicativo, há uma série de fatores que condicionam seu uso no trabalho, segundo o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Características do WhatsApp que ajudam o trabalho docente



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms.

Dentre as características apontadas pelos respondentes, destaca-se a facilidade de comunicação por ser um meio de mensagem instantânea disponível ao grande público. Quanto à gratuidade mencionada no gráfico acima, há controvérsias sobre o real valor do aplicativo, uma vez que ele impõe termos para ser utilizado, tais como os dados pessoais dos usuários, além de estar vinculado a outras redes sociais, como o Facebook. Dessa sorte, Zuboff (2020) ressalta que empresas privadas, como o WhatsApp, utilizam a privacidade como um preço a ser pago por ter acesso a esse tipo de tecnologia “gratuita”. Para a autora, essas são novas regras do mundo digital e do capitalismo vigente.

Apesar de a maioria dos participantes utilizarem o aplicativo no trabalho, 52,4% afirmam conseguir trabalhar sem o uso dessa tecnologia, mas também reiteram que dificilmente outra tecnologia substitui as funções do WhatsApp. Além disso, os professores respondentes afirmaram que alunos que possuem o aplicativo correspondem a 98,4% das respostas. Ademais, que outros meios de comunicação, como o uso de e-mail, por exemplo, utilizados por gestores, podem ser estendidos aos alunos. Outrossim, os respondentes apresentam outros meios, como o aplicativo Telegram, para trocas de mensagens, além do Instagram e do Facebook.

A exclusão digital é um tema atual e fez parte do formulário. Questionados se alunos são excluídos ao não terem o aplicativo e não participarem de grupos, a maioria confirma que sim, 52,4%, reconhecem que o WhatsApp tem uma função pedagógica entre alunos, que em grande parte não possui dificuldade no uso de tecnologias como o aplicativo. Esse contexto poderá sofrer alterações, com a publicação da Lei n.º 15.100/2025, a qual tem por objetivo coibir o uso indiscriminado do celular em salas de aula por alunos.

Nesse contexto, essa realidade pode alterar as relações com o aplicativo entre os alunos, principalmente; já entre os professores espera-se que a carga de trabalho com o uso da

tecnologia móvel diminua ou se restrinja apenas ao ambiente escolar, uma vez que 41,3% dos professores responderam disponibilizar entre uma a duas horas por dia para resolver problemas do trabalho fora do expediente. A ausência de consciência crítica sobre a relevância do trabalho dos professores e de suas condições laborais precárias evidenciam problemas estruturais da carreira docente, uma vez que a sobrecarga de trabalho com o uso de tecnologias não é levada em conta pelos próprios trabalhadores, equipe gestora, tampouco do Estado.

Nesse sentido, Nascimento e Lopes (2021) sustentam que a formação em cursos de licenciatura para ensinar com tecnologias digitais é uma necessidade, ainda está em processo, e demanda apropriação crítica e criativa das tecnologias. Assim, é necessário estabelecer uma relação entre a tecnologia e os alunos, desse modo, Nascimento e Lopes declaram:

[...] existindo a formação para a apropriação crítica e criativa das TDIC no curso de licenciatura, ela pode ser restrita ou ampla: se restrita, propiciará a visão das tecnologias somente como recurso didático; se ampla, permitirá ao futuro professor compreender as relações entre sociedade, tecnologias e educação, enxergando o aluno como sujeito cujas práticas sociais não prescindem das tecnologias. (Nascimento; Lopes, 2021, p. 59)

Outro ponto levantado foi a associação entre aplicativo e metodologias ativas o qual surgiu a partir da coleta de dados do questionário-piloto, no qual participantes inseriram a relação entre metodologias ativas para o uso de tecnologias móveis como o WhatsApp. Conforme a literatura educacional, o conceito de metodologias ativas supera o uso simplesmente de tecnologias, mas ressalta o ensino-aprendizagem de discentes de maneira significativa. A respeito do uso de tecnologias digitais em sala de aula, Prado e Lopes (2018) apontam que o uso de tecnologias móveis demanda prática e mudança na relação entre professor e aluno, assim declaram:

Para a implementação de tecnologias digitais e metodologia ativas, como a PBL<sup>38</sup>, o professor não poderá manter o (e manter-se no) paradigma tradicional, embasado em princípios que colocam o professor no centro do processo de ensino e aprendizagem, priorizam o produto, sem considerar o processo, e conferem à aprendizagem o sentido de memorização e reprodução do conteúdo de ensino. (Prado; Lopes, 2018, p. 4)

Dessa maneira, as mudanças oriundas de novas tecnologias evidenciam rupturas nas relações entre os sujeitos, os quais desenvolvem outras habilidades e perspectivas a partir da aquisição de novos conhecimentos. Aliás, é parte inerente dos seres humanos as

---

<sup>38</sup> PBL é uma sigla para *Problem-Based Learning* que significa Aprendizagem Baseada em Problemas. Trata-se de uma metodologia ativa na qual o aluno é o centro do processo, entre outras características.

transformações. Sobre isso, Behren e Oliari (2007) definem o sentido de mudança de paradigma:

A busca pelo significado de paradigma permite apontar a trajetória do desenvolvimento das ciências e do pensamento científico. E, neste processo, assinalar as mudanças paradigmáticas que ocorreram nas diferentes eras da história da humanidade. Apresentam-se, também, os pressupostos epistemológicos que caracterizaram o paradigma tradicional e da complexidade, com algumas de suas implicações no contexto educacional. (Behrens; Oliari, 2007, p. 54)

Nesse sentido, novos paradigmas aparecem e alteram a maneira de refletir e implementar ações nas atividades humanas. Na educação, os paradigmas são necessários devido às transformações da sociedade, sendo que as tecnologias também propulsionam alterações em sala de aula. As metodologias ativas caracterizam um processo de ensino-aprendizagem no qual as relações entre o aluno e o mundo devem ser inseridas e priorizadas. Desse modo, Bacich; Moran (2018) pontuam:

A metodologia ativa se caracteriza pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem. Essa concepção surgiu muito antes do advento das TDIC, com o movimento chamado Escola Nova, cujos pensadores, como William James, John Dewey e Édouard Claparède, defendiam uma metodologia de ensino centrada na aprendizagem pela experiência e no desenvolvimento da autonomia do aprendiz (Bacich; Moran, 2018, p. 17)

Ademais, as metodologias ativas levam em consideração a criação do conhecimento a partir da experiência discente e participação nas decisões. Em outras palavras, Valente (2018) reitera:

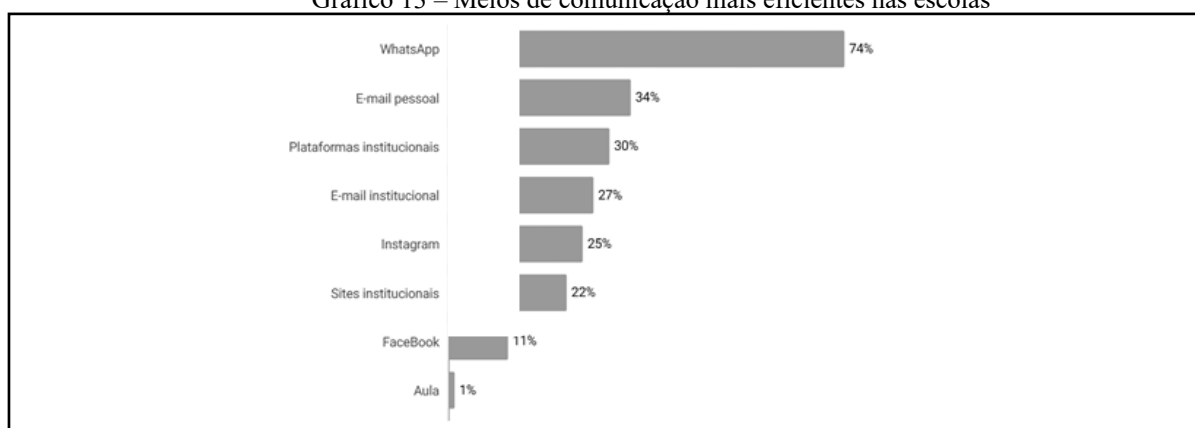
As metodologias ativas são entendidas como práticas pedagógicas alternativas ao ensino tradicional. Em vez do ensino baseado na transmissão de informação, da instrução bancária, como criticou Paulo Freire (1970), na metodologia ativa, o aluno assume uma postura mais participativa, na qual ele resolve problemas, desenvolve projetos e, com isso, cria oportunidades para a construção de conhecimento. Diversas estratégias têm sido utilizadas na implantação das metodologias ativas, sendo uma delas a sala de aula invertida (Valente, 2018, p. 78).

Dentre as respostas, os professores destacaram que as metodologias ativas desenvolvem aulas mais interativas, assim como a oportunidade de aulas invertidas, atividades em grupo, dentre outros meios tecnológicos que possam contribuir para o aprendizado discente. Pelas respostas, percebe-se o cunho pedagógico do aplicativo, também lúdico e interativo. Pode-se inferir que o significado atribuído pelos professores a essa tecnologia é o de recurso pedagógico

atrelado a práticas não tradicionais. Sendo assim, reforça-se o sentido do WhatsApp como um recurso pedagógico em ambiente escolar.

Em compensação, o uso do aplicativo pode se tornar dependente e até obrigatório, quando usuários participam de atividades que envolvam grupos no trabalho e estabelecem apenas esse meio de comunicação. Nesse sentido, Kenski (2018, p. 19) destaca que: “A presença em rede, sobretudo nas redes sociais, é viciante, pontual, efêmera e exige permanente conexão com múltiplos seres, humanos e não humanos”. A maior parte dos respondentes destacou que se sente obrigada a utilizar o aplicativo móvel no trabalho, com um percentual de 52,4% das respostas. As imposições demandadas por tecnologias móveis conduzem a um ambiente de trabalho sucateado para professores. Do mesmo modo, Barreto (2012, p. 992) insere que: “o pressuposto da presença das TIC como simplificação do trabalho docente, evidenciando esvaziamento e precarização”. Destaca-se que o caráter obrigatório do WhatsApp nas escolas recai sobretudo quando utilizado para fins de comunicação, embora prevaleça o enfoque pedagógico nos trabalhos científicos analisados na pesquisa bibliográfica. Assim, aparecem os meios de comunicação mais eficientes nas escolas, na visão dos professores, conforme o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Meios de comunicação mais eficientes nas escolas



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms

Dentro da pesquisa traçada, as respostas conduzem ao uso do WhatsApp nas escolas como o meio de comunicação mais eficiente, seguidos do e-mail pessoal. As respostas convergem para o uso de meios disponíveis e acessíveis aos usuários, mas permitem entrever questões importantes como a ausência de reflexão entre o público e o privado, segurança de dados e de informações sobre como trabalhar os meios existentes em sala de aula. Dentro disso, a relação entre WhatsApp, educação e segurança de dados não é vista claramente pelos participantes. Grande parte não visualiza essa associação e não vê de maneira prática como lidar

com a questão da segurança, principalmente, ao utilizar certas tecnologias. Dentre as respostas, o participante 15 (P15) destaca<sup>39</sup>:

Sei que a criptografia de ponta a ponta torna difícil até para a própria empresa encontrar com facilidade certas operações, mas a questão da educação me preocupa porque não há fiscal no mundo que impeça que um bando de adolescentes cometa bullying ou enviem conteúdo libidinoso, em havendo os números particulares e disponibilidade de banda larga. Eu tenho muito receio quanto a essa exposição gratuita e danosa da privacidade, e vejo que a maioria esmagadora dos alunos nem se questiona se aquilo que eles assistem no próprio Chromebook do estado pode ser rastreado e usado contra eles. (Questionário Google *Forms*, P15)

A percepção de que as tecnologias fazem parte do cotidiano escolar é visualizada nas respostas do questionário e que são necessárias para transformar de maneira significativa o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, o discernimento entre tecnologias, sobretudo móveis, com a segurança dos dados transmitidos nesses meios, ainda, é um tema delicado. Ao adentrar-se no Componente 2 (C2) do formulário, a relação entre a segurança de dados pessoais e o WhatsApp, priorizou-se, especificamente, o conhecimento da LGPD pelos professores.

As respostas elucidam que os professores possuem conhecimento sobre a LGPD, correspondendo a 69,8%, sendo que 4,8% afirmam conhecê-la perfeitamente. Entretanto, o conhecimento sobre a lei não vem diretamente das escolas, onde mais de 70% afirmam não ter havido a divulgação da LGPD com os professores. É o que aponta o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Divulgação da LGPD nas escolas

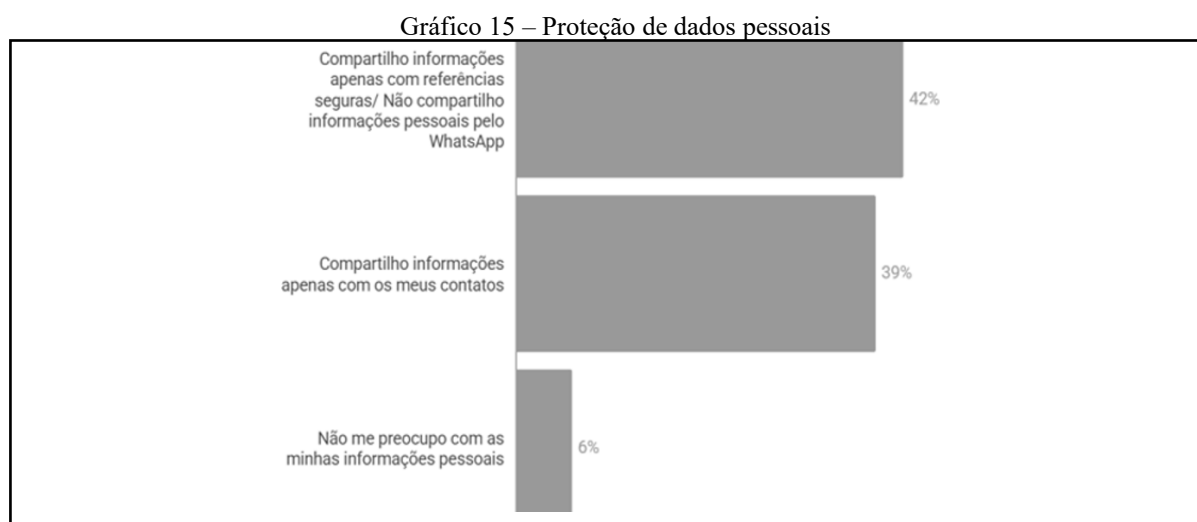


Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google *Forms*

<sup>39</sup> O fragmento do *corpus* foi citado conforme o original.

A partir disso, outras questões sobre como o uso de tecnologias móveis, como o WhatsApp, podem fazer parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas inserem lacunas não preenchidas, pois as respostas analisadas (63 no total) há menção ao uso de tecnologias, mas não as especifica sobretudo ao se referir ao WhatsApp. A conclusão à qual se chega é a de que o aplicativo em questão não integra a maioria dos PPP, apesar de ser bem utilizado. A ausência de regulamentação sobre o uso de uma tecnologia móvel em um documento importante da escola pode endossar a vulnerabilidade dos trabalhadores ao utilizá-lo e a incerteza sobre as consequências do uso. Ademais, as unidades escolares possuem competência para criar os seus projetos pedagógicos, consoante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seus artigos 12 e seguintes.

Certamente, o uso de tecnologias envolve questões de segurança às quais, como verificado na pesquisa documental, demandam a implementação de leis que assegurem direitos básicos, como a divulgação de informações pessoais. Sobre isso, os respondentes (92,1%) afirmam proteger seus dados pessoais, consoante o Gráfico 15.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google Forms.

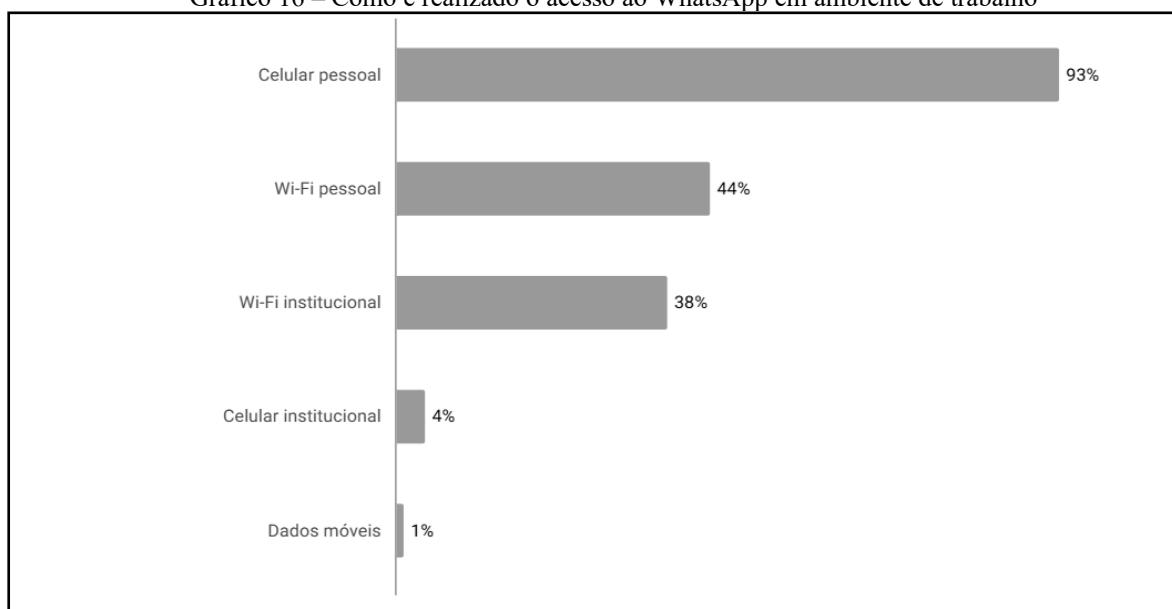
Entretanto, ao serem questionados sobre a segurança ao utilizar o WhatsApp, 58,7% afirmaram não se sentirem protegidos, demonstrando em mais de 70% haver medo da divulgação de informações e de dados pessoais pelo aplicativo. Ressaltam (87,3%) que assuntos sigilosos não são tratados pelo aplicativo, assim como nunca receberam (85,7%) dados ou informações indevidas pelo WhatsApp.

Dentro dos trabalhos selecionados na pesquisa bibliográfica, o aplicativo permite o recebimento de mensagens de maneira indevida, ocasionando infortúnios, o que vai de encontro

ao apresentado nos resultados da pesquisa de campo, a qual não destacou o uso do aplicativo de modo a sobrecarregar o professor. É o que destaca o TS1, dos anais da Reunião Anual da ANPEd, ao retratar a relação do WhatsApp com a escola e a família. Os autores, assim, declaram: “Em relação à escola, o que observamos é a dificuldade que esses grupos representam para os coordenadores.” (Mandelert; Mocarzel, 2023, p. 4). Nesse mesmo sentido, no TS2, também da ANPEd, os autores declaram: “A tecnologia tem invadido momentos de lazer e de privacidade, por isso, outro aprendizado que urge, é o uso consciente dessas facilidades tão atraentes e facilitadoras.” (Abreu; Fernandes; Almeida, 2023, s/p).

O componente 3 (C3), acesso à internet em escolas públicas, aponta uma questão importante ao se trabalhar com tecnologias móveis, isto é, o acesso à internet. Esse fator é pertinente, uma vez que a conexão é essencial para esses meios. Quanto às respostas de C3, percebe-se que esse tema ainda é um problema nas escolas, tendo em vista a ausência de sinal ou uma conexão vulnerável. Um ponto interessante é que 84,1% das respostas afirmam que as escolas em que trabalham possuem sinal de internet, entretanto, justificam que o sinal é fraco, sendo necessário, utilizar os dados móveis pessoais. Nesse sentido, o WhatsApp é utilizado pelos professores conforme demonstra o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Como é realizado o acesso ao WhatsApp em ambiente de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do questionário Google *Forms*.

Percebe-se que a ausência de uma internet banda larga de qualidade faz com que professores utilizem o próprio celular, com dados móveis pessoais para ter acesso ao aplicativo, utilizando-o para fins laborais. Desse modo, as tecnologias passam a não ser aproveitadas da melhor forma possível devido a investimentos governamentais não significativos e formações

insuficientes. Igualmente, foi avaliado se professores possuíam acesso a laboratórios de informática nas escolas, sendo que mais da metade (50,8%) não possui esse espaço.

A análise do questionário respondido pelos professores, apesar de corresponder a uma parte pequena dos trabalhadores da educação do Estado de Goiás, é um instrumento de extrema importância e de muito valor à pesquisa desenvolvida. Ressalta-se que todas as respostas obtidas edificam o trabalho delineado e possuem pontos positivos e negativos. Salienta-se, principalmente, que as respostas condizem ao tema, destacando a segurança de informações/dados ao se utilizar o aplicativo WhatsApp em ambiente escolar.

Por ser um tema atual e ainda não tão explorado, conforme dados documentais e bibliográficos elencados, é possível afirmar que alguns professores não se familiarizaram com o assunto. Deduz-se que o hábito e o constante uso do aplicativo podem ser condicionantes de que seja um meio seguro, uma vez que muitos o possuem, assim normalizou-se a utilização, mesmo sem haver regulamentações. De toda sorte, a análise de campo pode ser considerada proveitosa e importante à pesquisa, porquanto dialoga com outras análises realizadas neste trabalho.

Considera-se, igualmente, que os objetivos específicos determinados foram contemplados nas respostas dos participantes, como identificar situações de uso do WhatsApp na escola e possíveis implicações do ponto de vista da LGPD, além de evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola e seu conhecimento sobre a LGPD. Quanto às situações de uso do aplicativo nas escolas, apurou-se indícios de que há a presença dessa tecnologia, haja vista a maioria das questões analisadas. Entretanto, ao conectar o aplicativo à proteção de dados, sobretudo ao vislumbrar a LGPD nas escolas, percebe-se uma ausência de conexão, embora haja conhecimento da lei pela maioria dos participantes, segundo eles próprios. A maneira como o professor se relaciona com o WhatsApp gira em torno do pessoal e profissional sem distinção, uma vez que muitos utilizam dados móveis pessoais, o próprio *smartphone* para o trabalho e o número de WhatsApp é o mesmo, tanto para contatos com alunos, gestores ou para conversar com familiares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação estabelecida entre educação, LGPD e WhatsApp é o cerne da discussão deste trabalho de abordagem qualitativa, que teve como objetivo geral analisar as finalidades e implicações do uso do WhatsApp no ambiente escolar, tendo em vista a LGPD. O estudo apresentado investigou como tecnologias móveis, como o WhatsApp, são utilizadas na educação, além de sua relação com a segurança de dados e de informações a partir da LGPD. Para tanto, procurou-se responder à seguinte questão: com qual finalidade o aplicativo WhatsApp é utilizado por professores nas escolas públicas estaduais de Goiânia e quais as implicações de seu uso quando se considera a LGPD

A pergunta levantada pela pesquisa foi analisada a partir de um percurso metodológico envolto por uma pesquisa documental e bibliográfica às quais evidenciaram que o aplicativo possui um papel importante como recurso pedagógico e meio de comunicação na educação, quanto à proteção de dados na utilização do WhatsApp não houve número expressivo de trabalhos que desenvolveram o tema. Na pesquisa de campo chegou-se à conclusão de que os professores utilizam o aplicativo WhatsApp com a intenção principal de comunicação entre o corpo escolar, envolvendo alunos, professores e a direção, também não foi dada ênfase à proteção de dados ao utilizar o aplicativo.

Desse modo, a pesquisa documental buscou mapear a normatização referente à tecnologia móvel, aos aplicativos e à internet no Brasil e caracterizar o WhatsApp enquanto ferramenta tecnológica e social. Os resultados apresentados demonstraram que as regulamentações a respeito de tecnologias móveis no Brasil estão em desenvolvimento e, sobretudo, projetos de lei sobre o tema passaram a ser pauta das esferas legislativas. Entretanto, ainda há uma escassez de leis quanto ao uso do aplicativo WhatsApp em ambientes de trabalho como a escola, o qual segue normativas gerais, como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados.

Assim, o percurso escolhido para conhecer legislações referentes às tecnologias móveis no Brasil perpassa entre o âmbito federal, com leis já solidificadas no país e de amplo alcance, embora em número reduzido; consoante a isso, conhecer os projetos em andamento de ordem nacional e estadual, também, amplificaram a visão sobre como o assunto vem sendo tratado e conhecido pela sociedade. Percebeu-se que projetos, ainda em trâmite para votação, alguns já arquivados, refletem a sensibilidade do assunto e a importância da discussão em todos os setores, principalmente o tema destacado nesta pesquisa: a educação.

A importância da análise de normas que girem em torno da regulamentação de plataformas digitais, como redes sociais, sobretudo de empresas estrangeiras, é um tema delicado e ainda em andamento no país. As consequências do uso inadequado dessas redes podem influenciar a própria liberdade dos sujeitos, os quais passam a ser vigiados constantemente, por meio de “aplicativos espiões”<sup>40</sup> que necessitam de dados pessoais e os compartilha com outras empresas. Destarte, a normatização das redes sociais e o uso de plataformas estrangeiras no país é um assunto que deve ser colocado em discussão, uma vez que trata sobre a segurança de informações e dados divulgados em meio digital, os quais podem ferir veementemente direitos fundamentais já assegurados como a liberdade e a segurança. Esse tema foi inserido em emenda constitucional, a qual incluiu a proteção de dados pessoais como direito fundamental na Constituição Federal (EC 115/2022). A respeito disso, percebe-se que a regularização de redes sociais, como o WhatsApp, também demanda atenção para o uso, sobretudo em ambiente escolar.

Sob essa perspectiva, a pesquisa bibliográfica buscou identificar situações de uso do WhatsApp na escola e as possíveis implicações do ponto de vista da LGPD. Investigou-se como a área docente trabalha o tema a partir da análise de relatos publicados em anais de eventos científicos e repositórios de universidades públicas. Os resultados obtidos demonstraram que professores utilizam, em sua maioria, o aplicativo WhatsApp para fins pedagógicos ao postar atividades e compartilhá-las em grupos; a função precípua do aplicativo, o envio de mensagens, aparece também nos trabalhos de maneira significativa, sendo um meio de comunicação apresentado como rápido e de fácil acesso. Sobre o uso do aplicativo e a segurança dos dados e informações não houve um resultado expressivo, sendo que a relação estabelecida entre WhatsApp e segurança foi percebida em poucos trabalhos, uma vez que, ao se delimitar a educação básica, apenas um trabalho tratou sobre o tema.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica, a partir da leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, chegou à conclusão de que o WhatsApp é utilizado da seguinte maneira: como um meio de comunicação, função essa que vem ao encontro da pesquisa de campo; é utilizado como um recurso pedagógico, função destacada também durante o período pandêmico em que as aulas presenciais foram suspensas, e como uma rede social, uma vez que o aplicativo possui funções semelhantes a uma rede, com interação entre os sujeitos e conexão contínua, estendendo-se do uso particular para o uso profissional.

---

<sup>40</sup> Aplicativos espiões são aqueles que utilizam dados pessoais, a fim de coletar informações, mensagens, a localização, histórico de navegação. Embora o aplicativo WhatsApp solicite a anuência dos usuários para utilizar essas informações, não há clareza como essas informações são difundidas.

As vantagens apresentadas dentro das funções delimitadas do WhatsApp perpassam pela facilidade do uso, a suposta gratuidade do aplicativo e amplitude das comunicações. Ademais os profissionais, principalmente da educação, não receberam recursos financeiros para utilizar tais aplicativos, sendo aqueles gratuitos os escolhidos, assim passaram a utilizar o WhatsApp como o principal meio de comunicação, haja vista a influência das escolas e ausência de outro meio. As desvantagens da utilização do WhatsApp se relacionam à instabilidade da conexão com a internet nas escolas, dado apresentado pelo Cetic, pelo IBGE e pelo questionário enviado aos professores, haja vista que a tecnologia móvel demanda o acesso à internet, além disso o aplicativo ainda capta dados, informações pessoais para alimentar o próprio sistema, o que gera vulnerabilidade aos usuários que a utilizam.

Por fim, contemplou-se a pesquisa de campo com o intuito de inserir a visão do professor em exercício quanto ao uso de tecnologias móveis. À vista disso, o objetivo proposto foi evidenciar como o professor vê e se relaciona com o WhatsApp na escola.

A análise de campo convidou os docentes a participarem da pesquisa por meio de um questionário on-line, o qual possuía 10 grupos de questões, divididas em itens e subitens, com interrogações de origem fechadas, ora abertas, nas quais não se identificaram os dados pessoais dos participantes, apenas as respostas obtidas. Entretanto, não houve um número expressivo de interessados em responder ao questionário, razão que pode ser explicada pelo fato de o questionário ter sido enviado por gestores da Regional de Ensino, sem a participação da pesquisadora ou pelo intensivo trabalho docente ao longo do ano.

A partir da análise do questionário verificou-se que os docentes utilizam a tecnologia móvel do WhatsApp em seus trabalhos cotidianos, demonstrando, ainda, que muitos necessitam desse meio de comunicação para conversar com outros professores, com gestores e alunos. Demonstrou-se, igualmente, que o WhatsApp é utilizado por meio de *smartphones* pessoais, assim como a rede de dados móveis pessoais. As respostas obtidas pelo questionário elucidam que as relações pessoais e profissionais se entrecruzam ao utilizar o aplicativo, uma vez que não há distinção quanto ao uso, tampouco quanto ao horário de trabalho que, muitas vezes, estende-se além do expediente normal. Desse modo, pode-se inferir que as perguntas iniciais desta pesquisa foram respondidas, evidenciando que os professores da rede pública de ensino de Goiânia utilizam o aplicativo WhatsApp no ambiente de trabalho, sobretudo para fins de comunicação entre o corpo escolar. Os resultados obtidos diante das análises apresentadas elucidam que o objeto investigado - WhatsApp - é realmente uma tecnologia móvel difundida de modo expressivo nas instituições de ensino.

Além disso, a educação é uma área de extrema relevância, com um corpo diversificado entre professores, gestores, alunos e seus responsáveis, o que gera uma alta demanda de informações a todo o instante. Ao refletir sobre as tecnologias utilizadas atualmente nesse meio, percebe-se que o professor se tornou responsável por autorizar a utilização de celular em sala de aula, assim como o de criar grupos de alunos e gerenciá-los, além de repassar recados, aulas, vídeos por aplicativo de mensagens. Nesses termos, a sobrecarga que recai sobre o trabalho docente é apenas um dos pontos analisados, sendo que a responsabilidade por utilizar o aplicativo WhatsApp pode recair sobre o profissional docente, uma vez que ficou demonstrado não haver normatização eficiente sobre o tema.

Ademais, a Lei n.º 15.100/2025 apresenta uma nova questão a ser refletida sobre a não utilização dos celulares em sala de aula. Um dos motivos principais dessa lei é a dispersão de alunos durante as aulas, ponto a ser discutido entre o corpo escolar. Entretanto, o excesso de trabalho advindo e proporcionado pelos *smartphones* aos professores não foi um tema abordado, o qual é enfatizado na presente discussão, pois além do pedagógico, professores necessitam ter atenção à utilização de dados pessoais próprios e de terceiros ao utilizar determinadas tecnologias. Quanto a esse assunto, a lei ainda é silente.

Nessa seara, as tecnologias móveis são meios que impulsionam a comunicação e estreitam os laços entre os sujeitos, sendo profícuas em diversas ocasiões, seja pela velocidade, fácil acesso e mobilidade. Por outro lado, é necessário atentar-se à questão de o quanto aplicativos de mensagens, por exemplo, podem impactar as relações escolares, vindo a sobrecarregar profissionais e colocá-los como responsáveis pela utilização de *smartphones* e de dados de outros sujeitos em sala de aula. Cumpre destacar que a tecnologia aqui analisada pode ser benéfica e eficiente no seu papel de atuação, cabendo a normatização tecer mecanismos que garantam a plena utilização, seja pela responsabilidade do Estado ou de gestores competentes.

## 5.1 Perspectivas futuras

O estudo do aplicativo WhatsApp em ambiente escolar teve como base a inserção do direito referente à proteção de dados, o qual é amplamente defendido pela LGPD. Nesse contexto, percebeu-se que não há uma vasta bibliografia sobre o assunto, mas remete a diversas reflexões importantes para a sociedade, tais como o número de empresas que desenvolvem tecnologias móveis no país disponíveis é restrito, o que ocasiona monopolização de algumas empresas, principalmente estrangeiras no país, gerando vulnerabilidade de informações e a

proteção de dados dentro das escolas, sobretudo ao se trabalhar com menores de idade, vulneráveis; outro ponto destacado é o excesso de uso de tecnologias móveis no trabalho docente, levando a cargas horárias cada vez maiores.

Dentro dos resultados apresentados, infere-se que os professores utilizam o WhatsApp, até além do horário de trabalho, entretanto, dentre os documentos selecionados para análise em anais de eventos científicos e repositórios de universidades federais, observou-se que os professores utilizam bastante o aplicativo como um recurso pedagógico, ou seja, apesar da sobrecarga de trabalho, ainda há uma larga utilização do WhatsApp no trabalho docente.

A continuidade deste estudo é relevante, haja vista a restrição desta pesquisa à uma parte da região Centro-Oeste, sendo interessante uma comparação com outras regiões do país, além disso, as novas regulamentações, como a Lei. 15.100/2025 colocam em pauta como se deve proceder com o uso do celular em ambiente escolar. Isso levanta, também a discussão sobre como as redes sociais devem ser regulamentadas no país, ademais, os projetos de lei selecionados colocam em ênfase a disponibilidade da internet, tendo em conta que a vulnerabilidade da rede condiciona a não utilização de tecnologias móveis.

Por conseguinte, a proteção de dados é um tema pertinente para a sociedade, sobretudo em ambiente escolar, local onde há uma formação crítica e social dos alunos. Quanto ao papel do professor, nesse contexto, cumpre destacar que hodiernamente há uma desqualificação do profissional, o qual passou a ser responsável por outras funções, como a criação de grupos de WhatsApp, além de ficar disponível fora do horário de trabalho para responder mensagens do corpo diretivo, de alunos e até de responsáveis.

Nesse sentido, a pesquisa realizada dá margem a continuidade do estudo, sobretudo ao que concerne à proteção de dados nas escolas, levando em consideração o trabalho de professores da educação básica, uma vez que alicerçam os primeiros passos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a contextualização poderá ser estendida a outras regiões, como intuito de conhecer outras realidades. Outrossim, a pesquisa de campo, parte relevante e prática do estudo, poderá se restringir a grupos pormenorizados, com o intuito de aprofundar a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Valéria Fernandes de; FERNANDES, Luciana Barbosa; ALMEIDA, Carla. “Depois da pandemia eu me acostumei”: o uso do WhatsApp como ferramenta de relação e participação das famílias na gestão da educação infantil. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED EDUCAÇÃO E EQUIDADE: BASES PARA AMAR-ZONIZAR O PAÍS*, 41., 2023, Manaus. **Anais** [...]. Manaus, MA: Galoá, 2023. p. 1-6. Disponível em: <https://proceedings.science/anped-2023/trabalhos/depois-da-pandemia-eu-me-acostumei-o-uso-do-whatsapp-como-ferramenta-de-relacao?lang=pt-br>. Acesso em: 14 jan.2025.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**, [1944]; trad. Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2002.
- AGÊNCIA BRASIL. **História Hoje**: Primeiro teste da internet completa 46 anos. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/1335172>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **Uso excessivo de dispositivo digital afeta desempenho de alunos**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-12/pisa-uso-excessivo-de-dispositivo-digital-afeta-desempenho-de-alunos>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- AGÊNCIA BRASIL. **WhatsApp sai do ar por cerca de uma hora nesta quarta-feira**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/whatsapp-sai-do-ar-por-cerca-de-uma-hora-nesta-quarta-feira>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **WhatsApp é principal fonte de informação do brasileiro, diz pesquisa**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- ALVES, Eliane de Souza. **Projeto de Lei n.º 67, de 2024**. Proíbe a divulgação de conversas não autorizadas por WhatsApp, Telegram e outros aplicativos sem autorização dos participantes, que seja denominada “Lei Jessica Vitória”. Brasília: Câmara dos Deputados, 5 fev. 2024. Disponível em: <https://encr.pw/o9UAU>. Acesso em: 30 set. 2024.
- AMARAL, Raquel Alves. **O letramento e as práticas textuais no aplicativo Whatsapp**: um estudo de caso em uma turma de 5ª série da Educação de Jovens e Adultos no Centro de Ensino Fundamental 13 de Ceilândia (DF). Orientador: Gilberto Lacerda Santos. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/37511>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- ANATEL. Resolução n.º 740, de 21 de dezembro de 2020. Aprova o Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações. **Diário Oficial da União**, 24 dez. 2020. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2020/1497-resolucao-740>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- APAGÃO DO WHATSAPP AFETA BILHÕES DE USUÁRIOS EM TODO O MUNDO. **DW**, 2022. Disponível em: <https://p.dw.com/p/4IfbQ>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- APARECIDO, Gabriel Bragiatto; BUENO, Luzia. Um estado da arte sobre o WhatsApp como ferramenta para o uso pedagógico. *In: CIET: EnPED – CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA*, 2022, São Carlos, SP. **Anais** [...]. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2022. p. 2912-2923. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2068>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ARNS, Flávio José. **Projeto de Lei n.º 6194, de 2019**. Altera a Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n.º 8, de 1995, e a Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer o percentual mínimo de aplicação de seus recursos na educação. Brasília: Senado Federal, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139970>. Acesso em: 30 set. 2024.

ASSUNÇÃO, Valmir Carlos da; DANIEL, João Somariva; UCZAI, Pedro Francisco. **Projeto de Lei n.º 4383, de 2020**. Dispõe sobre o fornecimento de banda larga e de dispositivos necessários ao acesso à educação, para a garantia de condições de aprendizagem dos estudantes das comunidades quilombolas e indígenas. Brasília: Câmara dos Deputados, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261160>. Acesso em: 30 set. 2024.

AYRES, Ricardo. **Projeto de Lei n.º 3435, de 2024**. Altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir o uso preferencial de reconhecimento facial e verificação de identidade no cadastramento de usuários em redes sociais e serviços de mensageria. Brasília: Câmara dos Deputados, 4 set. 2024. Disponível em: <https://l1nq.com/bk1PL>. Acesso em: 30 set. 2024.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARBALHO, Jader Fontenelle. **Projeto de Lei n.º 3006, de 2021**. Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas operadoras de telefonia móvel a fornecer, de forma gratuita, acesso à Internet para todos os alunos de escolas públicas e para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas no Programa Auxílio Brasil e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://encr.pw/PPKSO> Acesso em: 30 set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. rev. e atual. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2020.

BARRETO, Raquel Goulart. A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 985-1002, out. dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/S3v8C4TJdsLFbVyCNG4VpHN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mai. 2025.

BATISTA, Israel Matos. **Projeto de Lei n.º 4797, de 2019**. Dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública. Brasília: Câmara dos Deputados, 3 set. 2019. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1807649&filenome=Avulso%20PL%204797/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1807649&filenome=Avulso%20PL%204797/2019). Acesso em: 30 set. 2024.

BEHRENS, Marilda Aparecida; OLIARI, Anadir Luiza Thomé. A evolução dos paradigmas na educação: do pensamento científico tradicional à complexidade. **Rev. Diálogo Educ.** [online]. 2007, v.07, n. 22, p.53-66. ISSN 1981-416X. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4156/4072>. Acesso em: 21 mai. 2025.

BELMONTE, Paula Moreno Paro; VENTURA, Adriana Miguel; SLEUTJES, Aline. **Projeto de Lei n.º 5595, de 2020**. Dispõe sobre o reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Nova Ementa Reconhece a educação básica e a educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e estabelece diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Brasília: Câmara dos Deputados, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://encr.pw/htT7J> Acesso em: 14 jan. 2025.

BRANCHER, Paulo Marcos Rodrigues. Proteção internacional de dados pessoais. *In*: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (coords.). **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. tomo 11, p. 2-25.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 115, de 10 de fevereiro de 2022. Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 fev. 2022. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc115.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%20115%2C%20DE,e%20tratamento%20de%20dados%20pessoais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc115.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%20115%2C%20DE,e%20tratamento%20de%20dados%20pessoais). Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.735, de 30 de novembro de 2012. Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília- DF, 30 nov. 2012. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112735.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112735.htm). Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília- DF, 30 nov. 2012.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm) Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília- DF, 23 abr. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 155, n. 157, p. 59-64, 15 ago. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm). Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo

Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília- DF, 19 ago. 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114040.htm). Acesso em 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, 18 mar. 2020, Brasília- DF, Edição: 53, Seção: 1, Página 39. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PRT&numero=343&ano=2020&ato=6f5UTV E5EMZpWT599>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC n.º 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, 19 mar. 2020, Brasília - DF, Edição: 54-D, Seção: 1 – Extra, Página: 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPo rtaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%25C3%25A7o%2520de%25202020>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - covid-19, e revoga as Portarias MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, n.º 345, de 19 de março de 2020, e n.º 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2020, Brasília- DF, Edição: 114, Seção: 1, Página: 62. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Resolução Banco Central do Brasil n.º 1, de 12 de agosto de 2020. Institui o arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu Regulamento. Brasília-DF. **Diário Oficial da União**, 13/8/2020, Seção 1, p. 44-48. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibnormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=1>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. Portaria n.º 160, de 09 de abril de 2021. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Portaria n.º 160/2021 do SINJ-DF. Brasília-DF. **Diário Oficial da União**, n.º 71, 16/04/2021, p. 19. Disponível em: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5a0ad6b468bf4393a84288e4c4a5adc6/Portaria\\_160\\_09\\_04\\_2021.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5a0ad6b468bf4393a84288e4c4a5adc6/Portaria_160_09_04_2021.html). Acesso em 12 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9472, de 16 de julho de 1999. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n.º 8, de 1995. **Diário Oficial da União**, 17 jul. 1997, Brasília-DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19472.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19472.htm). Acesso em 19 jul. 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Ementa: Conflito negativo de jurisdição. juizado especial criminal. vara criminal. crime de injúria e difamação. causa de aumento de pena do §2º do art. 141 do código penal. Crime cometido em redes sociais. Aplicabilidade da rede social whatsapp. Pena máxima cominada pode ultrapassar a anos. competência do juízo da vara criminal. Suscitante(s) juízo da 1ª vara criminal de Taguatinga. Suscitado(s) juízo do juizado especial criminal de Taguatinga. Relatora: Desembargadora

Gislene Pinheiro. Data de julgamento 03/20/2023. **Jus Brasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-df/2566288305>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. **Diário Oficial da União**, 14 jan. 2025, Brasília- DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/lei/115100.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/115100.htm). Acesso: em 28 abr. 2025.

CARVALHO, Franciely Lorenzon; SOUZA, Gisele Ávila de; OLIVEIRA, Márcio Gonçalves de; BATTESTIN, Vanessa; TERRA, Vilma Reis. Ensino remoto de ciências utilizando o WhatsApp: construção de um biodigestor como método educacional na pedagogia da alternância. In: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS [ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, ago., 2020, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020.p. 1-21. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1628>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Luis Henrique Monteiro de; SANTOS, Rosemary dos. Ambiências formativas em tempos de pandemia: aprendendo ensinando com os usos do Google e do WhatsApp. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, “EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE”: CARTAS DA AMAZÔNIA PARA O MUNDO! Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 40, 2021, Belém. **Anais [...]**. 2021, Belém, PA: Galoá, 2021. p. 1-4. Disponível em: <https://encr.pw/8Fnne>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras** [livro eletrônico]: TIC Educação 2022 – Survey on the use of information and communication technologies Pesquisa in Brazilian schools: ICT in Education 2022 / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2022/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**: TIC Educação 2020: edição Covid-19: metodologia adaptada [livro eletrônico] = Survey on the use of information and communication technologies in Brazilian schools: ICT in Education 2020: covid-19 edition: adapted methodology / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/publicacoes/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Em duas décadas, proporção de lares urbanos brasileiros com Internet passou de 13% para 85%, aponta TIC Domicílios 2024**. TIC Educação 2023. CGI, br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da informação (Cetic.br), [s.l.], 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/em-duas-decadas-proporcao-de-lares-urbanos-brasileiros-com-internet-passou-de-13-para-85-aponta-tic-domicilios-2024/>. Acesso em: 21 out. 2024.

CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras- TIC Educação 2023**. CGI, br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da informação (Cetic.br), [s.l.], 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2023/>. Acesso em: 21 out. 2024.

CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Resumo executivo – Pesquisa TIC educação 2020**. CGI, br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da informação (Cetic.br), [s.l.], 2020. Disponível em: [https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200731/resumo\\_executivo\\_tic\\_educacao\\_2020.pdf](https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200731/resumo_executivo_tic_educacao_2020.pdf). Acesso em: 21 out. 2024.

CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Perto da universalização do acesso à Internet, Brasil ainda tem maioria da população com baixa conectividade significativa, revela novo estudo**, 2024. CGI, br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da informação (Cetic.br), [s.l.], 2024. Disponível em: <https://cgi.br/noticia/releases/perto-da-universalizacao-do-acesso-a-internet-brasil-ainda-tem-maioria-da-populacao-com-baixa-conectividade-significativa-revela-novo-estudo/>. Acesso em 25 maio 2025.

CHAGAS, Viktor; STEFANO, Luiza de Melo. Estratégias de uso do TikTok por políticos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], 2023, 31, e022. <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/Kz6XHt7kjQ3pz8qqSZy3XqF/#>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CHERINI, Giovanni. **Projeto de Lei n.º 1743, de 2021**. Dispõe sobre a obrigação de assegurar alcance às mensagens de usuários de redes sociais na internet. Brasília: Câmara dos Deputados, 2 jun. 2021. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_imp?jsessionId=node060fdjxfgqwtolkmv2z567p6iu11827689.node0?idProposicao=2281277&ord=1&tp=completa](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp?jsessionId=node060fdjxfgqwtolkmv2z567p6iu11827689.node0?idProposicao=2281277&ord=1&tp=completa). Acesso em: 30 set. 2024.

CHIQUETTI, Marinez Zambon. Desafios, percepções e vivências de uma docente na pandemia: WhatsApp como recurso tecnológico na graduação. *In: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS | ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA*, 2022, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, set. 2022. p. 1-6. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2264>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 16, n. 2, Universidade do Minho, p. 221-236, 2003.

COIMBRA, Fábio Rezende. **Tecnologias digitais no ensino do curso de medicina de uma universidade pública de Goiás**. Orientadora: Rosemara Perpétua Lopes. 2023. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2022. Disponível em: <https://sophia.ufj.edu.br/TerminalWebRI/acervo/detalhe/326514?guid=1736947733921&returnUrl=%2fTerminalWebRI%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1736947733921%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d326514%23326514&i=1>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CONTARATO, Fabiano. **Projeto de Lei n.º 2821, de 2022**. Altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para coibir disseminação de conteúdos que incitem o ódio, a discriminação ou o preconceito nas redes sociais e nas plataformas de busca. Brasília: Senado Federal, 21 nov. 2022. Disponível em:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-2821-2022>.

Acesso em: 30 set. 2024.

COSTA, Fernando Freitas. **Privacidade universitária em instituições de ensino superior goianas à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Orientadora:

Rosemara Perpétua Lopes. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2023. Disponível em: <https://sophia.ufj.edu.br/TerminalWebRI>. Acesso em: 14 dez. 2024.

COUTINHO, Andressa F.; OLIVEIRA, Ariane P. M. de; SUGIZAKI, Deborah, M. G. C.; COIMBRA, Fábio R.; OLIVEIRA, Paulo H. S. de. **Formação continuada de professores para apropriação crítico-reflexiva de tecnologias na educação básica**. In: LIMA, Daniela C. B. P.; LOPES, Rosemara P. (orgs.). Coleção Tecnologias e educação básica. v. 2. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024. 103 p. Disponível em:

<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/560>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CUNHA, João Carlos Leal. O uso do WhatsApp e videoaulas como recurso para aprender matemática. In: CIET: EnPED:2020 - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS | ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, agosto de 2020, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, v. 5, n. 1, 2024. p. 1-5. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1880>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FALCÃO, Rui Goethe da Costa; VERRI, Enio José; BRAGA, Alencar Santana. **Projeto de Lei n.º 294, de 2021**. Altera a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, para criar restrições ao uso compartilhado, comunicação, transferência ou difusão de dados pessoais por serviços de mensageria privada. Brasília: Câmara dos Deputados, 15 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2269515>.

Acesso em: 30 set. 2024.

FEENBERG, Andrew. O que é a filosofia da tecnologia? In: NEDER, Ricardo Toledo (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**.

Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010. p. 49-66. Disponível em: <https://www.sfu.ca/~andrewf/coletanea.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FEENBERG, Andrew. Teoría crítica de la tecnología. Trad. Claudio Alfaraz. Revisão Diego Lawler. **Revista CTS, [s.l.]**, n. 5, v. 2, p. 109-123, jun. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.org.ar/pdf/cts/v2n5/v2n5a07.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

GATTO, Érica Rivas. As experiências das infâncias através de narrativas das crianças no Instagram e WhatsApp. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 39, 2019, Niterói. **Anais [...]**, Niterói: Galoá, 2019. p. 1-3. ISSN: 2447-2808. Tema: Grupo de Trabalho GT16 - Educação e Comunicação Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri/SP: Atlas, 2022.

GOIÁS. Lei n.º16.993, de 10 de maio de 2010. Dispõe sobre a proibição do uso do celular na sala de aula das escolas da rede pública estadual de ensino. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, 14 mai. 2010, Goiânia- GO. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina\\_leis.php?id=9505](http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=9505). Acesso em: 19 jul. 2025.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Ordinária PLO 14, de 2023**. Institui o Dia da Internet Segura nas Escolas no âmbito do Estado de Goiás. Goiás, 15 fev. 2023. Disponível em: [https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2065320&tipo=1001&ano\\_proposicao=2023&proposicao=14](https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2065320&tipo=1001&ano_proposicao=2023&proposicao=14). Acesso em: 30 set. 2024.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Ordinária PLO 156, de 2021**. Dispõe sobre a gratuidade no acesso à internet das plataformas de ensino a distância por meio de conexões fixas e móveis de banda larga para estudantes de escolas públicas no período da emergência decorrente do coronavírus (covid-19) no estado de Goiás, e dá outras providências. Goiás, 8 abr. 2021. Disponível em: [https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2056908&tipo=1001&ano\\_proposicao=2021&proposicao=156](https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2056908&tipo=1001&ano_proposicao=2021&proposicao=156). Acesso em: 30 set. 2024.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Ordinária PLO 400, de 2019**. Dispõe sobre a política estadual de conscientização sobre o uso da internet. Goiás, 7 mai. 2019. Disponível em: [https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/consulta-producao.aspx?tipo=1001&ano\\_proposicao=2019&proposicao=400](https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/consulta-producao.aspx?tipo=1001&ano_proposicao=2019&proposicao=400). Acesso em: 30 set. 2024.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Ordinária PLO 490, 2020**. Garante o acesso gratuito à internet banda larga pelos alunos e professores da rede pública estadual de ensino, na situação e nos locais que especifica. Goiás, 24 jun. 2020. Disponível em: [https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2049372&tipo=1001&ano\\_proposicao=2020&proposicao=490](https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/processo.aspx?id=2049372&tipo=1001&ano_proposicao=2020&proposicao=490). Acesso em: 30 set. 2024.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Ordinária PLO 639, de 2020**. Dispõe sobre a criação do programa passe livre net, viabilizando o acesso e navegação na internet para estudantes matriculados nas escolas da rede pública do estado de Goiás, e dá outras providências. Goiás, 1 set. 2020. Disponível em: [https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/consulta-producao.aspx?tipo=1001&ano\\_proposicao=2020&proposicao=639](https://alegodigital.al.go.leg.br/spl/consulta-producao.aspx?tipo=1001&ano_proposicao=2020&proposicao=639). Acesso em: 30 set. 2024.

HEINSFELD, Bruna Damiana; PISCHETOLA, Magda. O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019, p. 1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XPSDrBf4TFCSNzfxW9jMWww/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr.2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023**. Rio de Janeiro/RJ, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>. Acesso em: 03 set. 2024.

JESUS, Anderson Machado de. **Projeto de Lei n.º449, de 2021**. Disciplina os critérios para retirada de conteúdo gerado por usuário de redes sociais. Brasília: Câmara dos Deputados, 12 fev. 2021. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1997687&filenome=Avulso%20PL%20449/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1997687&filenome=Avulso%20PL%20449/2021). Acesso em: 30 set. 2024.

JESUS JUNIOR, Orlando Silva de; **Projeto de Lei n.º2088, de 2020**. Dispõe a garantia de manutenção do acesso aos serviços relativos ao Serviço Móvel Pessoal - SMP e ao Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, nos termos da Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Câmara dos Deputados, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2250373>. Acesso em: 30 set. 2024.

KENSKI, Vani Moreira. Cultura digital. In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário crítico de educação e Tecnologias e de educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018. p. 139-144.

KOKAY, Érica Jucá. **Projeto de Lei n.º2051, de 2024**. Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para criminalizar a produção, divulgação ou compartilhamento de notícia falsa (*fake news*) que objetive alterar, distorcer ou corromper gravemente a verdade sobre tema relacionado à saúde, à educação, ao meio ambiente, à segurança pública, à economia nacional ou a outro interesse público relevante. Brasília: Câmara dos Deputados, 24 mai. 2024.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2436470>.

Acesso em: 30 set. 2024.

LEITE, Tiago Lima Mitraud de Castro; POIT, Vinicius Lazzer; CAMPOS, João Henrique de Andrade. **Projeto de Lei n.º3443, de 2019**. Dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública - Governo Digital. Brasília: Câmara dos Deputados, 11 jun. 2019. Disponível

em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207511&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 30 set. 2024.

LEMOS, Amanda Nunes Lopes Espiñeira. **Atores da regulação da internet no Brasil: um diálogo sobre as decisões de bloqueio do WhatsApp e a elaboração do marco civil**. Orientadora: Ana Cláudia Farranha Santana. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/35475>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LEMOS, André. Cultura da mobilidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 40, p. 28-35, 2009.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 2016. 208 p. (Coleção Trans).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, esp., p. 37- 45, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2024.

LOPES, Camilo Patrick; VELOSO, Braian. O uso do WhatsApp na educação: análise sobre as produções científicas entre 2020 e 2023. In: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2024, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, v. 7, n. 1, 2024. p. 1-12. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/2733>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LOPES, Cristiano Gomes. **O ensino de História na palma da mão: o WhatsApp como ferramenta pedagógica para além da sala de aula.** Orientador: Braz Batista Vas. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína- TO, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173165>. Acesso em: 26 abr. 2024.

LOPES, Rosemara Perpetua; COIMBRA, Fábio Rezende. Trabalho pedagógico com TDIC na educação básica de Goiás durante a suspensão das aulas presenciais na pandemia de Covid-19. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 1248- 1269, 2023. DOI: 10.5216/iav47i3.72873. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72873>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAGRANI, Eduardo. **A Internet das Coisas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 192 p.

MAIA, Ari Fernando; SAMPAIO JUNIOR, Luiz Henrique. A organização curricular como artefato técnico: uma leitura a partir da teoria crítica da tecnologia. **CONEHD – Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, Goiânia (TO), v.1, n. 4, p. 83-103, ISSN: 2965-2758, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/956/920>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MANATTO, Soraya de Souza. **Projeto de Lei n.º1589, de 2021.** Altera as Leis n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, e 12.965, de 23 de abril de 2014, para vedar o compartilhamento de abusivo de dados pessoais e a discriminação de usuários na internet. Brasília: Câmara dos Deputados, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2279649>. Acesso em: 30 set. 2024.

MANDELERT, Diana da Veiga; MOCARZEL, Marcelo. A escola e os grupos de WhatsApp das Famílias. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED EDUCAÇÃO E EQUIDADE: BASES PARA AMAR-ZONIZAR O PAÍS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 41., 2023, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: Galoá, 2023. p. 1-6. ISSN: 2447-2808. Tema: Grupo de Trabalho GT14 - Sociologia da Educação. Disponível em: [https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_6\\_31](https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_6_31). Acesso em: 14 jan. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 8. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Erikson de Carvalho. **O WhatsApp e o desenvolvimento da argumentação escrita: a produção textual no ensino de língua materna e as tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão.** Orientador: Gilberto Lacerda Santos. 2019. 414 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/38116>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARQUES, Ana. WhatsApp: o que é, história e principais funções do mensageiro. **Tecnoblog.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/whatsapp-historia-principais-recursos-e-como-funciona-o-mensageiro/>. Acesso em: 22 mar. 2025

MILLER, Tom O. Considerações sobre a tecnologia: quando é um artefato? **Vivência**, [s.l.], n. 39, p. 91-100, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/1937/1377>. Acesso em: 24 maio. 2024.

NASCIMENTO, Péricles Antonio de Souza; LOPES, Rosemara Perpetua. A formação em cursos de licenciatura para ensinar com tecnologias digitais. *In: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES*, 5, 2021, Águas de Lindóia. *Anais [...]*. São Paulo: Unesp, 2021. p. 51-62. Disponível em: <https://shorturl.at/1hrPj>. Acesso em: 19 jul. 2025.

NIC.br. Núcleo de informação e coordenação do ponto BR. **Dobra uso de ligações telefônicas após apagão do WhatsApp**, 2021. Disponível em: <https://nic.br/noticia/namidia/dobra-uso-de-ligacoes-telefonicas-apos-apagao-do-whatsapp/> são utilizadas, visto a necessidade de se manter informado. Acesso em: 19 mai. 2025.

NUNES, Sergio da Costa. Avaliando o WhatsApp como interface pedagógica. *In: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS | ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA*, 2022, São Carlos. *Anais [...]*, São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, set. 2022. p 1-10. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2249>. Acesso em: 20 nov. 2024.

OLIVEIRA, Edmar. A suspensão do WhatsApp viola direito fundamental? *Jus Brasil*, 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-suspensao-do-whatsapp-viola-direito-fundamental/402342497>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PACHECO, Márcia Leão da Silva. **O não lugar da tecnologia na aula**: investigação sobre a integração das TIC às unidades escolares da CRE/Jataí. Orientadora: Rosemara Perpétua Lopes. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/421/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_M%C3%A1rcia\\_a\\_Le%C3%A3o\\_da\\_Silva\\_Pacheco.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/421/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_M%C3%A1rcia_a_Le%C3%A3o_da_Silva_Pacheco.pdf). Acesso em: 19 jul. 2025.

PEIXOTO, Joana. Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos: uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], v. 20, n. 61, abr./jun., p. 317- 332, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n61/1413-2478-rbedu-20-61-0317.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PEREIRA, Priscila Campos. **A colaboração no ensino da matemática por meio do aplicativo WhatsApp**. Orientador: Lúcio França Teles. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/881019>. Acesso em: 4 jan. 2025.

PINTO, Álvaro Vieira. **A tecnologia**. *In: PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 219-356.

PORFÍRIO, Luciana Cristina; LOPES, Rosemara Perpétua. Educação com tecnologias e projeto político-pedagógico. *Espaço Plural*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/33924>. Acesso em: 19 jul. 2025.

PRADO, Fabiana; LOPES, Rosemara Perpétua. Problem Based Learning com tecnologias digitais em curso de Licenciatura em Pedagogia. *In: ENCONTRO NACIONAL DE LICENCIATURAS*, 07, 2018, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza, CE: Editora Realize, 2018. p.

1-15. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2018/443-54534-25112018-234034.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

PRETTO, Nelson; PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 31, p. 19-30, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a03v11n31.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2024.

**PROJETO DE LEI**. In: Glossário de Termos Legislativos, Congresso Nacional. Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal. Brasília, 2020, p. 65. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/lista/P>. Acesso em: 4 nov. 2024.

QUEIROZ, Elma Cristina Pessoa de; LOPES, Rosemara Perpétua. Tecnologia móvel na escola: implicações do uso do WhatsApp em instituições de ensino. In: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS | ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2024, São Carlos, SP. **Anais [...]**, São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, v. 7, n. 1, 2024, p. 1-12. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/2755>. Acesso em: 19 nov. 2024.

RUIZ, Eliana Maria Severino Donaio. O Whatsapp como recurso de aprendizagem da escrita colaborativa. CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS/ ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020. p. 1-12. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1549>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTANA, Leila; VELLOSO, Luciana. Processo formativo na educação de jovens e adultos. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO- ENDIPE, **Anais [...]**, Petrópolis, RJ: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP *et al.*, 2020. p. 1070-1077, livro 5. Disponível em: <https://www.andipe.com.br/c%C3%B3pia-publica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 14 dez. 2024.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução de VERA, Ribeiro. Rio de Janeiro Contraponto, 2012.

SIMÕES, Diovana Guerra. O uso do WhatsApp como ferramenta pedagógica no ensino da matemática. In: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS | ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos, SP. **Anais [...]**, São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020. p. 1-14. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1546>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SOARES, DÉBORA RACY. WhatsApp: Uma estratégia educacional nas aulas de português Língua Estrangeira. In: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos, SP. **Anais [...]**, São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020. p. 1-6. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1573>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SOARES, Marcos Bezerra Ribeiro. **Projeto de Lei n.º 3650, de 2024**. Determina que todos os Órgãos Públicos tenham como vias de acesso em suas repartições para contato com a população, além do atendimento presencial, telefone, e-mail, WhatsApp, SMS e similares, a fim de facilitar o acesso e a troca de informações com o cidadão. Brasília: Câmara dos Deputados, 19 set. 2024. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2819602&filenome=Avulso%20PL%203650/2024](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2819602&filenome=Avulso%20PL%203650/2024). Acesso em: 30 set. 2024.

SOUZA, Ágata Nelza Gomes de. A utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp como recurso promotor de acolhimento e de incentivo à leitura em tempos de pandemia. *In*: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS/ ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020. p. 1-7. ISSN 2316-8722. Tema: Eixo Temático 1 - Ensino e aprendizagem por meio de/para o uso de TDIC. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1163>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SOUZA, Daiany Alves de. **Educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação no contexto da pandemia de covid-19**. Orientadora: Karine Nunes de Moraes. 2021. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19914>. Acesso em: 14 jan. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da Covid-19**: Nota técnica. Todos Pela Educação, [s.l.], 2020. 19 f. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/noticias/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial\\_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/](https://todospelaeducacao.org.br/noticias/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/). Acesso em: 20 jul.2025.

VALENTE, José Armando. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. *In*: MORAN, José; BACICH, Lilian (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 77-108. 430 p.

VELOSO, Braian. WhatsApp como ferramenta para a organização de grupos focais on-line na pesquisa da educação: um relato de experiência. *In*: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS/ ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020. p. 1-13. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/964>. Acesso em: 22 nov. 2024.

VERIDIANO, Denise Alves Soares. Corretor ortográfico automático: O uso por professores de português. *In*: CIET: EnPED - CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS | ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020. p. 1-6. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1090>. Acesso em: 22 nov. 2024.

VIEIRA, Alessandro. **Projeto de Lei n.º 2630, de 2020**. Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do

poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei. Brasília: Senado Federal, 13 maio 2020. em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 30 set. 2024.

VIEIRA, Ana Paula Gabatteli. **Português de acolhimento via WhatsApp**: empoderando e capacitando mulheres migrantes venezuelanas. 2024. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/50460>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VIEIRA, Sara Vasconcelos Bizerra. **A pandemia covid-19 é o ensino de Educação Física no CEPAE- UFG**. Orientadora: Fernanda Cruvinel. 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/21361>. Acesso em: 4 jan. 2025.

VIEIRA, Vinicius dos Santos; JASEN, Samuel; ALVES, Rindon; NUNES, Pedro Afonso Machado; BONA, Aline Silva de; BRUM, Maísa Helena. Soluções para o ensino remoto valendo-se dos recursos disponíveis: facebook e whatsapp. *In*: CIET: ENPED CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS | ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2020, São Carlos, SP. **Anais [...]**, São Carlos, SP: Grupo Horizonte UFSCar, 2020. p. 1-10. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1855>. Acesso em: 22 nov. 2024.

WHATSAPP INC. **About WhatsApp**. 2025. Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

WINNER, Langdom. Artefatos têm política? (Tradução). **Analytica**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 195-218, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/viewFile/22470/12527>. Acesso em: 7 abr. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antonio Álvaro Soares. O celular na escola e o fim pedagógico. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 419-435, abr./jun. 2018.

## APÊNDICE A - TRABALHOS LOCALIZADOS NOS ANAIS DO CIET

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continua)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo Geral</b>
1	Tecnologia móvel na escola: implicações do uso do WhatsApp em instituições de ensino	2024	QUEIROZ, Elma Cristina Pessoa de; LOPES, Rosemara Perpetua.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; WhatsApp; Educação, Digital; Tecnologia	Analisar o uso do WhatsApp em ambiente escolar e suas implicações, tendo em vista a Lei n.º 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
2	O uso do WhatsApp na educação: análise sobre as produções científicas entre 2020 e 2023	2024	CAMILO LOPES, Patrick; VELOSO, Braian	Educação; WhatsApp; Pandemia; TDIC; Portal de Periódicos da CAPES	Analisar, no Portal de Periódicos da CAPES, artigos relacionados ao uso do aplicativo WhatsApp na educação durante a pandemia, considerando-se o recorte de 2020 a 2023
3	O uso do WhatsApp como ferramenta de pesquisa na EAD	2024	BARBOSA, Anabela Aparecida silva; CARVALHO, Rafael Nink de.	Educação a Distância; Conectivismo; Pesquisa-ação; WhatsApp; Grupo de discussão	Analisar em que medida o WhatsApp, como instrumento de pesquisa docente na EaD, pode funcionar como suporte em grupo de discussão por meio de redes sociais a partir da análise e da ação reflexiva de professores pesquisadores.
4	Educação a distância e a (con) formação da subjetividade empreendedora	2024	CHAQUIME, Luciane Penteado; OLIVEIRA, Julia Sulamita de.	Empreendedorismo; Capitalismo; Educação Superior; Educação a distância	Identificar a presença da temática empreendedorismo nos cursos de Pedagogia ofertados na modalidade a distância por instituições do Estado de São Paulo, bem como analisar essas ofertas relacionando-as ao avanço do capitalismo sobre a educação.
5	O brincar heurístico na educação infantil em época de covid-19: relato de experiência da abordagem como estratégia de educação a distância	2024	ROCHA, Regiane da Silva; POLONINI, Janaina Fernandes Guimarães.	Brincar heurístico; “Cestos dos Tesouros”; educação infantil; educação à distância	Refletir sobre as contribuições do brincar heurístico na educação infantil proposto como estratégia de ensino a distância na educação infantil no contexto da pandemia de covid-19.

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavras-chave	Objetivo Geral
6	O uso das tecnologias de informação e comunicação, na produção e divulgação de um festival de curta metragem, em um instituto de ensino	2024	OLIVEIRA, Paulo Alves de Oliveira <i>et al.</i>	Curta; ensino; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	Analisar em que medida o WhatsApp, como instrumento de pesquisa docente na EaD, pode funcionar como suporte em grupo de discussão por meio de redes sociais a partir da análise e da ação reflexiva de professores pesquisadores.
7	A produção de vídeos matemáticos por estudantes do ensino médio na modalidade EJA	2024	OLIVEIRA, Eduardo dos Santos de <i>et al.</i>	Produção de vídeos; canal no Youtube; tecnologias digitais; ensino médio EJA; ensino de matemática	Apresentar o trabalho realizado por duas monitoras de matemática – orientadas pelo professor de matemática – as quais são alunas do curso presencial de Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro campus Duque de Caxias, na produção de vídeos para o canal do Youtube “Monitoria de Matemática IFRJCDUC”.
8	Capacitação de enfermeiros utilizando recursos digitais para abordar o câncer de mama em mulheres jovens: um desafio crescente	2024	SILVA Cremilson de Paula <i>et al.</i>	Atenção Primária à Saúde; Neoplasias da Mama; Tecnologia Digital	Contribuir para a prevenção primária e secundária do câncer de mama em mulheres jovens (com menos de 40 anos).
9	As contribuições da inclusão digital para a educação a distância no contexto da fACED/UFC	2024	AZEVEDO, Igor Márcio do Nascimento <i>et al.</i>	Educação a Distância; Inclusão Digital, Alunos	Identificar as contribuições da Inclusão Digital a partir da vivência dos alunos na disciplina de Educação a Distância (EaD) do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação(UFC

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavras-chave	Objetivo Geral
10	Avaliando o WhatsApp como interface pedagógica	2022	COSTA, Sergio Nunes da.	WhatsApp; ensino; aprendizagem	Explorar as potencialidades do WhatsApp como interface pedagógica para os processos de ensino e aprendizagem da disciplina de Sistemas de Informações.
11	Um estado da arte sobre o WhatsApp como ferramenta para o uso pedagógico	2022	APARECIDO Bragiatto, Gabriel; BUENO,	WhatsApp; Estado da Arte; TDIC; Ferramenta Pedagógica; Ensino	Apresentar os resultados do levantamento da produção científica sobre o WhatsApp como ferramenta para o uso pedagógico.
12	Desafios, percepções e vivências de uma docente na pandemia: whatsApp como recurso tecnológico na graduação	2022	ZAMBON, Marinez Chiquetti	Tecnologia de Comunicação; Perguntas; Aprendizagem	Motivar a participação da maioria dos/das acadêmicos/as, promover o acesso aos conteúdos, trabalhar com estratégia de ensino que propiciasse o ensino e alcançar os objetivos de aprendizagem.
13	Docentes paraguayos ante los desafíos de la enseñanza remota durante la pandemia del covid-19	2022	CANESE, Valentina <i>et al.</i>	covid-19; educação à distância; professores; Experiências.	O objetivo deste documento é mostrar algumas das experiências dos professores paraguayos durante os dois últimos anos da pandemia.
14	Os desafios do atendimento educacional especializado (AEE) em tempos de pandemia do covid-19, no município de Uberlândia/MG	2022	SANTOS, Lais Tavares de Souza; ASNIS Valéria Peres	Atendimento Educacional Especializado; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação; Transtorno do	Apresentar a experiência de uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com uma criança de oito anos, diagnosticada com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavras-chave	Objetivo Geral
				Espectro do Autismo	ensino remoto, utilizando recursos das TDIC.
15	Contratempo pandêmico e a participação dos alunos no ensino remoto: a percepção docente acerca da temática	2022	ANGELINO, Roseli Rosalino Dias da Silva; MILL, Braian Veloso, Daniel.	TDIC; Ensino Remoto; Frequência Escolar; Educação Básica	Verificar, a partir da percepção docente, a participação de alunos da Educação Infantil até o Ensino Fundamental I, de escolas públicas e privadas, durante a vigência do Ensino Remoto
16	O uso de história em quadrinhos como recurso pedagógico para a sistematização dos conhecimentos no ensino híbrido	2022	AMARAL, Carmem Lucia Costa; OLIVEIRA, Terezinha Marisa Ribeiro de.	Alimentos orgânicos; Eletiva; História em Quadrinhos	Descrever uma pesquisa que teve como objetivo investigar a possibilidade de sistematização da aprendizagem sobre alimentação saudável a partir da criação de Histórias em Quadrinho pelos estudantes.
17	Figuras, figuras geométricas planas e espaciais: uma investigação acerca das concepções de futuros professores e professores que ensinam matemática	2022	BARROS, Renata <i>et al.</i>	Figura; Figuras Geométricas; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	Compreender quais conhecimentos futuros professores, professores da Educação Básica e do Ensino Superior possuem acerca de figuras e figuras geométricas.
18	História das equações de 2º grau e das funções quadráticas: uma experiência de ensino remoto na educação básica	2022	PENHA, Juliana Teixeira Penha; HARTMAN, Ângela Maria	História da Matemática; Sequência Didática; Minicurso	Pesquisa realizada durante um minicurso baseado em uma abordagem histórica de conteúdo matemático ofertado de forma remota a professores e estudantes da Educação Básica.
19	O ensino híbrido como metodologia ativa para o reforço do ensino da leitura na educação básica - fundamental II e ensino médio	2022	SILVA, Maria Nazaré Ribon.	Prática da Leitura; Ensino Híbrido; Metodologia Ativa; Tecnologia da Informação e Comunicação; Transposição Didática	Pesquisar e entender como a tecnologia digital pode ser usada como metodologia ativa para promover a melhoria da qualidade do ensino da leitura na educação básica, destacando o Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continuação)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo Geral</b>
20	O uso do WhatsApp e videoaulas como recurso para aprender matemática	2020	CUNHA, Carlos Leal, João	Videoaula; WhatsApp; Matemática	Mostrar os resultados de uma pesquisa realizada com alunos do Ensino Fundamental e Médio de escola pública sobre o uso de videoaula integrado à mesa digitalizadora e o uso do WhatsApp no ensino de Matemática no período da pandemia causada pela Covid-19.
21	WhatsApp: uma estratégia educacional nas aulas de português língua estrangeira	2020	SOARES, Débora Racy	WhatsApp; Português Língua Estrangeira; UFL	Desenvolver a fluência dos discentes, através de atividades de chat que mobilizaram competências comunicativas, seja através de leitura (reading) e escrita (writing), seja através de audição (listening) e gravação de voz (speaking).
22	O WhatsApp como recurso de aprendizagem da escrita colaborativa	2020	RUIZ, Eliana maria Severino Donaio	Escrita colaborativa; WhatsApp; Tecnologia digital na educação	Analisar o alcance do WhatsApp Messenger como recurso de aprendizagem em práticas de escrita colaborativa desenvolvidas por graduandos de Letras de uma universidade pública.
23	Corretor ortográfico automático: o uso por professores de português	2020	VERIDIANO, Denise Alves Soares	Corretor automático; WhatsApp; formação de professores	Formação continuada de professores via WhatsApp com um olhar para as interferências do corretor ortográfico automático nos textos curtos presentes nas interações entre participantes no ambiente do curso.

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavras-chave	Objetivo Geral
24	WhatsApp como ferramenta para a organização de grupos focais on-line na pesquisa da educação: um relato de experiência	2020	VELOSO, Braian	Grupo focal on-line; WhatsApp; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	Discutir as principais vantagens e desvantagens do uso do WhatsApp enquanto ferramenta para a organização de grupos focais on-line nas pesquisas em educação.
25	O uso do WhatsApp como ferramenta pedagógica no ensino da matemática	2020	SIMÕES, Diovana Guerra	Educação; Matemática; Tecnologia Digital; WhatsApp	Contribuir para o aprimoramento de conceitos matemáticos, bem como desenvolver a autonomia e responsabilidade dos alunos em relação aos estudos, buscando explorar as potencialidades do aplicativo como um diferencial para o saber.
26	A utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp como recurso promotor de acolhimento e de incentivo à leitura em tempos de pandemia	2020	SOUZA, Ágata Nelza Gomes de	Biblioteca; Literatura; TDIC; WhatsApp; Pandemia	Aponta o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) para a promoção de ações educativas diante do isolamento social, destacando a potencialidade do aplicativo de mensagens WhatsApp.
27	Ensino remoto de ciências utilizando o WhatsApp: construção de um biodigestor como método educacional na pedagogia da alternância	2020	CARVALHO, Franciely Lorenzon <i>et al.</i>	Biodigestor; Ensino-aprendizagem; Educação do Campo; Ensino remoto; tecnologias digitais	Desenvolver uma proposta que contemplasse conteúdos estudados em sala de aula e sua aplicabilidade, propondo melhorias à comunidade escolar.
28	Soluções para o ensino remoto valendo-se dos recursos disponíveis: Facebook e WhatsApp	2020	DOS SANTOS Vieira, Vinicius <i>et al.</i>	Informática na Educação; Acesso Digital; Processo Ensino Remoto; Recursos Tecnológicos; Tecnologias Digitais	Refletir sobre o uso de ferramentas tecnológicas para o ensino remoto com o intuito de auxiliar professores e alunos no cotidiano escolar de ambos, considerando o contexto da pandemia do Covid-19.

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavras-chave	Objetivo Geral
29	Ensino remoto, redes sociais e trabalho docente: o impacto do covid-19 nos processos pedagógicos no ensino e os caminhos alternativos para inclusão	2020	OLIVEIRA, Francisco Thiago Chaves de; MARTINS, Elcimar Simão.	Formação Docente; ensino remoto; redes sociais	Plataformas antes elaboradas para suporte ao trabalho docente e complemento de atividade rotineiras das salas de aulas precisarem ser utilizadas em tempo integral.
30	Protagonismo jovem e as novas tecnologias de informação e comunicação na educação	2020	SANTOS, Carla Cristina Rodrigues <i>et al.</i>	Protagonismo jovem; Tecnologias da informação e comunicação; Ensino	Relatar uma experiência vivenciada em um Instituto de ensino, a qual consiste em um questionário desenvolvido por estudantes do Ensino Médio em parceria com um grupo de pesquisadores, envolvendo os próprios alunos, mestres/mestrandos, doutores e professores, com a finalidade de identificar quais as perspectivas que os estudantes tinham acerca da educação e suas premissas em relação a melhoria da mesma.
31	Português língua estrangeira em boa companhia: Padlet, Kahoot, Google <i>classroom</i> e outros recursos digitais	2020	SOARES, Débora Racy.	Português Língua Estrangeira; recursos digitais; aquisição linguística	Sanar dúvidas e dificuldades específicas de alunos de uma turma inicial de PLE na Universidade Federal de Lavras (UFLA), localizada no sul de Minas Gerais.

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavras-chave	Objetivo Geral
32	O uso das tecnologias de informação e comunicação, na produção e divulgação de um festival de curta metragem, em um instituto de ensino	2020	SANTOS, Carla Cristina Rodrigues <i>et al.</i>	Curta; ensino; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.	Relatar uma experiência de intervenção de um Grupo de Pesquisa, sob o comando de professores e técnicos educacionais, com a participação ativa de alunos e alunas do ensino-médio, tecnológico e superior, a partir de um Festival de vídeo.
33	A produção de vídeos matemáticos por estudantes do ensino médio na modalidade EJA	2020	BRAGA, Eduardo dos Santos de Oliveira <i>et al.</i>	Produção de vídeos; canal no Youtube; tecnologias digitais; ensino médio EJA; ensino de matemática	O papel docente no trabalho com as tecnologias digitais, os aspectos multimodais inerentes aos vídeos (multimodalidade) e a produção do conhecimento matemático que se transforma de acordo com a mídia utilizada (constructo seres-humanos-com-mídias)
34	A utilização de aplicativos de mensagens como ferramenta para a educação remota emergencial no ensino superior	2020	FERREIRA, Verônica Moreira Souto.	TIC; covid-19; aplicativos de mensagens; docência	Apresentar esse tipo de aplicativo como ferramenta alternativa para continuidade do trabalho docente no ensino superior
35	O brincar heurístico na educação infantil em época de covid-19: relato de experiência da abordagem como estratégia de educação a distância	2020	ROCHA, Regiane da Silva; POLONINI, Janaina Fernandes.	Brincar heurístico; “Cestos dos Tesouros”; educação infantil; educação à distância	Colaborar com os professores de educação infantil para reflexão sobre a continuidade das aulas utilizando a criatividade e o suporte dos meios de comunicação.
36	O aplicativo WhatsApp como metodologia alternativa no ensino de ciências ambientais: uma análise das interações colaborativas com alunos do ensino médio	2020	DOS SANTOS, Rachel de Salles Freitas.	Metodologias alternativas; WhatsApp; Ciências	Análise da interação por meio do WhatsApp entre alunos de uma turma do terceiro ano do ensino médio de uma escola estadual em Campos dos Goytacazes/RJ que, em ambiente virtual discutiram um problema referente a ciências ambientais.

Quadro - Trabalhos localizados nos anais do Ciet

(conclusão)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo Geral</b>
37	MENLI - aplicativo de mensagens em libras	2020	VÉRAS, Frank César Lopes <i>et al.</i>	Aplicação Mobile; Libras; Surdez; Tecnologia Assistiva	A proposta deste trabalho é o desenvolvimento de uma aplicação mobile para o envio e recebimento de mensagens usando a Libras, transformando texto em sinais e vice-versa, proporcionando o uso da Tecnologia Assistiva na promoção de uma comunicação melhor para os surdos e deficientes auditivos

Fonte: Anais do evento CIET.

## APÊNDICE B - TRABALHOS LOCALIZADOS NOS ANAIS DA REUNIÃO ANUAL DA ANPED

Quadro - Trabalhos Localizados- ANPEd

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
1	A escola e os grupos de WhatsApp das famílias	2023	MANDELERT, Diana da Veiga; MOCARZEL, Marcelo.	Relação Família-Escola; Coordenação Pedagógica; WhatsApp; Comunidades Virtuais de Famílias	Compreender como os célebres “grupos de pais do WhatsApp”, aqui denominados de comunidades virtuais de família (CVF), interferiram na relação entre família e escola e, mais especificamente, no trabalho da coordenação pedagógica.
2	“Depois da pandemia eu me acostumei”: o uso do WhatsApp como ferramenta de relação e participação das famílias na gestão da educação infantil	2023	ABREU, Valéria Fernandes de; FERNANDES, Luciana Barbosa; ALMEIDA, Carla	WhatsApp; gestão; participação; pandemia; Educação Infantil	Refletir acerca do uso do aplicativo WhatsApp como ferramenta de relação e de participação das famílias na escola, por meio do diálogo entre os familiares e as gestoras.
3	Ambiências formativas em tempos de pandemia: aprendendo ensinando com os usos do Google e do WhatsApp	2021	CASTRO, Luis Henrique Monteiro de; Santos, Rosemary dos.	Cibercultura; Educação; AVA; Google; WhatsApp	Investigar e mapear algumas práticas de aprendizagem ensino com o uso da mediação tecnológica em rede no cotidiano de um grupo de alunos da disciplina Eletrônica Digital de uma Escola Técnica na Zona Norte do Rio de Janeiro durante um período da pandemia do covid-19
4	As experiências das infâncias através de narrativas das crianças no Instagram e WhatsApp	2019	GATTO, Érica Rivas.	Crianças; Narrativas; Cultura Visual; Infâncias Contemporâneas.	As experiências das infâncias através de narrativas das crianças no Instagram e no aplicativo de conversa WhatsApp, destacando considerações sobre os modos pelos quais as crianças narram sobre seus cotidianos e dialogam nesses espaços.

Fonte: Anais da ANPEd.

## APÊNDICE C - TRABALHOS LOCALIZADOS ENDIPE

Quadro - Trabalhos localizados Endipe

(continua)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Objetivo
1	Engajamento estudantil e relações interativas no período de ensino remoto emergencial	2022	SILVA, Maria Karolina da; LIMA, Ana Carla Ramalho Evangelista	Engajamento estudantil; estudantes ingressantes; ensino superior; ensino remoto emergencial; relações interativas.	Analisar as relações interativas (ZABALA, 1998) que permeiam as atividades desenvolvidas no curso de Pedagogia durante os semestres de ensino remoto emergencial com os estudantes ingressantes 2020.1 e como estas favoreceram o engajamento estudantil
2	Transmitir é diferente de (in) formar: a incorporação dos estilos autorais de docentes do ensino superior do estado de minas gerais	2022	SOUZA, Lucas Eduardo Assunção Lopes; Diniz, Margareth	Docência do Ensino Superior; Estilos autorais; Psicanálise e Educação; Transmissão de saberes.	Visa esmiuçar as incorporações autorais dos sujeitos colaboradoras/es em exercício docente em Instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, dissidentes do sistema sexo-gênero vigente, dos quais foram as/os participantes da minha Pesquisa de Mestrado em Educação, da qual ainda está em andamento.
3	A vivência da monitoria na disciplina de sociologia da educação na UFRRJ: um relato de experiência	2022	QUERES, Cintia Matias; SOARES, Zilene Moreira Pereira	Ensino Remoto; Licenciatura; Programa de Monitoria; Formação de Professores	A disciplina tem como objetivo compreender o processo educacional a partir da dinâmica da sociedade brasileira, abarcando o pensamento clássico e contemporâneo da sociologia da educação.
4	A relação professor e estudante e o ensino remoto emergencial a aprendizagem na pandemia da covid-19	2022	PEREIRA, Amanda Moreira Santiago; SANTOS, Cenilza Pereira dos	Relação professor-estudante; Ensino; Aprendizagem; Ensino Remoto Emergencial.	Analisar como o ensino remoto implicou na relação professor e estudante, refletindo sobre o processo de ensino e de aprendizagem num curso de Licenciatura em Pedagogia de uma instituição pública.

## Quadro- Trabalhos localizados Endipe

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Objetivo
5	O PNAIC e o desenvolvimento profissional: percepções das orientadoras De estudo	2020	SOUSA, Lenise Teixeira de	PNAIC; Orientadores de Estudos; Formação Continuada; Desenvolvimento Profissional Docente.	Compreender quais as concepções de formação continuada e o desenvolvimento profissional docente na perspectiva dos Orientadores de Estudos (OEs) e como elas implicam e/ou repercutem nas trajetórias construídas, impulsionando suas atividades e consolidando seus percursos formativos.
6	Os centros de estudos parciais como espaço De formação dos profissionais da educação Infantil	2020	SILVA, Ana Paula Lima da; ANTUNES, Cristiane Maria de Souza	Formação continuada; Centros de Estudos; Avaliação na Educação Infantil.	Apresentar a importância do tempo específico para a formação continuada em serviço e analisar os impactos dos estudos realizados nos Centros de Estudos parciais nas práticas avaliativas desta instituição.
7	Trajetórias profissionais de egressos da Pedagogia-UERJ: o têm a dizer sobre a Educação de jovens e adultos?	2020	MARIA, Liliane Sant'Anna de Souza	Formação continuada; Trajetórias profissionais; EJA.	Discutir os caminhos que venho desenvolvendo na pesquisa sobre os processos pelos quais passam ou passaram educadores, desde sua formação inicial à formação continuada em sua trajetória profissional, bem como, expressar parte das discussões sobre trajetória de aprendizagens profissionais de egressos do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.

Quadro - Trabalhos localizados Endipe

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Objetivo
8	Revisão do referencial curricular de Niterói e o ensino de história: Tensões entre o currículo e a didática	2020	FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna	Ensino de História; Teoria da História; Base Nacional Comum Curricular; referencial Curricular de Niterói; Temporalidade.	O texto apresentou as tensões e possibilidades entre o Currículo e a Didática surgidas nas discussões do Grupo de Trabalho (GT) do componente curricular História, ocorrido no ano 2019 para revisar o Referencial curricular da Rede de Ensino de Niterói.
9	Tessitura curricular e experiência didática na formação continuada Multicultural docente	2020	SALLES Fabiano Lange <i>et al.</i>	Formação Continuada; Multiculturalismo; Currículo; Educação Física; Especialização docente.	Analisar desafios e possibilidades das experiências para a constituição de identidades docentes sensíveis à diversidade presente no cotidiano escolar.
10	O oiiiipe na UFF: percursos de professores-pesquisadores em rede	2020	SILVA, Márcia Maria <i>et al.</i>	Trabalho Coletivo; Produção Docente; Artefatos Digitais; Processos Formativos.	Apresentamos dados do trabalho coletivo, realizado no âmbito do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica da Universidade Federal Fluminense (OIIIIPE-UFF), no período de 2016 a 2019
11	O fazer pedagógico da educação especial e inclusiva: implicações da Parceria colaborativa em alunos com deficiência física	2020	LIMA, Célia Fonsêca de	Ensino colaborativo; Educação Especial; Inclusão.	Mostrar as implicações, considerando a práxis da educação inclusiva, de uma prática didática da disciplina matemática, pautada no ensino colaborativo, em alunos com deficiência física.
12	Inclusão escolar: um desafio as práticas Pedagógicas	2020	BLACZYK, Cristiane Gralaki	Inclusão escolar; Pessoa com deficiência; Práticas pedagógicas; Adaptação Curricular.	Contribuir com o processo de inclusão escolar da Pessoa com Deficiência (PCD), através do estudo e

Quadro - Trabalhos localizados Endipe

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Objetivo
					levantamento de procedimentos necessários as práticas pedagógicas das escolas regulares.
11	O fazer pedagógico da educação especial e inclusiva: implicações da Parceria colaborativa em alunos com deficiência física	2020	LIMA, Célia Fonsêca de	Ensino colaborativo; Educação Especial; Inclusão.	Mostrar as implicações, considerando a práxis da educação inclusiva, de uma prática didática da disciplina matemática, pautada no ensino colaborativo, em alunos com deficiência física.
12	Inclusão escolar: um desafio as práticas Pedagógicas	2020	BLACZYK, Cristiane Gralaki	Inclusão escolar; Pessoa com deficiência; Práticas pedagógicas; Adaptação Curricular.	Contribuir com o processo de inclusão escolar da Pessoa com Deficiência (PCD), através do estudo e levantamento de procedimentos necessários as práticas pedagógicas das escolas regulares.
13	O impacto dos programas de nivelamento e Monitoria de ensino para permanência e Êxito na educação profissional	2020	OLIVEIRA, Grace Itana Cruz de <i>et al.</i>	Acesso; Políticas de apoio ao ensino; Permanência	Reflexões dos membros do Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando (NUAPE) do IF Baiano, Campus Bom Jesus da Lapa, sobre os índices educacionais dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio com o processo de aprendizagem e permanência escolar.

Quadro - Trabalhos localizados Endipe

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Objetivo
14	O outro entrou na roda: discutindo a Diferença a partir da literatura infantil	2020	OLIVEIRA, Alda Siqueira Lage de <i>et al.</i>	Literatura infantil; leitura e escrita; gêneros textuais; diferença	Apresentar um relato sobre uma experiência pedagógica, denominada O Outro entrou na roda, desenvolvida em uma escola pública localizada na periferia do município do Rio de Janeiro.
15	Aplicação da didática on-line no ensino e aprendizagem da história: Experiências por meio do m-learning na educação básica	2020	TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima <i>et al.</i>	M-Learning; História; Tecnologias Móveis; Educação Básica	Analisar os impactos que o M-Learning atrelado a plataforma de game Kahoot!, pode causar no ensino de História
16	Hibridismo e dialogismo em Bakhtin: pistas para as relações ensino-aprendizagem no tempo da cibercultura	2020	OLIVEIRA, Ana Paula da Silva Conceição	Cibercultura; Linguagem; Tecnologias Digitais; Hibridismo; Dialogismo.	Realizar uma pesquisa poética e política, comprometida em navegar por mares ainda desconhecidos, instigada a desvendar rotas, caminhos e movimentos ao encontro do outro, sujeito fundamental para a construção de um estudo que, inspirado em Bakhtin (2003), refletirá sobre a linguagem como prática social, considerando os conceitos de hibridismo edialogismo no contexto da cibercultura, onde outros gêneros discursivos emergem propondo contribuições para as relações educacionais.
17	“Tecnosofia”: tecnologia e filosofia na sala de aula	2020	VASQUES, Daniela Pereira;	; tecnologia; filosofia; ambiente virtual de aprendizagem; ensino híbrido; plataforma moodle.	Verificar de que maneira a utilização de tecnologia digital em uma proposta de ensino híbrido, nas aulas de Filosofia, pode contribuir para o envolvimento e a participação ativa dos alunos nas discussões e reflexões

Quadro - Trabalhos localizados Endipe

(continuação)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Objetivo
18	Experiência de ensino em oficinas e-arte/educativas: uma possibilidade Na educação básica	2020	SILVA, Jacqueline Flávia Santosa; AMORIM, Maria Cecília Silva de	Educação; Oficinas; e-Arte/Educação; Aplicativos; Interdisciplinaridade.	Apresentar duas experiências didáticas realizadas na IV SECITEC - Semana de Ciência e Tecnologia - promovida pelo Instituto Federal de Goiás, Câmpus Luziânia em outubro de 2019.
19	Projeto de recuperação participativa: utilizando um aplicativo de Mensagens como suporte de ensino-aprendizagem de química do ensino Médio	2020	SILVA, Ânderson Jêsus da.	Ambiente virtual; Recuperação da aprendizagem; Ensino de Química.	Promover processos de recuperação, com elementos da avaliação formativa, com os estudantes da escola campo do estágio obrigatório supervisionado II utilizando como suporte tecnologias da informação?
20	Estágio em matemática: as tecnologias auxiliando no desafio de ensinar no ensino fundamental	2020	ALVES, Rozane da Silveira.	Estágio; Tecnologias Digitais; Vídeos; Matemática	Este trabalho apresenta uma experiência realizada com alunos do curso de Licenciatura em Matemática Noturno da Universidade Federal de Pelotas no segundo semestre de 2019
21	O <i>Smartphone</i> como recurso pedagógico para a aprendizagem de Alunos no ensino fundamental	2020	TAVARES, Elisabeth dos Santos <i>et al.</i>	<i>Smartphone</i> ; Formação de Professores; Ensino Fundamental	Esse estudo reflete a busca de aprofundamento e aperfeiçoamento profissionais, a partir de experiência vivenciada por professor, em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública no município de Guarujá, na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), em São Paulo.
22	Sala de aula invertida: uma metodologia ativa da aprendizagem	2019	PANTOJA, Ana Maria Silva <i>et al.</i>	Curso superior de tecnologia; Metodologias ativas; Sala de aula invertida	O estudo discute a sala de aula invertida que consiste em uma metodologia ativa da aprendizagem, com possibilidade para a formação profissional

Quadro - Trabalhos localizados Endipe

(conclusão)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Objetivo
23	Contribuições do <i>Google docs</i> na Experiência de aprendizagem mediada	2020	PEREIRA, Leuzanira Furtado; BRITO, Waldemir Cunha	Estágio; Formação de professores; Educação de Jovens e Adultos; Escrita colaborativa; <i>Google Docs</i> .	Aproximar os estagiários da prática profissional de professor numa sala de aula da EJA e; integrar estrategicamente ferramentas do <i>Google Docs</i> como recurso didático no exercício da escrita colaborativa
24	Processo formativo na educação de jovens E adultos	2020	SANTANA, Leila; VELLOSO. Luciana.	Educação de Jovens e Adultos; WhatsApp; Processo Formativo; Letramentos digitais	Verificar que contribuições seus usos podem trazer a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vistas à melhoria do desempenho escolar e no desenvolvimento da capacidade crítica desses alunos ante o fenômeno das “Fake News”, temática trazida, nesse estudo, por Santaella (2018), fazendo uso de diferentes linguagens, incluindo textos multimodais compartilhados por meio do aplicativo.
25	Literatura, tecnologias e o ensino de Geografia	2020	BECKER Elisabeth Léia Spode	Ensino; Geografia; Ensino; Leitura; Podcasts.	Relacionar e discutir o conteúdo de Geografia com a obra ‘O Pequeno Príncipe’ por meio de questões, imagens e podcast.

Fonte: Anais Endipe.

## APÊNDICE D - TRABALHOS LOCALIZADOS NO REPOSITÓRIO DA UNB

Quadro - Trabalhos localizados no Repositório Universidade de Brasília (UnB)

(continua)

Id.	Título	Ano	Autor (a)	Palavras-chave	Objetivo
1	Português de acolhimento via WhatsApp: empoderando e capacitando mulheres migrantes venezuelanas	2024	VIEIRA, Ana Paula Gabatteli	Português de acolhimento; Empreendedorismo; feminino; Empoderamento feminino Design; thinking; Migrantes WhatsApp	Trabalhar temas voltados para o empoderamento de mulheres refugiadas venezuelanas, através do empreendedorismo, por meio do aplicativo WhatsApp como ambiente de aprendizagem.
2	Surfando nas ondas da participação digital: o projeto Gestão Compartilhada como inovação democrática	2021	CAPIBERIBE, Camila Luciana Góes	WhatsApp; Gestão compartilhada; Ação pública; Democracia; Inovação democrática	Analisar três grupos de WhatsApp do projeto Gestão Compartilhada, dois executados no estado do Amapá e um no município de Conde-PB.
3	O WhatsApp como ferramenta de apuração: erros jornalísticos originados em grupos restritos a repórteres e fontes na área de segurança pública do DF	2020	STACCIARINI, Isa Coelho	WhatsApp; apuração; notícia; checagem; erro	As mudanças na rotina de apuração jornalística, referente aos casos de segurança pública, a partir do surgimento dos grupos de mensagens instantâneas no canal de comunicação (P.15-16, 2020)
4	O WhatsApp e o desenvolvimento da argumentação escrita: a produção textual no ensino de língua materna e as tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão	2020	MARTINS, Erikson de Carvalho	Tecnologias digitais de informação Comunicação; expressão Leitura e escrita; WhatsApp; Argumentação; Ensino e aprendizagem	Explorar as potencialidades interativas, linguísticas, multimidiáticas e hipermidiáticas do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp como recursos pedagógicos para o desenvolvimento da argumentação escrita dos estudantes
5	A colaboração no ensino da matemática por meio do aplicativo WhatsApp	2020	PEREIRA, Priscila Campos	Tecnologias Digitais de Informação; Comunicação e Expressão; Aprendizagem colaborativa; WhatsApp; Matemática; estudo e ensino	Verificar como ocorreram as sete dimensões da aprendizagem colaborativa no uso do WhatsApp para o ensino da matemática

Quadro - Trabalhos localizados no Repositório Universidade de Brasília (UnB)

(conclusão)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
6	O letramento e as práticas textuais no aplicativo Whatsapp: um estudo de caso em uma turma de 5a série da Educação de Jovens e Adultos no Centro de Ensino Fundamental 13 de Ceilândia (DF)	2020	AMARAL, Raquel Alves	Educação de jovens e adultos; Tecnologias Digitais de Informação, Comunicação e Expressão; WhatsApp; Educação de jovens e adultos; letramento; Práticas textuais Redação	Influências, em materiais escritos de estudantes do Ensino Fundamental, das comunicações realizadas pelos mesmos por meio do aplicativo WhatsApp onde as práticas textuais ocorrem de modo específico.
7	Atores da regulação da internet no Brasil: um diálogo sobre as decisões de bloqueio do WhatsApp e a elaboração do marco civil	2019	LEMOS, Amanda Nunes Lopes Espiñeira	Marco Civil da Internet Brasil; WhatsApp; Audiência pública	Analisar os atores e seus respectivos argumentos envolvidos em audiências públicas realizadas no processo de regulação da Internet no Brasil ao longo do tempo, convocadas no âmbito do processo Legislativo do Marco Civil da Internet,

Fonte: Repositório da UnB.

## APÊNDICE E - TRABALHOS LOCALIZADOS NO REPOSITÓRIO DA UFG

Quadro - Trabalhos localizados no Repositório da Universidade Federal de Goiás (UFG)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
1	A pandemia covid-19 e o ensino de educação física no CEPAE- UFG	2022	VIEIRA, Sara Vasconcelos Bizerra	Educação; Educação Física; Ensino Remoto Emergencial; covid-19	Analisar os principais desafios enfrentados pelos professores de Educação Física do CEPAE/UFG na transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial (ERE).
2	Universidade escola e educação linguística crítica: compartilhando vivências dos GEPLIS GO, MT e DF	2022	PESSOA (org.), Rosane Rocha <i>et al.</i>	Formação de professores; Educação; Estudo e ensino; Linguística; Professores de línguas	I Encontro de Grupos de Estudos de Professoras/es de Línguas da Rede Cerrado GO/DF/MT (I EGEPLIs).
3	Educação e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no contexto da pandemia de covid -19	2021	SOUZA, Daiany Alves de	TDICs; Ensino Remoto Emergencial; Educação; Pandemia.	Analisar quais as orientações da BNCC para uso das TDICS nas escolas e investigar as orientações do CNE, sobre a educação no momento da pandemia, objetivamos também observar como as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) contribuíram para o acontecimento do ensino remoto emergencial (ERE). (s.p. 2021)
4	Ações na escola para educação e segurança no trânsito.	2021	SANTOS, Alex Mota dos (org.).	Segurança no trânsito; Educação; Estudo e ensino; Segurança no trânsito e crianças	Resultado das atividades da disciplina Trânsito e Educação e do Projeto de Extensão Ações na Escola para Educação e Segurança no Trânsito. (s.p. 2021)

Fonte: Repositório da UFG.

## APÊNDICE F - TRABALHOS LOCALIZADOS NO REPOSITÓRIO DA UFJ

Quadro- Trabalhos localizados no Repositório da Universidade Federal de Jataí (UFJ)

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Objetivo</b>
1	Diagnóstico socioambiental em assentamentos rurais para fins de incentivo à restauração ecológica / Micael Silva de Freitas.	2022	FREITAS, Micael Silva de	Extensão universitária; Assentamentos rurais; Recuperação de áreas degradadas	Realizar um diagnóstico socioambiental nas propriedades de agricultores (as) familiares dos municípios que compõem o Território Rural de Identidade Parque das Emas (IPE), estado de Goiás.
2	Tecnologias digitais no ensino do curso de medicina de uma universidade pública de Goiás	2022	COIMBR A, Fábio Rezende	Tecnologias; Ensino Superior; Medicina	Identificar o uso (e possíveis usos) das tecnologias no curso de Medicina da Universidade Federal de Jataí, a partir da percepção e das expectativas de estudantes e professores, partindo da hipótese de que, dadas as suas características, o referido Curso tem potencial favorável a práticas pedagógicas com tecnologias digitais.
3	Um estudo sobre equações diferenciais (ordinárias) por meio de algumas aplicações	2024	QUIRINO , Leticia Soares	Existência de Solução; Teorema de Existência e Unicidade; Problemas de Valores de Contorno; Controle de Doenças.	Aprofundar os conhecimentos em Equações Diferenciais Ordinárias (EDO's) e suas aplicações, explorando técnicas de resolução de algumas EDO's e a modelagem de fenômenos naturais e físicos.

Fonte: Repositório da UFJ.

## APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa *WhatsApp, LGPD e educação: reflexões sobre o uso do aplicativo em ambientes escolares*. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, marque “sim” no documento. Trata-se de uma pesquisa de mestrado empreendida pela aluna Elma Cristina Pessoa de Queiroz, e orientada pela Profa. Dra. Rosemara Perpétua Lopes. A pesquisa é desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás- UFG e tem por objetivo geral analisar o uso do aplicativo de mensagens instantâneas- WhatsApp - em ambiente escolar, com enfoque na LGPD, confirmando o apontado pela literatura educacional. Os dados serão coletados por questionário (via *Google Forms*). Refere-se a uma pesquisa qualitativa, e a metodologia adota a pesquisa de campo. Declaramos aos participantes que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não. Teremos como estratégias de divulgação a dissertação e a apresentação da pesquisa em eventos, bem a publicação em revistas, periódicos e anais. **Quanto aos riscos:** esta pesquisa apresenta riscos mínimos, tais como desconforto emocional e/ou possíveis riscos psicossociais (ex. constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, mal-estar). No entanto, é expressa garantia de liberdade de se recusar, a qualquer momento, a responder às perguntas do questionário ou da entrevista. **Com relação aos benefícios,** a participação nesta pesquisa é importante e contribuirá, sobremaneira, para o desenvolvimento do estudo acerca do uso do WhatsApp em ambiente escolar, assim como para a comunidade escolar, que será beneficiada com os resultados desta pesquisa. Esperamos que este estudo possa contribuir para um aprimoramento da prática docente. **E sobre o questionário,** ele será constituído por uma combinação de perguntas de múltipla escolha, dicotômicas, abertas e complementares, aplicado por e-mail aos professores das escolas públicas de Goiânia/GO nas reuniões pedagógicas, na própria escola. O TCLE, também será aplicado via e-mail, nas mesmas circunstâncias. Nós optamos pela rede estadual pelo fato de a pesquisadora atuar nessa esfera como professora da Educação Básica desde 2005. Dessa forma, prezada professora/prezado professor, sua colaboração é importante e contribuirá muito para o desenvolvimento do estudo. O material coletado será destinado à análise e o acesso dos dados é restrito à pesquisadora, que assume o compromisso de preservar a identidade, bem como zelar pela imagem, das instituições e dos participantes envolvidos na pesquisa. Este termo lhe garante os seguintes direitos:

- 1) Retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.
- 2) Solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre a pesquisa.
- 3) O sigilo absoluto de quaisquer informações que levem a identificação pessoal.
- 4) Recusar-se, a qualquer momento, a responder às perguntas que ocasionem constrangimento de alguma natureza.
- 5) Pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantindo em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Esclareço que, em caso de recusa na participação, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser sanadas pela pesquisadora, pelo e-mail [elmaqueiroz@discente.ufg.br](mailto:elmaqueiroz@discente.ufg.br) e, inclusive, pelo seguinte telefone: (61) 983148315. Caso persistam as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

## APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES PELO FORMULÁRIO GOOGLE FORMS

### QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Professor (a),

Este questionário é parte da pesquisa **“WhatsApp, LGPD e Educação: reflexões sobre o uso do aplicativo em ambientes escolares”**, desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. O objetivo do estudo é analisar o uso do aplicativo de mensagens instantâneas- WhatsApp- em ambiente escolar com enfoque na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esclarecemos que não temos qualquer intenção de avaliar a escola, tampouco os professores. **Não há respostas certas ou erradas, o que importa é a sua opinião. Este questionário é para ser respondido somente por você, portanto, durante o preenchimento do mesmo, por favor, não converse e desligue o celular.**

O questionário é constituído por questões do tipo fechada (objetivas) e questões do tipo aberta (subjetivas), totalizando 10 perguntas. O tempo estimado para o preenchimento deste questionário é de no máximo 10 minutos.

Sua participação nesta pesquisa é **livre, anônima**, por isso não é necessário colocar o seu nome neste questionário. Agradeço imensamente a sua contribuição.

Declaro que fui informado (a), que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que estou de acordo com a participação voluntária na pesquisa acima descrita.

( ) Sim

( ) Não

Você aceita participar de uma entrevista, caso seja necessário, para esclarecer qualquer assunto deste questionário.

( ) Sim

( ) Não

A escola na qual trabalha é:

( ) Estadual

( ) Municipal

( ) Federal

( ) Outro

Qual o seu e-mail? (Se possível utilize o seu e-mail institucional):

1. Assinale uma ou mais alternativas.

1.1. Qual a sua formação?

- Magistério
  - Graduação
  - Pós- graduação
  - Mestrado
  - Doutorado
  - Outro:
- 

1.2. Qual a sua idade?

- Menos de 18 anos
- 18- 24 anos de idade
- 25- 34 anos de idade
- 35- 44 anos de idade
- 45- 54 anos de idade
- 55- 64 anos de idade
- 65 ou mais anos de idade

1.3. Gênero (como você se identifica?)

- Masculino
  - Feminino
  - Outro:
- 

1.4. Quanto tempo de docência você tem?

- até 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- Acima de 20 anos

1.5 Seu cargo atual é?

- Efetivo
- Contrato

2. O Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) da sua cidade ofereceu cursos e oficinas.

- Sim
  - Não
  - Outro
- 

2.1. Você se sente preparado (a) para utilizar tecnologias em sala de aula?

- Sim
- Não

2.2. Quais motivos levam a ter uma boa preparação para o uso da tecnologia em sala de aula? (É possível marcar mais de uma alternativa.)

- Fiz capacitação
  - Tenho domínio da tecnologia
  - Não tive capacitação
  - Não tenho domínio da tecnologia (não sei usar)
  - Outro
- 

2.3. Você utiliza em suas aulas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC)?

- Sim
- Não

2.4. Qual tipo de Tecnologia você utiliza em seu ambiente de trabalho? (É possível marcar mais de uma alternativa.)

- Computadores
- Internet
- Wi- Fi

- Smartphones*
  - Softwares
  - Redes sociais
  - Outro
- 

3. Você realizou algum curso/ formação para utilizar o WhatsApp em seu trabalho?

- Sim
- Não

3.1. Como aprendeu a utilizar o aplicativo WhatsApp?

3.2. Você utiliza o aplicativo WhatsApp em seu ambiente de trabalho?

- Sim
- Não

3.3. Com qual/quais pessoa/as você costuma utilizar esse aplicativo?

- Com outros professores
  - Com todos os alunos
  - Com representantes de sala
  - Com responsáveis pelos alunos
  - Com a equipe gestora
  - Com a secretaria
  - Outro.
- 

3.4. Quando você começou a utilizar o WhatsApp em seu ambiente de trabalho?

- Antes da pandemia de covid-19.
- Durante a pandemia de covid- 19, com o Ensino Remoto Emergencial.
- Após a pandemia de covid-19 e o retorno das aulas presenciais.
- Nunca utilizei.

3.5. Qual função do WhatsApp você mais utiliza em ambiente escolar? (É possível marcar mais de uma alternativa.)

- Mensagens escritas
  - Áudios
  - Fotos
  - Anexar tarefas, como PDF
  - Anexar documentos
  - Pagamentos
  - Colocar aviso no *status*
  - Enviar imagens
  - Enviar *emojis*
  - Outro:
- 

4 . Você conhece a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?

- Sim. Já ouvi falar
- Não. Nunca ouvi falar
- Conheço perfeitamente

4.1 A escola orientou a todos sobre a importância da LGPD na comunicação escolar?

- Sim
- Não

4.2 A escola divulgou informações sobre a LGPD? De que maneira?

- Palestras
  - Cursos fornecidos pela escola
  - Cursos fornecidos pela Secretaria de Educação
  - Vídeos institucionais
  - Documentos oficiais como circulares, portarias.
  - Não houve divulgação
  - Outro:
- 

4.3 A proposta pedagógica (projeto político pedagógico) da sua escola faz referência ao uso das Tecnologias? E o uso do WhatsApp?

- Sim

- Não
- Outro

4.4 De que maneira sua escola faz referência ao uso das Tecnologias? E ao uso do WhatsApp?

- 4.5. Você costuma proteger as suas informações/dados pessoais?
- Sim
  - Não

- 4.6. De que maneira você protege as suas informações/dados pessoais?
- Compartilho informações apenas com os meus contatos.
  - Compartilho informações apenas com referências seguras.
  - Não compartilho informações pessoais pelo WhatsApp .
  - Não me preocupo com as minhas informações pessoais.
  - outro

- 4.7. Ao utilizar o WhatsApp você acredita que os seus dados pessoais estão seguros?
- Sim
  - Não

4.8. Você possui algum receio de que suas informações pessoais sejam divulgadas pelo WhatsApp?

- Sim
- Não

- 4.9. Assuntos sigilosos dentro da escola são tratados pelo WhatsApp?
- Sim.
  - Não
  - Outro
- 

4.10. Você já recebeu informações/dados pessoais indevidos em seu WhatsApp no seu ambiente escolar?

- Sim
- Não
- Outro

5. O seu ambiente de trabalho possui acesso à internet para a realização de suas tarefas de docente?

- Sim
- Não

5.1. Em que medida a ausência de internet interfere no seu trabalho?

5.2. De onde é acessado o WhatsApp quando você está em seu ambiente de trabalho?

(É possível marcar mais de uma alternativa.)

- Celular institucional
- Celular pessoal
- Wi-Fi institucional
- Wi-Fi pessoal
- Outro

5.3 A sua escola possui um laboratório de informática?

- Sim
- Não

5.4. Quais atividades são desenvolvidas no laboratório de informática?

6. O WhatsApp é utilizado para realizar quais atividades escolares? (É possível marcar mais de uma alternativa.)

- Atividades pedagógicas em sala de aula
- Comunicação em grupos de professores
- Contato com a direção
- Informativos para os alunos, tais como data de avaliações, ou dia de reunião de responsáveis, tarefas para entrega, etc.
- Grupos interativos/informais entre professores
- Gravação de aulas com disponibilização de vídeos para os alunos.

- Recebimento de tarefas ou outros materiais dos alunos
  - Outro
- 

6.1. Com que frequência você utiliza o WhatsApp em suas aulas?

- Diariamente
  - Semanalmente
  - Mensalmente
  - Bimestralmente
  - Outro
- 

6.2. Os alunos possuem o seu WhatsApp?

- Sim
- Não

6.3. O seu WhatsApp pessoal é o mesmo utilizado na escola ou você possui um outro número para resolver questões pertinentes ao trabalho?

- Utilizo o mesmo número
- Utilizo número diferente

6.4. Você costuma utilizar o WhatsApp para resolver problemas pertinentes ao seu trabalho de docente fora do horário de trabalho?

- Sim
- Não

6.5. Se você respondeu sim na questão anterior, diga qual o período que você disponibiliza para ficar no aplicativo para resolver problemas relacionados ao seu trabalho docente fora do horário de trabalho?

- 1-2 horas
  - 3-4 horas
  - 5-6 horas
  - Mais de 6 horas.
  - Outro
-

6.6. Você acredita que o WhatsApp facilita o seu trabalho de docente?

- Sim.
  - Não
  - Outro
- 

6.7. Quais características do WhatsApp ajudam o seu trabalho de docente? (É possível marcar mais de uma alternativa.)

- Facilidade de comunicação
  - Rápido
  - Gratuito
  - Mobilidade
  - Todos possuem
  - Outro
- 

7. Você se sente confortável em utilizar o WhatsApp em seu ambiente de trabalho?

- Sim
  - Não
  - Outro
- 

7.1. Você poderia ficar sem utilizar o WhatsApp em seu ambiente de trabalho?

- Sim
  - Não
  - Outro
- 

7.2. Qual o seu motivo para utilizar o WhatsApp em seu ambiente de trabalho?

8. Você acredita que outro aplicativo poderia substituir as funções fornecidas pelo WhatsApp?

- Sim.
- Não

( ) Outro

---

8.1 Qual aplicativo poderia substituir as funções fornecidas pelo WhatsApp?

9. O WhatsApp é um aplicativo que a maioria dos alunos possuem?

( ) Sim

( ) Não

9.1. Os alunos que não possuem WhatsApp utilizam outro meio de comunicação?

( ) Sim.

( ) Não

( ) Outro

---

9.2. Especifique sobre qual o outro meio de comunicação é utilizado pelos alunos.

9.3. Você acredita que os alunos que não possuem WhatsApp ou não participam de grupos formados pelo aplicativo são excluídos?

( ) Sim.

( ) Não

( ) Outro

---

9.4. Os grupos de WhatsApp formados pelos alunos ajudam na formação pedagógica?

( ) Sim

( ) Não

( ) Outro

---

9.5. Os alunos possuem algum tipo de dificuldade ao utilizar o aplicativo WhatsApp?

( ) Sim

( ) Não

( ) Outro

---

9.6. As tecnologias, assim como o WhatsApp, podem ser utilizadas como metodologias ativas? De que maneira?

10. O uso do WhatsApp se tornou obrigatório? Você se sente obrigado (a) a participar dos grupos na escola em que trabalha?

- Sim
  - Não
  - outro
- 

10.1. Na sua opinião, qual o meio de comunicação é mais eficaz no ambiente escolar?  
(É possível marcar mais de uma alternativa.)

- WhatsApp
  - E-mail pessoal
  - E-mail institucional
  - Facebook
  - Instagram
  - Sites institucionais como o da Secretaria de Educação, Ministério da Educação
  - Plataformas institucionais
  - Outro
- 

10.2. Qual relação você estabelece entre o uso do WhatsApp na Educação e a proteção de dados pessoais?

10.3 Como você avalia este questionário?

Muito obrigada pela sua participação.